



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

CRISTIANE GUILHERME BONFIM

**CAMPANHA #EUVOUCONTAR
CIBERATIVISMO, CIDADANIA E MEMÓRIAS DE MULHERES PELA
DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL**

**FORTALEZA
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B696c Bonfim, Cristiane Guilherme.
Campanha #euvoucontar : ciberativismo, cidadania e memórias de mulheres pela descriminalização do aborto no Brasil / Cristiane Guilherme Bonfim. – 2019.
153 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes.
1. Aborto. 2. Ciberativismo. 3. Memórias. 4. Cidadanias. 5. Redes Sociais. I. Título.

CDD 302.23

CRISTIANE GUILHERME BONFIM

CAMPANHA #EUVOUCONTAR

CIBERATIVISMO, CIDADANIA E MEMÓRIAS DE MULHERES PELA
DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Mídias e práticas socioculturais

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes

FORTALEZA
2019

CRISTIANE GUILHERME BONFIM

CAMPANHA #EUVOUCONTAR

**CIBERATIVISMO, CIDADANIA E MEMÓRIAS DE MULHERES PELA
DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Mídias e práticas socioculturais

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes UFC - Orientadora
UFC

Profa. Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira
UECE

Prof. Dra. Andrea Meyer Landulpho Medrado
UFC

RESUMO

Esta pesquisa propõe um estudo sobre a campanha #euvoucontar, veiculada na internet para defender a descriminalização do aborto no Brasil. A análise aborda cinco vídeos da iniciativa para avaliar como o discurso feminista da Organização Não-Governamental (ONG) feminista Anis e as memórias de mulheres que abortaram afetam seguidores no Facebook. Neste estudo, a campanha é avaliada como causa feminista defendida por meio do ciberativismo. Os relatos nos vídeos são histórias com dores físicas ou emocionais, casos de assistência inadequada à saúde das mulheres que interrompem a gravidez no Brasil e de medo de serem processadas ou presas, já que autoaborto é crime punível com até três anos de prisão no país. A pesquisa acompanhou a *hashtag* #euvoucontar desde setembro de 2017 para avaliar como a iniciativa sobre o aborto afeta os leitores da fanpage. A campanha vem sendo difundida nas redes sociais e no site da ONG Anis com vídeos que começaram a ser veiculados inicialmente com periodicidade semanal a partir do Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização do Aborto na América Latina, 28 de setembro de 2017. Em um deles, Rebeca Mendes, universitária paulistana então com 30 anos, relata a própria história solicitando ao Supremo Tribunal Federal (STF) o direito de interromper a gestação. A narrativa do ponto de vista da mulher que aborta é adotada como estratégia pela ONG, que considera aborto um tema de saúde pública. A pesquisa é de caráter qualitativo, apoiando-se em entrevistas, questionário e também em dados quantitativos coletados na fanpage da Anis. Do ponto de vista metodológico, a análise das postagens da Anis sobre memórias de mulheres que abortaram e de mensagens dos leitores no Facebook é feita à luz dos estudos culturais, a partir do conceito de mediações, e da etnografia.

Palavras-chave: aborto, ciberativismo, memórias, cidadania, redes sociais

ABSTRACT

This study focuses on the internet campaign #euvocontar (I will tell), which defends the decriminalisation of abortion in Brazil. I analysed five of the campaign videos to evaluate the ways in which Anis' (a Non-Governmental Organisation (NGO) feminist discourses and women's memories affected the perceptions of Facebook users. In this study, I demonstrate the ways in which the campaign uses cyber activism to defend the feminist cause. The videos present accounts of physical and emotional suffering, as well as of inadequate health care to women who interrupt their pregnancies in Brazil. They also address women's fear to be sued or arrested since having an abortion in the country can be punished with a sentence of imprisonment of up to three years. For this research, I tracked the hashtag #euvocontar since September 2017 to analyse how this pro-abortion initiative affected Facebook page users. The campaign has spread its message on social media and on the Anis NGO's website by using videos that started to be published on a weekly basis after 28 September 2017 - the Latin American and Caribbean Day for the Decriminalisation of Abortion in Latin America. In one of the videos, Rebeca Mendes, a 30-year old university student from the city of São Paulo, tells her story. She requested permission to have an abortion from the Federal Supreme Court, claiming that she had the right to interrupt her pregnancy. The NGO adopts the perspectives of women who have abortions as narrative strategies since it considers that having an abortion is a public health issue. The research draws from qualitative approaches, with interviews, questionnaires, but also quantitative data obtained from Anis' Facebook page. From a methodological perspective, I used the concept of mediations from Cultural Studies and ethnographic approaches to analyse the posts on the Anis Facebook page that contained women's memories of abortion and messages from users.

Keywords: abortion, cyber activism, memories, citizenship, social media

Aos meus três filhos, Ícaro, Bernardo e Isabelle, que são o maior estímulo ao aprendizado contínuo e à tentativa de ser alguém melhor. Aos meus pais, Itamar (in memoriam) e Francisca, pelos exemplos de humildade e conduta ética.

AGRADECIMENTOS

Houve um dia em que precisei mudar de rumo e sair do marasmo de fazer tudo sempre igual numa redação de jornal. Um mestrado começado aos 40 é uma aposta no conhecimento e na perseverança. Gostaria de agradecer a cada pessoa que me ajudou a chegar até aqui. Pensei até em parar no meio do caminho, mas muitos me deram as mãos, me estimularam e andaram junto comigo.

Minha solidariedade a todas que viveram as dificuldades da interrupção de uma gravidez. Pesquisar sobre o tema aborto foi penoso, mas uma experiência que me ajudou a buscar ser mais empática e mais sensível à dor de uma outra mulher que não quis ser mãe em determinado momento da vida.

Especialmente ao meu companheiro, Márcio, agradeço pela paciência, compreensão e apoio nesta caminhada sinuosa que é o mestrado. Não teria conseguido sem contar com o seu apoio diário e com o seu ombro.

Aos meus filhos, que tiveram uma mãe ausente em alguns fins de semana e em vários momentos importantes, o motivo era esse. Gostaria que lessem esse trabalho um dia. Por mais que tenham projetos coletivos, busquem também as realizações pessoais. O conhecimento é uma construção diária. Sonhem e voem livres, Ícaro, Bernardo e Isabelle.

À minha mãe que, apesar de quase me enlouquecer fazendo uma contagem regressiva para a defesa da dissertação a cada visita, torceu e me apoiou sempre. Obrigada, dona Francisca. Ao meu pai, Itamar, que partiu logo depois da demorada seleção para o mestrado. Sei o quanto estaria orgulhoso de mim por essa conquista.

Íris e Diego, irmãos, agradeço pela possibilidade de partilhar a vida com vocês e de somar experiências de afeto desde a infância. Às amigas Camile, Cinthia e Ivana valeu pelo companheirismo e por respeitarem minhas ausências reiteradas.

À Conceição e à Edna, que tanto colaboraram nos cuidados com o meu lar e com os meus filhos. O apoio de vocês foi inestimável.

A todos os colegas do mestrado, especialmente Bárbara Redes, Rachel Gomes, Aline Moura, Thaty Nascimento e os integrantes do Grupo de Pesquisa, Mídia, Política e Cultura, o trajeto do conhecimento é muito mais interessante quando se está em grupo. Aos que colaboraram ainda na concepção do projeto de pesquisa, Sérgio de Sousa, Adriana

Santiago, Naiana Rodrigues e Kamila Fernandes, a contribuição de vocês foi inestimável.

Aos colegas e ex-colegas da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, principalmente Henrique, Helga, Fátima, Marcus, Jocasta, Relma, Chico, George, Fábio, Telma, Elenira, Keyla, Nila e Célia. Ainda bem que pude contar com vocês. Se consegui chegar até o fim desses dois anos de mestrado, têm parte nisso. Ana Cristina Cavalcante e Sabrina Lima, muito obrigada por não terem aceitado meu pedido de demissão quando pensei estar numa encruzilhada entre mestrado e trabalho.

Por fim, mas não menos importante, à minha orientadora Márcia Vidal, muito respeito e agradecimento pela paciência em colaborar para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também a disponibilidade e a contribuição das demais integrantes da banca, coincidentemente formada só por mulheres, Catarina Farias e Andrea Medrado.

A jornada do aprendizado e do conhecimento é uma forma de resistência em tempos que a ignorância ganhou poder. Sigamos construindo pesquisa. Façamos da universidade um lugar de construção coletiva e de respeito à diversidade.

“O fato de ser a operação clandestina e criminosa multiplica-lhe os perigos e dá-lhe um caráter abjeto e angustiante. Dor, doença, morte assumem um aspecto de castigo: sabe-se que distância separa o sofrimento da tortura, o acidente da punição; através dos riscos que assume, a mulher sente-se culpada; é essa interpenetração da dor e do erro que é singularmente penosa”.

Simone de Beauvoir (O Segundo Sexo)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reprodução de imagem publicada pela Anis divulgando a manifestação de 13 de novembro de 2017 realizada em várias cidades do Brasil, inclusive em Fortaleza.....	36
Figura 2 - Reprodução do site do Movida convocando para Marcha Pela Vida contra o Aborto, também realizada em setembro de cada ano.....	38
Figura 3 - Reprodução da lista de vídeos da fanpage da Anis no Facebook.....	44
Figura 4 - Dados sobre legislação relacionada ao aborto no mundo.....	47
Figura 5 - Ilustração de chaleira com o título da campanha #euvoucontar que aparece como vinheta ao início de cada um dos vídeos divulgados.....	62
Figura 6 - Ilustração que é mostrada no vídeo 5: “De nada adiantou ir à polícia”	69
Figura 7 - Ilustração do vídeo 6: “Eu só queria sair dali”	72
Figura 8 - Ilustração feita para o vídeo 2: “Eles não me deram anestesia”.....	73
Figura 9 - Ilustração divulgada sobre o vídeo 8: “Deus voltou a cuidar”	75
Figura 10 - Imagem “STF, Esperamos com Rebeca” postada pela Anis no Facebook em 25 de novembro de 2017.....	78
Figura 11 - Imagem “Não julgue Rebeca” postada pela Anis no Facebook em 1º de dezembro de 2017.....	78
Figura 12 - Reprodução do Facebook da Anis sobre vídeo de Rebeca Mendes	82
Figura 13 - Reprodução do Facebook da Anis sobre postagem de vídeo de Rebeca Mendes.....	84
Figura 14 - Reprodução de comentário no vídeo de Rebeca. Os comentários mais desrespeitosos são feitos por homens como o Bruno	85
Figura 15 - Imagem Somos Todas Rebeca divulgada no Facebook da Anis em 5 de dezembro de 2017.....	87
Figura 16 - Reprodução do site do Los Angeles Times comparando caso de Rebeca Reprodução do site do Los Angeles Times comparando caso de Rebeca ao Roe versus Wade, que foi determinante para a liberação do aborto nos Estados Unidos	88
Figura 17 - Reprodução do Facebook da Anis com comentário da Raquel.....	91
Figura 18 - Imagem de Rebeca Mendes divulgada pelo Facebook da Anis em 23 de novembro de 2017.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comentários no post de Rebeca. De 53 comentários, 27 demonstravam alguma empatia com Rebeca86

Gráfico 2 - Respostas da questão 3 “Você já praticou aborto?”92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
CLACAI	Consórcio Latino-Americano contra o Aborto Inseguro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IVG	Interrupção Voluntária da Gravidez
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PNA	Pesquisa Nacional do Aborto
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A DEFESA DO DIREITO AO ABORTO FEITA NA INTERNET.....	32
2.1 Ciberativismo, feminismos e cidadania.....	32
2.2 Hashtag pela descriminalização.....	39
2.3 Gênero, feminismos e a Anis na nova esfera pública	49
3 AS VOZES QUE ERAM SILÊNCIO	61
3.1 Memórias de mulheres na campanha #euvoucontar	61
3.2 Relatos entre o medo, o tabu e o crime.....	67
4 REBECA VAI CONTAR E MUITOS VÃO APOIAR OU JULGAR.....	77
4.1 O relato de Rebeca	77
4.1.2. As reações ao vídeo sobre aborto	81
4.2 Os leitores da Anis no Facebook	89
5 CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE.....	105
ANEXO 1	107
ANEXO 2	109
ANEXO 3	112
ANEXO 4	117

1 INTRODUÇÃO

Aborto é silêncio. Mulheres que abortam também calam. Guardam segredo a respeito de um tema fronteiro entre a lei, a moral e o tabu. Poucas conseguem contar o que fizeram quando se descobriram gestantes sem terem planejado. Como o procedimento de aborto induzido e voluntário é crime no Brasil, existem apenas estimativas sobre o número de mulheres que decidem interromper a gravidez no país e sobre a quantidade de óbitos por esta causa.¹

A Organização Não Governamental (ONG) Anis Instituto de Bioética busca trazer a voz de quem aborta para a campanha pela descriminalização do aborto. Ouvir e divulgar as histórias das mulheres que interromperam a gravidez há mais de oito anos por meio de vídeos é o objetivo da *hashtag* #euvoucontar, segundo a Anis. Os relatos têm carga emocional e declarada motivação política. O objetivo desta pesquisa é entender como a campanha faz uso do ciberativismo na rede social Facebook e se agrega apoio à causa da descriminalização do aborto no Brasil.

A complexidade do tema justifica-se pelo fato de envolver saúde, gênero, direito, laicidade do Estado, além das questões morais, éticas e religiosas de cada cidadão. Fatores como educação sexual, acesso à informação sobre serviços de saúde e a métodos anticoncepcionais também perpassam o debate sobre os casos de interrupção voluntária da gravidez no Brasil.

A pesquisa “Nascer no Brasil”, realizada por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mostra que 55% das mães participantes relatam que não pretendiam engravidar, dentre as quais 30% não queriam ter filhos em momento algum da vida.² Cerca de 2% dessas 24 mil mães pesquisadas, atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), disseram ter tentado abortar, o que equivale a cerca de 480 mulheres.

A intenção da campanha #euvoucontar divulgada na internet, segundo a ONG que se autodenomina feminista, é dar visibilidade à fala daquelas que abortaram e mostrar aos espectadores dos vídeos que “o aborto é um evento comum da vida das mulheres brasileiras”.³

¹ Os dados oficiais indicam 121 óbitos por aborto em 2015, mas especialistas alertam que pode haver subnotificação. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-12/deputados-e-especialistas-divergem-sobre-dados-relativos-mortes-por-aborto>. Acesso em 1º de julho de 2018.

² Pesquisa realizada com 24 mil mães em 266 hospitais públicos do Brasil nos anos de 2011 e 2012. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,55-das-maes-nao-queriam-ter-filhos-aponta-pesquisa,10000092047>. Acesso em 8 de julho de 2018.

³ Trecho de entrevista com a responsável pela campanha da Anis, Débora Diniz, feita para esta pesquisa.

A idealizadora da iniciativa é a antropóloga, professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB), Débora Diniz. Ela também está à frente da Anis - Instituto de Bioética e narra a maior parte dos vídeos da campanha.

Débora Diniz⁴ considera que a interação de seguidoras nas postagens da campanha #euvoucontar mostrou a potência de trazer o debate a partir de histórias reais e avaliou que a sensibilidade para o tema muda, quando há a dor concreta de uma mulher real sendo contada.

As redes sociais, como o Facebook,⁵ são utilizadas pela Anis para ações de mobilização de pessoas em torno da causa da descriminalização do aborto no Brasil e também para replicar notícias, artigos e outros conteúdos a respeito do tema e de outros relacionados a direitos humanos. A *hashtag* #euvoucontar foi criada em 2017 e difundida a partir de setembro daquele ano.

Segundo a responsável pela Anis, não houve coleta pessoal de dados com as mulheres que colaboraram para a campanha e 110 delas tiveram seus relatos colhidos ao longo de 19 dias pelo aplicativo WhatsApp.⁶ Parte desses relatos foi selecionada e transformada em vídeos com duração de três a oito minutos.

Na iniciativa capitaneada pela Anis, também foi contada a história de Rebeca Mendes, paulistana de 30 anos, estudante universitária então com contrato de trabalho temporário e mãe de dois filhos. Com apoio da ONG, ela foi a primeira brasileira a solicitar liminar ao Supremo Tribunal Federal (STF) para ter direito ao aborto. O vídeo sobre o relato foi divulgado em 23 de novembro de 2017. Rebeca⁷ disse ter orgulho em ter ajudado a dar visibilidade ao debate sobre a descriminalização do aborto no Brasil.

A estudante tornou-se personagem de vídeo da campanha #euvoucontar veiculado naquela mesma semana. A história é uma das cinco analisadas nesta pesquisa dentre as 31 que a Anis trouxe a público, de setembro de 2017 a janeiro de 2019. A veiculação dos vídeos sofreu descontinuidade no início de maio de 2018 e foi retomada em agosto daquele ano. Havia sido previstos inicialmente 52 vídeos semanais que seriam publicizados até setembro de 2018. O motivo da pausa por quase cinco meses não foi informado pela ONG. Após o número 23, divulgado em 4 de maio de 2018, os vídeos foram retomados em 28 de setembro de 2018, data inicialmente prevista para o fim da campanha. Pelo menos sete novos vídeos

⁴ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2018 cuja íntegra está no Anexo 3.

⁵ Criado em 2004, o Facebook atualmente é considerado a maior rede social do mundo. Superou dois bilhões de usuários ativos em junho de 2017.

⁶ Aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e de chamadas de voz para smartphones criado em 2009.

⁷ Entrevista concedida à autora em julho de 2018 e incluída como Anexo 3.

foram postados, chegando a um total de 31 desde o princípio da iniciativa, entre 28 de setembro de 2017 e 17 de janeiro de 2019.

O desenvolvimento desta pesquisa revelou o quanto é complexo buscar o número real de casos de aborto no Brasil. Segundo dados do Sistema Único de Saúde (SUS), a quantidade de curetagens⁸ pós-aborto ou puerpério se manteve nos últimos anos entre 181 mil (2015) e 190 mil (2013)⁹ no país. Não há, entretanto, registros que distingam quantos desses casos foram realizados após aborto espontâneo ou induzido.

No âmbito Legislativo, apesar de o tema ser debatido frequentemente no Congresso Nacional, não houve quaisquer mudanças em relação à lei vigente há quase 80 anos sobre o tema no Brasil. A pauta é recorrente desde a Constituinte, quando propostas contra e a favor do aborto foram discutidas inclusive por meio de emendas populares apresentadas para os parlamentares que votariam a Constituição Federal de 1988. Na busca do site do Congresso Nacional, aparecem 195 resultados para projetos, matérias e proposições sobre o tema aborto.¹⁰

No Brasil, o Código Penal, aprovado em 1940, prevê, no artigo 124, que aborto é crime e que pode ser punido com até três anos de prisão para a grávida que o pratica ou que consente que o façam.¹¹ A única alteração em relação ao aborto no país, desde 1940, foi aprovada pelo Judiciário. Em 2012, os ministros do Supremo Tribunal Federal decidiram autorizar o aborto legal de fetos anencéfalos.¹²

A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) número 442, com o intuito de legalizar o aborto no país, aguarda julgamento no STF desde 8 de março de 2017. A ação foi movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e contou com assessoria da Anis – Instituto de Bioética para o tema. Nos dias 3 e 6 de agosto de 2018, houve audiências públicas sobre o tema, nas quais a pesquisadora da Anis, Débora Diniz, foi uma das 60 pessoas que falaram a respeito, no Supremo. Segundo o STF, ao longo dos dois dias de audiência, foram ouvidos especialistas do Brasil e do exterior, entre eles pesquisadores de

⁸ Curetagem é o procedimento médico feito com a cureta para retirar material placentário ou endometrial do útero.

⁹ O Sistema Único de Saúde (SUS) realizou cerca de 181 mil curetagens em 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/03/10/sus-atende-100-vezes-mais-casos-pos-aborto-do-que-faz-interruptoes-legais.htm>>. Acesso em 11 de julho de 2018

¹⁰ Site do Congresso Nacional tem 195 resultados sobre aborto entre projetos, matérias e proposições. Disponível em: <<https://www6g.senado.leg.br/busca-congresso/?q=aborto&colecacao=Projetos%20e%20Mat%C3%A9rias%20-%20Proposi%C3%A7%C3%B5es>>. Acesso em 14 de julho de 2018.

¹¹ O Código Penal Brasileiro é de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848compilado.htm>. Acesso em 07 de julho de 2018.

¹² STF autorizou aborto de feto anencéfalo em 2012. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=204878>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

diversas áreas, profissionais de saúde, juristas, advogados e representantes de organizações da sociedade civil de defesa dos direitos humanos e entidades de natureza religiosa¹³.

Além do vídeo que conta a história de Rebeca, outros quatro vídeos da campanha da Anis, são avaliados nesta pesquisa. A escolha se deu porque eles problematizam questões diferentes envolvendo o aborto (sistema de saúde, privilégio de classe e raça, religião e criminalização e descaso policial). Como nestes quatro casos não há quaisquer nomes de mulheres revelados pela narradora, que interpreta os textos relatando-os em primeira pessoa, serão identificados pelos números na sequência de exibição feita pela ONG. Todos eles foram divulgados na fanpage da Anis no Facebook entre os dias 5 de outubro de 2017 e 7 de dezembro de 2017.

Uma mulher que tinha 19 anos quando abortou em uma clínica clandestina e que não recebeu anestesia ao passar por uma curetagem, procedimento realizado para finalizar o aborto, no hospital para onde foi levada é a personagem da história dois da campanha. Ela conta ter sido abandonada pelo namorado à época.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentados na Pesquisa Nacional de Saúde¹⁴ (PNS) mostram que a primeira gravidez acontece mais cedo entre mulheres que são menos instruídas e que, entre as mulheres de 18 a 49 anos sexualmente ativas, nos 12 meses anteriores à pesquisa, 39% não usaram método algum para evitar engravidar naquele período. Ou seja, cerca de quatro em cada dez mulheres brasileiras não se preveniam com qualquer método contraceptivo.

A outra história da campanha é a do vídeo cinco. Traz a trajetória de uma mulher negra que relata ter sido vítima de violência sexual e que abortou em meados dos anos 1980, ingerindo remédios e chás caseiros. Ela revela ainda que era prostituta e conta ter sofrido discriminação por policiais a quem denunciou o abuso e no atendimento que recebeu por parte dos profissionais de saúde ao ser levada para o hospital.

A narrativa seis é de uma mulher que diz ser de classe média e que recorreu a uma clínica clandestina, mas com condições de higiene adequadas, para abortar. Aos 38 anos, quando deu o depoimento para a ONG, ela disse reconhecer que é privilegiada por ter podido pagar por esse procedimento no Brasil e por ter recebido orientação. Hoje, ela relata que é mãe de um filho no momento em que ela escolheu ter.

¹³ Dados do site do Supremo Tribunal Federal (STF). Disponíveis em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=386005>> Acesso em 13 de dezembro de 2018

¹⁴ Pesquisa Nacional de Saúde 2013 divulgada pelo IBGE em 2015. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013/default.shtm>>. Acesso em 15 de maio de 2018.

Já o vídeo oito conta a trajetória de uma grávida de feto anencéfalo, que decidiu interromper a gestação ao receber o diagnóstico. Ela disse ter tido dificuldade, mas recorreu a um serviço de aborto legal, já que nessa situação o procedimento é permitido no país por decisão do STF. A mulher conta ter se sentido julgada moralmente por ter optado pelo aborto.

O assunto descriminalização do aborto também ganhou visibilidade ao longo do ano de 2018, porque, em outros países, como Argentina e Irlanda, parte da população tem-se mobilizado para alterar as leis que preveem punição como prisão para mulheres que decidem interromper a própria gravidez.

A Argentina chegou a aprovar, em junho de 2018, na Câmara dos Deputados, a possibilidade de alterar a legislação do país para que o aborto fosse permitido até a 14ª semana de gestação por decisão da mulher. A votação de 129 favoráveis, 125 contrários e uma abstenção, na Casa Legislativa, demonstrou a divisão acirrada em relação ao tema no país vizinho.¹⁵

Movimentos organizados de mulheres argentinas também utilizaram a internet e as redes sociais para mobilizar uma campanha que chegou às ruas, para manifestar posicionamento em relação à votação sobre o projeto que flexibiliza a legislação. Como reação, houve forte manifestação de grupos ligados à Igreja Católica, para impedir a descriminalização do aborto no país vizinho.

De influência católica, qualquer modificação na lei argentina precisaria ter passado também por votação no Senado do país de origem do papa Francisco, atual pontífice da Igreja Católica. Em 9 de agosto de 2018, entretanto, o Senado argentino recusou, por 38 votos a 31, a mudança na lei. Tal como no Brasil, a legislação argentina continua permitindo o aborto somente nos casos de risco de vida para a mãe, de estupro e de má-formação do feto.

Em 26 de maio de 2018, foi a Irlanda, país onde há maioria católica, que realizou referendo para alterar a legislação que pode permitir mudanças que possibilitam a legalização do aborto. Um em cada três (66%) dos votantes foram a favor da flexibilização da lei no país de maioria católica.¹⁶

As reivindicações de parte das mulheres e de movimentos organizados em defesa da descriminalização do aborto passaram a contar com a utilização da internet para ações de

¹⁵ Projeto aprovado pela Câmara dos Deputados da Argentina em 13 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.hcdn.gob.ar/proyectos/textoCompleto.jsp?exp=2492-D-2017&tipo=LEY>>. Acesso em 7 de agosto de 2018.

¹⁶ Dados disponíveis em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/05/primeiros-resultados-apontam-vitoria-do-sim-em-referendo-sobre-aborto-na-irlanda.shtml>>.

mobilização, principalmente depois do advento da Web 2.0¹⁷ e da interação permitida por meio dela. Esse contexto em que cada um pode ser, além de receptor, também emissor e produtor de conteúdo gerou oportunidades para a divulgação de posicionamentos e para o acesso a mais informação sobre o tema, assim como facilitou a conexão de indivíduos com interesses em causas semelhantes.

Dessa forma, o objetivo central desta pesquisa é compreender, à luz dos estudos culturais e da etnografia, como a campanha #euvoucontar aborda o debate sobre a descriminalização do aborto no Brasil e afeta usuários do Facebook. O assunto tem sua complexificação ampliada ao mostrar sob a perspectiva individual as angústias e os dilemas de cada uma dessas mulheres que decidiram não se tornar mães naquele momento.

Apesar do posicionamento favorável à legalização do procedimento no Brasil, o intuito da pesquisa não é falar a partir do lugar dessas mulheres, tampouco defender o que dizem em prol da legalização do aborto, mas, sim, entender que análise pode ser feita sobre a campanha #euvoucontar e sobre a opção política adotada de dar vazão às memórias das mulheres que abortaram.

Ouvir e contar histórias é o cerne da profissão que escolhi e que exerço há 20 anos. Apreciá-las, descobri-las faz parte da paixão pela função de jornalista. Lembro-me de, muito antes disso ser trabalho, ter admiração por escutar as pessoas comuns contarem sobre vivências, cotidiano, o que as fazia tristes ou alegres.

Enquanto trabalhei como repórter, as pautas que envolviam questões de gênero sempre me atraíram de forma especial. Reportagens sobre mulheres no Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, mães à frente de pequenas empresas, empreendedoras na economia solidária estão entre algumas pautas que me lembro de ter feito com mais prazer. Contar a história de outras mulheres era instigante.

Em 2005, passei a me deparar com novas questões relacionadas ao fato de estar no mercado de trabalho, pois foi o ano em que me tornei mãe. Alguns direitos garantidos em lei e na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) para mulheres jornalistas não eram plenamente respeitados, como a redução de carga horária para amamentar o filho até 12 meses e para ter o valor integral da mensalidade da creche ressarcido.

Nesse período, a internet e as redes sociais tornaram-se, para mim, um terreno importante para as trocas simbólicas com outras mães, inclusive para discutir sobre a divisão social do trabalho, compartilhar situações novas e dicas sobre como conciliar a maternidade e

¹⁷ Web 2.0 foi o termo criado por Tim O'Reilly para designar a segunda geração de serviços na rede, que se caracterizava por ampliar as formas de produção cooperada e compartilhamento de informações online.

a vida profissional. Algumas das mulheres que conheci naquela época continuam, 13 anos depois, fazendo parte da minha rede de contatos.

Essa situação também despertou o interesse em ler mais sobre os direitos femininos e em buscar me aprofundar sobre outras questões de gênero. Até me tornar mãe, as diferenças entre as oportunidades para homens e mulheres no mundo corporativo não me chamavam tanta atenção. No período de 2005 a 2010, atuei no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Ceará (Sindjorce) como suplente da diretoria (2005-2007) e como secretária-geral (2008-2010), o que também me aproximou de outras demandas da categoria e dos movimentos sociais.

Em 2012, estava trabalhando como editora de Nacional/Internacional em um jornal regional, e fui responsável por editar todas as matérias do veículo para o qual trabalhava sobre a votação no Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da aprovação do aborto nos casos de diagnóstico de anencefalia no Brasil.

As questões relacionadas à saúde só começaram a me chamar mais atenção em 2013, quando, grávida do segundo filho, passei a estudar sobre parto natural, a integrar grupos de discussão sobre o tema no Facebook e a participar de fóruns relacionados às questões dos direitos reprodutivos e da atenção à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde (SUS) e na rede privada de saúde.

Nas redes sociais, percebi que, em certas fases, esses grupos podem funcionar como importantes redes de apoio e fontes de informação para mulheres que ficam muito tempo sozinhas e que têm suas rotinas alteradas pelos cuidados constantes com um bebê. Nos grupos de incentivo ao parto normal, por exemplo, mulheres fazem narrativas em primeira pessoa contando a própria experiência para estimular outras futuras mães a não serem submetidas a uma cirurgia cesárea sem indicação. Nos fóruns sobre amamentação na internet, a trajetória é similar e algumas histórias contadas por lactantes incentivam outras mulheres a amamentar.

Os temas relacionados a questões de gênero passaram a despertar ainda mais meu interesse ao me tornar mãe de uma menina. Após o nascimento da minha caçula, em 2016, planejei estudar alguma iniciativa relacionada ao apoio e à solidariedade que mulheres recebem de outras mulheres, o que é chamado de sororidade. Então, quando decidi entrar no processo para disputar uma vaga no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC), minha intenção era conhecer mais sobre essa mobilização em rede com foco nas mulheres e em algum tema que dissesse respeito diretamente a elas.

A proposta inicial era acompanhar o ciberativismo relacionado a uma campanha chamada #primeiroassédio, o que acabou não se concretizando por dificuldades em conseguir informações com a ONG que havia promovido a iniciativa e também pelo fato de a *hashtag* ter sido criada em outubro de 2015. Havia passado tempo demais, quando se trata de internet, para coletar dados para pesquisa.

O tema aborto só surgiu posteriormente, em 2017, e se encaixava em alguns critérios que havia estabelecido como prioridade, para se tornar objeto de pesquisa: dizia respeito às mulheres e ao feminismo e tinha uma *hashtag* criada recentemente (#euvoucontar). Além disso, o fato de estar trabalhando em assessoria de comunicação na área da saúde me fez ter interesse particular sobre o assunto tabu, ainda pouco abordado nos veículos jornalísticos e pauta que gera conflito até mesmo entre os movimentos organizados de mulheres.

Apesar de não acreditar em neutralidade, desenvolvo esta pesquisa partindo do pressuposto de que o debate sobre aborto envolve questões de cunho estritamente pessoal, como moral e crença religiosa, e que não cabe aqui a defesa de meu posicionamento pessoal, que é favorável à descriminalização. Interessa também, nesse trabalho, abordar com sensibilidade o fato de mulheres brasileiras que não planejaram engravidar se verem no dilema de cometer um crime se submetendo ao aborto inseguro¹⁸, ou de aceitar uma gestação não planejada.

O tema aborto ainda é envolto pelo silêncio de muitas mulheres que preferem não serem julgadas pelo procedimento de interromper a gravidez. É sobre esse tabu que se manteve oculto por décadas um problema social amplo que Hooks (2018) comenta:

Vários de nós somos as crianças não planejadas de mulheres talentosas e criativas cuja vida foi mudada por uma gravidez não planejada ou indesejada. Nós testemunhamos a amargura, a raiva, a frustração com sua situação de vida. E estava claro para nós que não poderia haver qualquer libertação sexual genuína para mulheres e homens sem melhores e mais seguros métodos contraceptivos – sem o direito ao aborto seguro e legal. (HOOKS, 2018, n.p)

Neste estudo, não pretendo julgar a decisão de abortar como certa ou errada, mas, sim, discutir como se dá esse debate do ponto de vista da comunicação, usando como recorte a campanha #euvoucontar, com interesse nas postagens dos seguidores da fanpage da Anis no Facebook.

¹⁸ Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS (2007), aborto inseguro é o procedimento para terminar uma gravidez indesejada, realizado por indivíduos sem as habilidades necessárias e/ou em ambiente abaixo dos padrões médicos exigidos.

Ainda na década de 1960, Heleieth Saffioti (2013, p. 127) levantava a discussão de que “no conjunto da sociedade, não se obteve a separação entre a sexualidade e a reprodução e nem se resolveu a questão da socialização dos imaturos”. É relevante, portanto, abordar como a campanha da Anis agendou os meios de comunicação tradicionais e como a circularidade da pauta aborto foi levada à internet e aos campos político-institucionais como STF e Congresso Nacional por causa da #euvoucontar.

Além disso, o cenário político que envolve esse tema promete torná-lo ainda mais árido com o resultado da eleição para presidente no Brasil, em 2018, uma vez que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) posiciona-se claramente contra a descriminalização do aborto e contra o que denomina de “ideologia de gênero”¹⁹. A pesquisa ganha, assim, relevância com o acirramento contra a pauta feminista no âmbito nacional.

Na campanha eleitoral de 2018, por exemplo, houve organização e manifestação de feministas nas redes e nas ruas que deram voz e repercussão ao movimento #elenão contra o então candidato do PSL. O movimento com liderança descentralizada realizou protestos presenciais em todos os estados, no Distrito Federal e fora do Brasil (em cidades como Lisboa, Londres, Paris e Nova York) em 29 de setembro de 2018.

Apesar dessa mobilização, o Brasil elegeu um presidente de extrema direita que defende propostas baseadas em questões morais e contra pautas das minorias em geral. A campanha do candidato, que tinha pouco tempo de rádio e TV, usou maciçamente as redes sociais e obteve sucesso com isso.

Para ocupar o cargo de ministra de uma nova pasta denominada Mulheres, Família e Direitos Humanos a partir de 2019, foi confirmado em dezembro de 2018 o nome de Damare Alves, pastora evangélica que é contra a realização do aborto mesmo quando em caso de gravidez decorrente de estupro²⁰. Entre outras propostas, ela defende o pagamento de valor mensal para apoiar mulheres que aceitem ter filho gerado após um ato de violência. A medida está prevista no Estatuto do Nascituro, projeto de lei que está em tramitação no Congresso Nacional²¹.

¹⁹ Atos de protesto contra o candidato que acabou sendo eleito foram organizados por mulheres em todos os estados no Distrito Federal e fora do Brasil. <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/09/29/manifestantes-vao-as-ruas-em-26-estados-e-no-df-contra-o-candidato-jair-bolsonaro.ghtml>> <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>> Acesso em 6 de janeiro de 2019

²⁰ O nome da ministra Damare Alves foi anunciado em 6 de dezembro de 2018. <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/damare-assumira-ministerio-da-mulher-familia-e-direitos-humanos>> Acesso em 6 de janeiro de 2019.

²¹ A proposta que está em tramitação no Congresso Nacional é chamada de Estatuto do Nascituro. <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/565069-CAMARA-ANALISA-PROJETO-DE-LEI-QUE-ESTABELECE-O-ESTATUTO-DO->

Destaco que não há outros estudos relacionados ao aborto e ao feminismo no PPGCOM-UFC. O trabalho de Leonardo Vasconcelos de Araújo — Comunicação para mobilização: quem dera ser um peixe, internet e ativismo político — já havia abordado, em 2016, a questão do ativismo digital no Facebook. A partir da influência do movimento “Quem Dera Ser um Peixe” na campanha contra a construção de um oceanário na Praia de Iracema em Fortaleza, que nunca chegou a ser finalizado. A análise de Araújo concluiu que a articulação política por meio da internet e de mobilizações presenciais alcançou êxito.

A dissertação de Beatriz Moreira da Gama Malcher, apresentada no Programa de Pós-Graduação de Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também em 2016, trouxe um trabalho denso no qual analisa de forma crítica as manifestações do movimento feminista na internet como “Primeiro Assédio” e “Não Mereço ser Estuprada”. A autora abordou a apropriação do discurso combativo pela lógica do espetáculo e a consequente descomplexificação de temas delicados como o estupro.

Nessa pesquisa, trago categorias como aborto (PEGORER, 2016; MIGUEL e BIROLI, 2016), gênero (BIROLI, 2018; CONNEL e PEARSE, 2015; VARIKAS, 2016), feminismos (BEAUVOIR, 2016; HOOKS, 2018; CISNE, 2014; TAVARES, 2010; TELES, 2017), ciberativismo (LE MOS, 2003; MALIN e ANTOUN, 2013), redes sociais na internet (THOMPSON, 2018; LEMOS e LÉVY, 2003; PRIMO, 2008; RECUERO, 2015; SANTAELLA, 2017; WOLTON, 2010, 2012), memória (POLLAK 1987,1992; NORA, 1993), cidadania (CANCLINI, 2008; PERUZZO, 2007) e movimentos sociais (GOHN, 2006; CASTELLS, 2013).

O corpus desta pesquisa é formado pelas postagens dos cinco vídeos publicados na *fanpage* da Anis que integram a campanha #euvouontar, desenvolvida no período compreendido entre 28 de setembro e dezembro de 2017. Os vídeos da campanha #euvouontar relatam histórias de abortos clandestinos. Independentemente de posicionamento pessoal, lançar luz sobre o tema aborto e sobre a forma como ele é abordado, na *fanpage* da Anis no Facebook, é o principal interesse da minha investigação.

No primeiro capítulo desta dissertação, é traçada uma relação entre a atuação da ONG Anis e o desenvolvimento da campanha com as categorias de gênero, feminismos, redes sociais e ciberativismo. Também é feita uma abordagem sobre a legislação relacionada ao aborto e aos direitos reprodutivos no Brasil e no mundo e às novas práticas de participação cidadã possibilitadas pela internet.

Ainda no capítulo inicial, articulo a análise dos objetivos da campanha da Anis, que usa de estratégias do ciberativismo, com o histórico dos feminismos no contexto dos movimentos sociais no Brasil. A #euvoucontar é avaliada como uma prática de comunicação alternativa da ONG, que atua defendendo uma bandeira específica também levantada por parte do movimento feminista no país.

Além disso, Gohn (2006) e Cisne (2014) falam do papel das ONGs no contexto em que consideram ter havido uma institucionalização da atuação dos movimentos sociais no Brasil. A campanha em estudo reivindica que as mulheres brasileiras tenham direito ao aborto seguro, realizado por profissionais em condições adequadas, e considera que criminalizar a interrupção da gravidez, no país, vai contra preceitos considerados fundamentais, previstos na Constituição Federal de 1988.

Em paralelo às modificações que vêm sendo proporcionadas pela internet, a atuação dos movimentos sociais também vem sendo alterada. A própria forma de militância política passa por alterações significativas. Gohn (2006, p. 337) justifica que a ascensão das ONGs, suas crises e suas reestruturações contribuíram para o deslocamento do interesse de muitos pesquisadores para outros temas da ação coletiva que não os movimentos sociais.

Gohn (2006, p. 337) destaca, assim, que “o estudo das redes sociais passa a ser objeto de interesse menos como articulação política e mais como elemento explicativo da estrutura e funcionamento das organizações que passaram a operar com certo grau de institucionalização”.

Para a ONG Anis, o aborto é uma questão de saúde pública que deve, portanto, ser contemplada no âmbito dos direitos reprodutivos. Nesse sentido, também é relevante trabalhar a categoria de cidadania. De acordo com Canclini (2008, p. 36), “a cidadania e os direitos não falam unicamente da estrutura formal de uma sociedade; indicam, além disso, o estado da luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de ‘interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas’.”

Assim, a questão da cidadania das mulheres envolvendo os direitos reprodutivos e o acesso delas aos serviços do sistema público de saúde no Brasil também são abordagens relevantes para esta pesquisa. Canclini avalia a cidadania sob diversos aspectos e defende que se articule o que considera diferentes modalidades dela.

“A insatisfação com o sentido jurídico-político da cidadania conduz a uma defesa da existência, como dissemos, de uma cidadania cultural, e também de uma cidadania racial, outra de gênero, outra ecológica, e assim podemos continuar despedaçando a cidadania em uma multiplicidade infinita de reivindicações. Em outros tempos o Estado dava um enquadramento (ainda que fosse injusto e limitado) a essa variedade

de participações na vida pública; atualmente, o mercado estabelece um regime convergente para essas formas de participação através do consumo. Em resposta, precisamos de uma concepção estratégica do Estado e do mercado que articule as diferentes modalidades de cidadania nos velhos e nos novos cenários, mas estruturados complementarmente” (CANCLINI, 2008, p. 37)

Já no segundo capítulo, são detalhados os vídeos da campanha escolhidos para a análise à luz dos Estudos Culturais e da etnografia, na medida em que se vinculam à abordagem da cultura e da sua relação com o poder e do uso da internet como parte dos processos de sociabilidade, respectivamente. As histórias resvalam em situação de dificuldades de acesso dessas mulheres à justiça e ao sistema público de saúde.

A atuação do movimento feminista também perpassa as questões de poder ao abordarem como elas afetam as relações de gênero e, até mesmo, como influenciam o registro (ou não) das vivências das mulheres. Por isso, o segundo capítulo também aborda a importância das memórias individuais dessas mulheres para a história coletiva das mulheres no Brasil. Costa (2018, p.60) destaca que “a rede potencializou uma estratégia feminista histórica, que se baseia na força agregadora do privado e das narrativas pessoais”.

Interessa, portanto, analisar como as histórias individuais dessas mulheres, nos vídeos veiculados pela #euvoucontar, impactam os espectadores que estão na rede virtual Facebook e se, quando agrupadas, contribuem para compor uma memória coletiva sobre o tema. No caso específico dessa *hashtag*, os relatos de mulheres comuns ganham visibilidade e são o motor da campanha em defesa da descriminalização do aborto criada pela Anis em 2017, com o intuito de estimular o debate sobre o tema ao mesmo tempo em que ele é discutido em ação a ser julgada no Supremo Tribunal Federal.

No terceiro e último capítulo, o vídeo de Rebeca e as repercussões que ele alcançou são o foco da análise. A história da primeira mulher a solicitar, no Brasil, o direito ao aborto no STF teve grande reverberação midiática e tornou-se símbolo da campanha da Anis. No Facebook da ONG, as mensagens foram tanto de apoio quanto de crítica à Rebeca.

O capítulo final conta, ainda, com uma avaliação sobre como a campanha repercutiu entre os seguidores da Anis no Facebook. Apesar das facilidades trazidas, como a de aproximar pessoas interessadas em causas semelhantes, a atuação política na internet também apresenta dificuldades como a reverberação dos discursos de ódio nas redes sociais como o Facebook.

As repercussões da campanha #euvoucontar demonstram isso. Os comentários sobre o vídeo de Rebeca deixam clara a falta de empatia e o desrespeito com a decisão de uma mulher como ela, que optou por não prosseguir com a gravidez porque considerava não ter

condições adequadas para criar mais um filho sozinha. Textos grosseiros e acusatórios foram postados por pessoas que fizeram comentários na fanpage da Anis a respeito do relato da estudante de Direito. A pesquisadora da Anis, Débora Diniz, que está à frente da campanha, também foi alvo de ameaças pela internet.

Para o desenvolvimento deste trabalho, a avaliação da #euvoucontar é feita sem otimismo utópico e inserida em um cenário de geração de conteúdo em profusão. Além da participação de muitos falando para muitos, que envolve a atuação política mediada pelo computador com o uso das redes sociais.

Entre o termo jocoso que foi cunhado como “ativismo de sofá” e a contribuição efetiva da internet para a participação política na reivindicação da cidadania e de uma democracia plena, há muitas nuances. Nessa linha, esta pesquisa pretende contribuir para o entendimento mais amplo de como as relações em torno de uma causa – a descriminalização do aborto - com repercussões sociais, jurídicas e políticas se estabelece por meio da atuação de uma ONG e dos sentidos produzidos pelos seguidores dela na rede social Facebook.

Para tanto, também foi realizada análise de respostas a questionário feito com seguidores da Anis no Facebook sobre a avaliação que têm a respeito do tema aborto e sobre a campanha promovida pela ONG pela descriminalização desse procedimento para todas as situações no Brasil.

Para o acompanhamento e a análise da campanha #euvoucontar, foi utilizado um mix de técnicas metodológicas que desse conta da complexidade e das repercussões do tema aborto. As postagens no Facebook da Anis são analisadas à luz de uma abordagem etnográfica e dos Estudos Culturais, de modo a buscar as informações que são apresentadas ao longo das postagens feitas pela Anis e pelos seguidores da fanpage no Facebook.

A análise qualitativa dessas interações possibilita uma avaliação da relevância do acesso à internet e às redes sociais para mobilização por causas comuns de grupos organizados, no caso específico desta pesquisa, as mulheres que defendem a descriminalização do aborto no Brasil. Polivanov e Santos (2016) abordam os desafios que estão apresentados para a pesquisa na internet:

Quando falamos de pesquisa social, e especificamente de pesquisa qualitativa, referimo-nos aos métodos que, dentro do campo das ciências sociais e humanas, propõem enfoques de aproximação aos objetos cujo propósito fundamental é compreender e interpretar fatos e fenômenos sociais diversos a partir da inserção aprofundada do(a) pesquisador(a) em ambientes culturais específicos

Um dos principais desafios daqueles que assumem esses métodos como guias de trabalho reside na sua capacidade para se inserir em ambientes os mais variados e entendê-los a partir de posições ao mesmo tempo respeitadas e críticas, que não comprometam a legitimidade científica da pesquisa nem pressuponham manipulação

dos dados em favor de provar premissas ou hipóteses (POLIVANOV e SANTOS, 2016, p. 181,182).

A avaliação das postagens da Anis no Facebook, nesta pesquisa, leva em conta uma abordagem etnográfica, para analisar como se dá a utilização da internet no cotidiano das pessoas de uma forma cada vez mais constante. A análise feita é que, com base em autores como Hine, se permitiu novas formas de sociabilidade graças ao uso da rede mundial de computadores e das redes sociais:

Nos estudos de mídia, a etnografia tem se posicionado na linha de frente dos esforços para compreender o impacto da mídia na vida das pessoas. A força da etnografia para os estudos de mídia reside em seu foco no que acontece no campo, no contexto, no momento em que a mídia é produzida e consumida (HINE, 2016, p. 12).

Ainda no início dos anos 2000, quando ainda estava começando a difusão da internet em dispositivos móveis, Hine (2000) propôs o entendimento da internet sob dois aspectos: enquanto cultura, no qual a internet representa um lugar, um ciberespaço, onde a cultura é constituída e reconstituída” e enquanto artefato cultural, como “um produto da cultura: uma tecnologia que foi produzida por pessoas particulares com objetivos e prioridades situadas contextualmente” (HINE,2000, p. 9).

Esta pesquisa busca analisar e entender as práticas e atores sociais e sua dimensão simbólica. Na campanha #euvoucontar, há uma intenção de publicizar um tema tabu como o aborto e levar o debate sobre os impactos da criminalização desse procedimento para as mulheres. A forma escolhida, para propor esse debate a mais pessoas por meio da internet, foi a campanha com vídeos em que são contadas histórias reais de mulheres que passaram pela experiência de abortar.

De maneira que as postagens e interações no Facebook da Anis sobre cada vídeo divulgado, principalmente o de Rebeca, e a análise desse material constituem a parte mais complexa e rica desta pesquisa:

Corroboramos a ideia defendida por Sá (2005) de que a mediação entre pesquisador e pesquisado sempre se fará presente de algum modo, mas que, como também é apontado pela autora, os ambientes digitais têm características próprias, têm gramáticas e linguagens próprias que não podem ser perdidas de vista. Desse modo, observar uma lista de discussão na internet ou uma comunidade virtual em um site de rede social trará dados *materialmente* distintos (como textos escritos, emoticons, imagens e links publicados pelos usuários, por exemplo) daqueles coletados em encontros presenciais (POLIVANOV, 2013).

Para realizar o trabalho de acompanhamento da #euvoucontar, todos os vídeos foram salvos e seus dados, catalogados. Também foi feito o acompanhamento sistemático da

periodicidade com a qual eles foram postados, bem como a catalogação dos comentários mais relevantes dos usuários do Facebook na página da Anis. Os cinco vídeos que foram escolhidos abordam aspectos diferentes relacionados ao aborto.

Ao longo do período de coleta e análise, várias dificuldades foram se apresentando, como a distância geográfica em relação à sede da ONG Anis, que fica em Brasília, e à residência de Rebeca Mendes, cujo vídeo é considerado o mais relevante da pesquisa, já que é o que gerou mais impacto e reações dos usuários do Facebook. O contato com representante da ONG e com Rebeca foram feitos por meio das redes sociais, o que viabilizou entrevistas.

Assim, nesta pesquisa a internet, as interações e mobilizações possibilitadas por ela são analisadas não como apartadas do mundo *off-line*, mas como parte das práticas sociais cotidianas que contam com o desenvolvimento e a difusão das tecnologias digitais móveis e portáteis que permitem que as pessoas estejam em conectividade constante. A utilização da etnografia como abordagem metodológica se deu porque possibilitaria uma análise mais ampla dessas correlações.

Na abordagem etnográfica, o fato social não é percebido como isolado, mas sim articulado com outras esferas da vida que se relacionam e ganham sentido de um todo que as precede. A internet abarca práticas sociais tão múltiplas e diversas que torna problemática qualquer enunciação do que a internet “seja”, como um meio que leve a determinados comportamentos. As “novas mídias”, portanto, entram na vida de sujeitos específicos que se orientam a partir de códigos culturais particulares que criam práticas diversas a serem analisadas (CAMPANELLA, BARROS, 2016, p. 8)

Para Gomes (2016, p. 71), o resultado disso é que “em cerca de duas décadas houve uma grande transformação que modificou radicalmente a nossa relação com o tempo, espaço e também com o trabalho, com a vida”. Nesse contexto, a internet e o que circula através dela ganham repercussão e relevância em termos midiáticos e na inserção dos temas do debate cotidiano dos usuários das redes sociais. Assim, Gomes aborda o tema e a relativização da influência de meios como a televisão:

Em termos midiáticos, a construção social da realidade não depende tanto do que é narrado e transmitido pela televisão (telejornais, sobretudo), mas também, e cada vez mais, do que circula na internet, notadamente nas redes sociais. Através delas, a internet vem assumindo cada vez mais o protagonismo na aferição e nas narrativas sobre a realidade nacional. Mais ainda, no Brasil, as redes sociais assumiram a condição de espaço público onde ocorrem os principais debates públicos e por onde circulam discursos públicos a respeito de pautas politicamente importantes da sociedade brasileira. Na verdade, o que temos hoje é uma disputa acirrada no que se refere ao processo de construção de “verdade” na sociedade brasileira e que passa pela crescente legitimidade das redes sociais, em detrimento do declínio da confiança na mídia tradicional. (GOMES, 2016, p. 91).

Os Estudos Culturais, para Moisés Lemos (2003), declinam as atuais vertigens dos humanos, razão pela qual poderiam ser encarados como as novas humanidades. Lemos ressalta as abordagens das questões de gênero como um dos pontos centrais dos Estudos Culturais, que “constroem modelos de descrição e resolução de problemas” e “elaboram estratégias de abordagem dos dilemas com que os seres humanos se confrontam, individual e coletivamente” (2003, s. p.).

Falar do crescimento da legitimidade das redes sociais ao fazer contraponto aos meios de comunicação tradicionais é importante, desde que sejam feitas também ponderações sobre não haver neutralidade na internet e sobre existirem questões urgentes a serem tratadas nesse âmbito, como a confiabilidade e a verificação das informações divulgadas. Essa preocupação manteve-se ao longo de todo o processo de pesquisa em relação à campanha #euvoucontar e da atuação da Anis nessa iniciativa.

Autores como Wolton (2010) são mais céticos em relação ao papel da internet. Ele destaca os desafios que existem num mundo saturado de informações e de conhecimentos cada vez mais acessíveis ou gratuitos.

Nos últimos 20 anos o mundo inteiro engoliu o mito da internet, convencido de que 6,5 bilhões de internautas levariam a uma “autêntica” comunicação. A comunicação resulta, na sua forma contemporânea, desta tripla revolução: liberdades humanas, modelos democráticos e progressos tecnológicos. Estamos atualmente numa encruzilhada. Duas ideologias ameaçam a comunicação: o individualismo, ou seja, a redução da comunicação à expressão e à interatividade, e o comunitarismo, isto é, a marginalização da questão da alteridade e a possibilidade do encerramento em espaços virtuais (WOLTON, 2010, p. 24).

A minha pesquisa leva em conta o atual momento político no Brasil, no qual conquistas importantes estão ameaçadas, como o direito ao aborto em caso de violência, de risco à saúde da mulher e de gravidez de feto anencéfalo. Nesse contexto, o trabalho de Moisés Lemos (2003) também contribui sobremaneira, ao ressaltar o debate que problematiza a comunidade humana e aponta interrogações entre espaço público, opinião pública e organização da vida em comunidade.

O debate que problematiza a comunidade humana, ou seja que interroga a relação entre espaço público e opinião pública e o modo de organizarmos a vida em comunidade, tem levado muitos investigadores a falar de “democracia possível”, revitalização política do espaço público”, “requalificação democrática do espaço público”, insistindo na intervenção do público na política e assinalando as formas de resistência e de reinvenção da política (LEMOS, 2003, n. p.).

A análise do material envolve ainda o conceito de mediações (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 287) como lugares entre a produção e a recepção, como construção de

sentidos que levam em conta o contexto cultural. O que Martín-Barbero (2006) considera é “que os movimentos sociais e minorias – as etnias e as raças, as mulheres, os jovens ou os homossexuais – demandam não tanto ser representados, mas, sim, reconhecidos; fazerem-se visíveis socialmente em sua diferença” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 68).

Desta forma, trabalhar com um mix de metodologias como a teoria das mediações e a etnografia permite lidar com a interdisciplinaridade, entrecruzamentos e aproximações necessários para abordar o tema aborto.

2 A DEFESA DO DIREITO AO ABORTO FEITA NA INTERNET

2.1 Ciberativismo, feminismos e cidadania

Com os anos 2000 e o desenvolvimento de um ambiente de mutação das mídias, desenha-se uma configuração diferente, caracterizada por três princípios básicos da cibercultura: liberação da emissão, conexão generalizada e reconfiguração social, cultural, econômica e política (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 46). É nesse contexto que se desenvolve o ciberativismo, referente a práticas sociais associativas de utilização da Internet por movimentos politicamente motivados com o intuito de alcançar novas e tradicionais metas (LEMOS, 2003).

É essa nova esfera pública digital, com a marca da colaboração, através da qual as pessoas integram redes de troca de conteúdos que elas mesmas fornecem, filtram e organizam que abre terreno para o surgimento de iniciativas como as da Anis e do Think Olga, com atuação principalmente em meios virtuais. O papel das redes sociais nesse contexto atualiza os conceitos de esfera pública e de opinião pública, tal como aborda Raquel Recuero.

Os sites de rede social, com isso, podem ser compreendidos como elementos ampliadores da esfera pública que proporcionam um espaço onde, além da socialização, os atores podem expressar e reproduzir opiniões políticas e ideias que contribuem para o debate público. A facilidade técnica para produzir e reproduzir mensagens de manifestação e apoio (curtindo ou retuitando, por exemplo) é condizente com um conceito de opinião pública como uma rede de comunicações intermediando múltiplas relações entre sistemas sociais (RECUERO, 2015, p. 35).

Essa nova esfera pública digital traz as relações entre pares e a colaboração como características principais, que se diferenciam da ideia de centro emissor das mídias tradicionais, evoluindo para um sistema de maior distribuição horizontal (LEMOS e LÉVY, 2010, p. 50).

É na internet, por meio do uso de *hashtags* e de mobilizações em rede, que a Anis Instituto de Bioética, criada em 1999 e sediada em Brasília, tem atuado no combate à criminalização do aborto e na abordagem de outros temas relacionados às mulheres e aos direitos humanos em geral. Prudêncio (2014, p. 88) observa, entretanto, que o “ativismo digital está menos relacionado a grandes causas de movimentos sociais e mais a campanhas específicas cujas marcas são as *hashtags* e o compartilhamento de conteúdo informativo para mobilizar quadros de atores coletivos e individuais”.

Num contexto em que minorias buscam mais representação política e representatividade, a internet assume, portanto, um papel que é central, tendo em vista a

facilidade de utilização desse meio para difundir informações por meio de textos, vídeos, imagens e áudios.

Segundo dados do Comitê Gestor da Internet (CGI) divulgados em julho de 2018, a proporção de usuários de Internet no Brasil cresceu seis pontos percentuais, saindo de 61% (2016) para 67% (2017). Isso significa que, em números absolutos, 120,7 milhões de brasileiros acessam a rede. Essa proporção chega a 71% nas áreas urbanas. O celular como dispositivo para acesso individual é utilizado por quase a totalidade dos que acessam a internet (96%)²². Cabe destacar, entretanto, que pelo menos três em cada dez brasileiros ainda não têm acesso a conteúdos veiculados na internet porque não dispõem de conexão por qualquer tipo de dispositivo.

Para Martín-Barbero, “o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais” (1997, p. 258).

Nesse cenário, vêm ganhando espaço palavras como empoderamento, representatividade e direitos. Interessa a esta pesquisa abordar como estas questões são trabalhadas no conteúdo de posts da ONG Anis sobre #euvoucontar e nas reações de apoio ou de repúdio à campanha. Os limites da atuação dos movimentos feministas na difusão e no engajamento entre públicos mais amplos é avaliado por Flávia Biroli (2018):

Os problemas que assim emergem permitem refletir sobre os padrões de organização e atuação dos movimentos estabelecidos a partir dos anos 1970, mas também sobre o ativismo contemporâneo ou os novos feminismos que emergem no ambiente de trocas e difusão de informações e ideias propiciado pela internet. A multiplicação de coletivos, blogs, revistas e agências de notícia feministas atesta a existência de uma esfera pública plural, em que as controvérsias de gênero são agudas, o feminismo ganha novas formas, e as lutas, novas organizações. Mas multiplicidade e presença nas redes não significa, necessariamente efetividade (BIROLI, 2018, capítulo 5, posição 4360, 80%, n. p.).

A ONG Think Olga, que apoia a #euvoucontar, em post publicado no Facebook em 19 de outubro de 2017, reconhece a limitação das *hashtags*. O coletivo já havia realizado anteriormente as campanhas #chegadefiuuiu, que se tornou um longa-metragem lançado em 2018, e #primeiroassedio, contra o assédio nas ruas²³:

Como criadoras das campanhas #PrimeiroAssedio e #ChegadeFiuFiu, sabemos da dimensão que as *hashtags* podem criar. Foi por meio dessas ferramentas que pautamos assuntos antes ignorados pela mídia. Mas reconhecemos que as campanhas acabam dizendo muito mais sobre a coragem da mulher do que sobre o

²² Informações do Comitê Gestor da Internet < <https://cgi.br/noticia/releases/acesso-a-internet-por-banda-larga-volta-a-crescer-nos-domicilios-brasileiros/> > Acesso em 29 de novembro de 2018

²³ Trecho retirado de postagem da ONG Think Olga no Facebook.

interesse da sociedade em combater o problema.

(...)

Foi percebido que a internet é uma arma poderosa para disseminar tais anseios e demandas. Mas, se no momento que as histórias começaram a serem contadas, elas fossem validadas, acreditadas e providências efetivas fossem tomadas, já não estaríamos no mesmo estado, com novas hashtags. Em vez disso, ainda é necessário gritar a urgência de combater a violência de gênero.

As mulheres não deveriam precisar repetir suas dores tantas vezes, mas o fazem. Diante disso, precisamos que nossas pautas sejam levadas a sério. Vocês já conhecem nossas histórias de dor. Qual é o próximo passo?

Em entrevista para esta pesquisa, a antropóloga Débora Diniz foi questionada sobre a relativização do alcance de campanhas nas redes sociais usando *hashtags*²⁴:

“Talvez não se trate de relativizar, mas de fazer uma pergunta importante sobre a mobilização política, qual será o próximo passo. No caso da hashtag #EuVouContar, para além da mobilização de mulheres, que se fortalecem ao ver e poder falar sobre histórias semelhantes às suas, o poder de mostrar a realidade escondida do aborto no país tem o objetivo de mostrar a violação de direitos fundamentais que a criminalização provoca, e assim também serem elementos de incidência para o julgamento da ADPF 442, agora pendente de julgamento no STF”.

A ADPF 442²⁵ que a antropóloga menciona significa Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, que foi ajuizada em março de 2017 no Supremo Tribunal Federal (STF) e parte da tese de que “as razões jurídicas que moveram a criminalização do aborto pelo Código Penal de 1940 não se sustentam”.

A ação, movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com a consultoria da Anis - Instituto de Bioética, considera que preceitos fundamentais da Constituição de 1988, tais como “dignidade da pessoa humana, da cidadania, da não discriminação, bem como os direitos fundamentais à inviolabilidade da vida, à liberdade, à igualdade, à proibição de tortura ou tratamento desumano ou degradante, à saúde e ao planejamento familiar”, são violados pelos artigos 124 e 126 do Código Penal.

A pesquisadora Rousiley Cely Moreira Maia considera que a internet proporcionou uma nova infraestrutura – mais rápida e mais barata, com grande potencial para produção e difusão autônoma de informação e com uma gama variada de recursos para a conexão e para a ação política em escala local, nacional e transnacional (2012, p. 47).

Ela destaca ainda que há movimentos coletivos que buscam desestabilizar “consensos existentes da cultura majoritária que podem ser opressivos nas relações íntimas, nas relações sociais ou, ainda, nas relações legais, e politizá-los como questões de interesse

²⁴ Trecho de entrevista à autora incluída como Anexo 2 nesta pesquisa.

²⁵ O PSOL deu entrada na ADPF 442 no Supremo em 8 de março de 2017, Dia Internacional da Mulher. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=337860>>. Acesso em 15 de julho de 2018.

comum, no reino público”:

Muitas das demandas e reivindicações dos atores da esfera civil têm como alvo o sistema político e requerem atenção e resposta dos agentes do Estado para assegurar ou implementar direitos, para aliviar injustiças sociais ou para prover redistribuições de oportunidades e bens. Assim sendo, é preciso compatibilizar o domínio da vida cotidiana com grandes questões de democracia política e justiça social. Por um lado, deve-se considerar que princípios abstratos e amplos ideais políticos não estão ancorados na experiência pessoal, local e imediata dos indivíduos, mas, ao invés disso, em tradições democráticas constituídas através de um amplo processo sócio-histórico, como uma experiência compartilhada e dinâmica (MAIA, 2012, p. 59).

O potencial do ciberespaço para ações sociais também é ressaltado por Santaella (2017, p. 95), que cita o movimento neozapatista no México e ONGs como Greenpeace e Anistia Internacional como exemplos de grupos que utilizaram a internet ainda nos anos 1990 para conquistar adeptos a essas causas.

De qualquer maneira, não obstante as avaliações céticas acerca do poder político transformador e as controvérsias acerca das diferenças entre a natureza revolucionária ou reformista de um movimento, o que fica como aprendizagem é a inelutável constatação de que as redes adquiriram o poder de deslocar a noção clássica dos movimentos políticos para um novo paradigma, especialmente por levarem os cidadãos ao desempenho do papel de protagonistas dentro e fora das redes, protagonistas que protestam nas redes e nas ruas numa continuidade inextricável” (SANTAELLA, 2017, p. 99).

A *hashtag* #euvoucontar foi criada e vem sendo compartilhada desde setembro de 2017, ao mesmo tempo em que está em curso uma votação importante sobre o tema aborto no Congresso Nacional. No dia 8 de novembro de 2017, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 181 foi aprovada em comissão especial da Câmara dos Deputados. Entre as alterações feitas no texto, está prevista a “inviolabilidade da vida desde a concepção”.²⁶ Como repercussão dessa votação, houve, em pelo menos 14 cidades brasileiras, inclusive em Fortaleza, Ceará, manifestações convocadas por grupos feministas por meio das redes sociais para protestar contra a decisão da maioria dos integrantes da comissão especial da Câmara.

O ato foi denominado “Todas contra 18”. A Anis foi uma das instituições que convocou o ato realizado em 13 de novembro daquele ano. O alerta realizado principalmente por coletivos e organizações feministas é que a mudança na legislação poderia dar margem à interpretação de criminalizar todos os tipos de aborto, inclusive os que hoje são legalmente previstos. A proposta foi aprovada em comissão especial da Câmara dos Deputados pelo placar de 18 votos a favor de deputados do sexo masculino e apenas um voto contra da

²⁶ A PEC 181 previa originalmente a ampliação da licença-maternidade para mães de bebês prematuros. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/10/O-que-diz-a-PEC-181.-E-qual-seu-impacto-sobre-o-aborto-legal>>. Acesso em 14 de maio de 2018

deputada Érika Kokay (PT-DF).

Figura 1- Reprodução de imagem divulgada pela Anis divulgando a manifestação de 13 de novembro de 2017 realizada em várias cidades do Brasil, inclusive em Fortaleza



Fonte: Facebook da Anis (2017)

Atualmente, a lei só prevê o direito ao aborto no Brasil em três situações: se a mulher estiver grávida de feto anencéfalo, se a gravidez for decorrente de estupro e se a gestante correr risco de vida. Nesse contexto político de embates, o tema aborto ganhou repercussão na mídia e nas redes sociais em novembro de 2017. A proposta original da PEC altera artigo da Constituição sobre direitos trabalhistas, para estender a licença-maternidade que hoje tem período máximo de 120 dias para trabalhadoras mães de bebês prematuros.

Graças à alteração proposta pelos deputados, o projeto passou a ser chamado pelo movimento feminista de Cavalo de Troia, numa alusão à estratégia dos gregos que deram de presente um grande cavalo de madeira, onde esconderam guerreiros adversários que tomaram a cidade de Troia e venceram a batalha.

A mobilização feminista e a repercussão nas redes sociais a respeito do aborto foi ampliada desde o início de novembro de 2017 também com o intuito de reagir ao avanço da PEC 181 no Congresso Nacional. O próximo passo na tramitação da Proposta de Emenda Constitucional é a votação no Plenário da Câmara dos Deputados. Caso sejam obtidos 308 votos ou mais, a matéria segue para a votação no Senado.

No artigo Violência política contra as mulheres no Brasil: manifestações e

definições (2016), a cientista política Flávia Biroli demonstra que têm aumentado as propostas legislativas contra os direitos femininos. Ela levantou informações de que seis projetos de lei propondo restrições na legislação atual ou punições mais rigorosas para o aborto ilegal foram apresentados na Câmara dos Deputados nos anos 1990 no Brasil. De 2000 a 2016, houve 32 projetos nesse sentido apresentados. Dentre eles, o Estatuto do Nascituro (PL 478/2007) (BIROLI, p 565).

Um dado que pode ajudar a compreender como a questão do aborto e outras relativas às mulheres são discutidas no Congresso Nacional é a representatividade feminina na Câmara dos Deputados e no Senado do Brasil. Segundo o Inter-Parliamentary Union,²⁷ o país está em 154º lugar em relação ao equilíbrio percentual de mulheres no parlamento. Em 2017, o Brasil tinha 12 senadoras de um total de 81 cadeiras (14,8%) e 55 deputadas federais num contingente de 513 (10,7%). Em 2016, a primeira mulher eleita presidente do Brasil foi deposta, Dilma Rousseff (PT).

O movimento contra a legalização do aborto tem visibilidade no Ceará. Em Fortaleza, por exemplo, todos os anos é realizada, no mês de setembro, a Marcha pela Vida e contra o Aborto, que chegou à 10ª edição em 2018. O grupo tem site²⁸ e *fanpage*²⁹ no Facebook, constantemente atualizados e com ampla inserção nos meios de comunicação locais. O Movida atua contra a descriminalização do aborto no Brasil, em direção contrária à adotada em países da Europa e da América do Norte, que alteraram as leis permitindo o procedimento que interrompe a gestação.

Os posicionamentos divulgados na página também contam com vídeos e postagens que apelam ao lema de “pela vida”. A página do grupo no Facebook tinha, em julho de 2018, cerca de 26 mil curtidas e 25,8 mil seguidores no Facebook. No site do grupo, o Movida se apresenta assim³⁰:

Fundado em 11 de abril de 2008, o Movida é uma organização sem fins lucrativos que defende a vida, da concepção à morte natural. A entidade é suprapartidária e suprarreligiosa. Isso significa que, embora seus integrantes possam ter suas posições políticas e convicções religiosas pessoais, a instituição não adota partido ou religião oficiais. Com base em dados científicos, o Movida esclarece e apoia as pessoas, com o intuito de evitar práticas como o suicídio, a eutanásia e, especialmente, o aborto. Todos no Movida estão envolvidos na mesma missão: salvar vidas.

²⁷ O site do Inter-Parliamentary Union divulga ranking do número de mulheres nos parlamentos e nos ministérios. Disponível em: <<https://www.ipu.org/news/press-releases/2017-03/new-ipu-and-un-women-map-shows-womens-representation-in-politics-stagnates>>. Acesso em 15 de agosto de 2018

²⁸ Site do Grupo Movida. Disponível em: <<http://www.movida.org.br>>. Acesso em 15 de junho de 2018.

²⁹ Fanpage do Movida no Facebook. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/marchapelavidafortaleza>>. Acesso em 15 de julho de 2018

³⁰ Trecho disponível em <<http://www.movida.org.br/quem-somos/>> Acesso em 2 de abril de 2018.

Figura 2 - Reprodução do site do Movida convocando para Marcha Pela Vida contra o Aborto, também realizada em setembro de cada ano



Fonte: Site do Movida

Apesar de se dizer apartidário, em ano eleitoral, como foi em 2018, o Movida estimula que os eleitores busquem informações sobre o posicionamento dos partidos e dos candidatos “sobre temas morais importantes para a instituição familiar” e apoiou a candidatura de um senador. Na lista de postulantes ao Senado no Ceará, em 2018, estava o empresário Luís Eduardo Girão, filiado ao Partido Republicano da Ordem Social (Pros) e atualmente coordenador nacional do Movida, movimento que organiza anualmente a Marcha contra o Aborto e pela Vida e que atua junto ao Congresso Nacional contra a aprovação de leis pela descriminalização do aborto no País.

Com o discurso autodenominado de pró-vida, o candidato Eduardo Girão obteve 1.325.786 votos e foi eleito com a segunda maior votação para ocupar uma das duas vagas do Ceará na Casa Legislativa, desbancando o então presidente do Senado Eunício Oliveira (PMDB), que ficou em terceiro lugar com 1.313.753 votos³¹.

Na *fanpage* do Movida há postagens recentes fazendo menção à ADPF 442 que será julgada no STF. Em uma delas, um vídeo denuncia o que o movimento denomina de ativismo judicial, que seria a utilização do Supremo Tribunal Federal (STF) para modificar a legislação sobre o tema. Uma outra postagem, de 20 de junho de 2018, compara a situação no Brasil com o país vizinho que também está revendo a lei que criminaliza o aborto. “Aqui não

³¹ O resultado das eleições em 2018 no Ceará surpreendeu pelo fato de o senador Eunício Oliveira, então presidente do Senado, não ter obtido a reeleição. < http://apps.tre-ce.jus.br/tre/eleicoes/resultados/2018/CARGOS/SENADOR/CARGO-SENADOR-RESULTADO_PARA_SENADOR_E_SUPLENTEES.HTML> Acesso em 3 de janeiro de 2019.

é a Argentina. O Brasil diz não ao aborto”, informa o banner postado na *fanpage* que contava com cerca de 28 mil seguidores em 15 de julho de 2018.

Biroli (2018) aborda o controle sobre a agenda e a possibilidade de alguns públicos de barrar a entrada de temas como o direito ao aborto, o assédio sexual e a violência contra as mulheres no debate público e nos debates decisórios. Segundo a autora, nos anos de 2016 e 2017, investidas contra a agenda de gênero deram-se ao mesmo tempo que os ataques contra o “pacto solidário mínimo” obtido com a Constituição de 1988:

No primeiro caso, os avanços da campanha contra a chamada “ideologia de gênero”, o desmonte da SPM (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres) e a ausência de mulheres no ministério formado após a deposição de Dilma Rousseff são evidências do fechamento à participação e ao diálogo com os movimentos (BIROLI, 2018, n. p.).

Cabe destacar que o contexto político em que esta pesquisa e a campanha em estudo se desenvolvem é de instabilidade política e de retirada de direitos sociais e trabalhistas, após cerca de dois anos depois do impeachment de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Para Biroli, (2018, n. p.), enquanto nos anos recentes as reações ao direito ao aborto se acentuaram no Congresso Nacional com o objetivo de alterar a legislação para ampliar a criminalização das mulheres, muitas reações estão se dando no sentido oposto:

O debate e a luta pelo direito ao aborto têm-se ampliado entre as mulheres brasileiras. No segundo semestre de 2015, amplas manifestações de rua em defesa desse direito tomaram conta de cidades em diferentes estados e regiões do país; foram motivadas por um projeto de lei que, se aprovado, dificultaria o acesso de mulheres vítimas de estupro a atendimento na rede pública de saúde. Em 2016, o Supremo Tribunal Federal proferiu uma decisão que respalda o direito amplo ao aborto e, em 2017, foi apresentada à mesma corte uma ação pela descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação (BIROLI, 2018, n. p.).

2.2 Hashtag pela descriminalização

Em meio ao aprofundamento da crise de representatividade dos partidos políticos, as lutas de minorias ganharam terreno no Brasil. A partir de 2015, surgiram, no país, várias campanhas na internet baseadas em causas que dizem respeito às mulheres. O surgimento de *hashtags* com bandeiras feministas ganhou visibilidade nas redes sociais desde então — como *#primeiroassedio*, *#meuamigosecreto*, *#meucorponaoepublico*, *#eutambem* e *#euvoucontar*.

Essas iniciativas estimularam o debate sobre assuntos relacionados às mulheres que são frequentemente tratados de forma estigmatizada por veículos da mídia tradicional. A *hashtag* é uma estratégia utilizada para categorizar os conteúdos publicados na internet. A *hashtag* *#euvoucontar*, criada em 2017, foi divulgada no Facebook e em outras redes sociais.

A iniciativa executada por meio da comunicação mediada pela Anis - Instituto de Bioética propõe o debate sobre a descriminalização do aborto. O objetivo inicial era durar um ano e divulgar 52 vídeos, um por semana.

De 2005 para cá, os sistemas de utilização de tags (etiquetas ou palavras-chave) têm se tornado altamente populares. O tagueamento permite que os usuários adicionem palavras-chave para recursos da www, tais como websites, páginas, imagens, músicas etc. A vantagem das tags é que são personalizáveis, isto é, não precisam ser palavras institucionalizadas ou rótulos controlados ou predefinidos (...) Assim, os sistemas de tagueamento são ferramentas com alto poder que estimulam conversações em comunidades ou grupos com interesses semelhantes, sendo simultaneamente flexíveis e adaptáveis aos fluxos dos discursos (Prado, 2011, p. 184).

Dentre os temas que motivaram a criação dessas campanhas online que vêm ganhando destaque nas redes sociais e na mídia convencional, o aborto é um dos que causam polêmica, já que, no Brasil, esse procedimento implica inclusive na criminalização da mulher que o induz e também de quem a ajuda a praticá-lo, além de envolver questões políticas, morais e religiosas.

Em 2015, aproximadamente, 503 mil mulheres no Brasil fizeram aborto, segundo a Pesquisa Nacional de Aborto 2016, divulgada em 2017.³² A Organização Mundial de Saúde (OMS) define aborto como a interrupção de uma gravidez antes do marco de viabilidade do feto, ou seja, antes de o feto se tornar viável para a vida extrauterina³³.

A deflagração da campanha da Anis, em 28 de setembro de 2017, deu-se na data em que anualmente é comemorado o Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização do Aborto na América Latina. Nessa data, movimentos feministas do Brasil realizaram ações coordenadas com o uso da *hashtag* #precisamosfalarsobreaborto.³⁴

Segundo Cristiane Costa (2018), os movimentos feministas descobriram em 2014 o poder de mobilização com o uso das *hashtags*, inicialmente associadas à publicidade graças ao potencial de organização e distribuição de conteúdo. A autora destaca que “nascidas por geração espontânea e amplamente disseminadas, as manifestações organizadas a partir de *hashtags* muitas vezes acontecem sem formar coletivos, criar blogs ou sites, nem mesmo montar um perfil próprio nas redes sociais” (2018, p. 48-49).

³² Pesquisa Nacional de Aborto. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017000200653&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 30 de março de 2018

³³ A Organização Mundial de Saúde (OMS) define como aborto a interrupção de uma gravidez antes do marco de viabilidade do feto para a vida extrauterina. Essa definição de viabilidade é variável em diferentes países, mas pode ser considerada entre 20 a 28 semanas de gestação e de peso fetal mínimo de 400 gramas a 1.000 gramas. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/38211/1/who_TRS_461.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2018

³⁴ O site do coletivo Marcha Mundial das Mulheres divulgou que 90 entidades integraram a iniciativa, a Anis foi uma delas. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/virada-feminista-online-pela-legalizacao-do-aborto-24h-pelo-direito-de-decidir-das-mulheres/>>. Acesso em 5 de julho de 2018.

Outra característica destacada pela pesquisadora, que cita iniciativas como #primeiroassédio, #meuamigosecreto e #agoraéquesãoelas, é o fato de a organização por meio dessa estratégia ser difusa:

O potencial mobilizador do uso tático das *hashtags* feministas mostrou sua força a partir de uma série de movimentos. Em geral, poucas pessoas sabem quem são as *lideranças* ou as *representantes*. Nesse corpo textual formado por uma imbricação de vozes, alcança-se uma horizontalidade momentânea em que já não é central quem disse, mas o *quê* e *como* disse (COSTA, 2018, p. 48, grifos da autora)

No caso da #euvoucontar, há uma ONG à frente da campanha que veio a reboque de outras que também fizeram uso dessa iniciativa para chamar atenção para causas feministas. Para Costa (2018, p.53), as campanhas com *hashtags* “foram o grande momento e a maior novidade do ativismo feminista jovem”. “A quarta onda chegou mesmo a ser batizada ironicamente como ativismo de sofá, minimizando a importância que a rede teve nessa mobilização insurgente”, pondera a autora (2018, p.53) em referência aos que apontam que os movimentos feministas já haviam passado por três ondas anteriormente.

Dentre os temas os quais são trabalhados e defendidos pela Organização Não-Governamental Anis, segundo o site da instituição³⁵, estão o fim da violência contra a mulher, defesa e promoção dos direitos humanos, defesa e promoção de direitos fundamentais, defesa e promoção da diversidade sexual, defesa e promoção da diversidade corporal, saúde mental, acesso à saúde e acesso à justiça.

A Anis Instituto de Bioética coordenou a busca por relatos de mulheres que abortaram desde junho de 2017, a produção dos vídeos e a divulgação destes através da internet. A instituição apresenta-se como uma organização feminista, não-governamental e sem fins lucrativos. No site da ONG, há as seguintes informações sobre o trabalho desenvolvido:

Com 17 anos de atuação e uma cartela de boas conquistas na trajetória, é reconhecida pela pesquisa social, incidência política, litígio estratégico e projetos de comunicação sobre violações e defesa de direitos, em campos como direitos sexuais, direitos reprodutivos, deficiências, saúde mental, violências e sistemas penal e socioeducativo³⁶.

A Anis também foi uma das instituições que defendeu o aborto para feto anencéfalo durante o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54,³⁷ em cuja decisão, no ano de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF)

³⁵ <http://www.anis.org.br/sobre/>

³⁶ Disponível no site da Anis <<http://www.anis.org.br/sobre/>> Acesso em 5 de maio de 2018

³⁷ O STF autorizou, em abril de 2012, o aborto de fetos anencéfalos no Brasil.

reconheceu o direito à interrupção da gestação em casos de anencefalia no Brasil.

No ano de 2010, a pesquisadora da Anis, Débora Diniz, realizou a Pesquisa Nacional do Aborto (PNA)³⁸. O levantamento revelou que uma em cada cinco mulheres brasileiras fez pelo menos um aborto até os 40 anos. A sondagem recebeu o Prêmio Fred L. Soper à Excelência em Literatura sobre Saúde, oferecido pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). A pesquisa teve uma nova edição realizada em 2016³⁹ e divulgada em 2017, que apresentou resultados semelhantes.

Para a avaliação sobre o aborto feita nesta pesquisa, leva-se em conta que a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela Organização dos Estados Americanos (OEA)⁴⁰ em 1994, considera que violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, seja no âmbito privado (ou na relação de parentesco) seja no âmbito público (no trabalho, na escola etc.).

No ano seguinte, a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz (1995),⁴¹ em Pequim (China), também ampliou a abrangência de discussões referentes aos direitos sexuais e reprodutivos (PEGORER, 2016, p. 24-25). Na Declaração de Pequim, assinada em 15 de setembro de 1995, diz o artigo 17 que os signatários estão convencidos de que “o reconhecimento explícito e a reafirmação do direito de todas as mulheres de controlar todos os aspectos de sua saúde, em particular sua própria fertilidade, é básico para seu fortalecimento.”⁴²

No artigo 30, a Declaração prevê ainda que as 181 nações signatárias, inclusive o Brasil, pretendem “assegurar a igualdade de acesso e a igualdade de tratamento de mulheres e homens na educação e saúde e promover a saúde sexual e reprodutiva das mulheres e sua educação”. Além disso, no item 96, da plataforma de ação da Conferência destaca⁴³:

³⁸ A pesquisa divulgada na publicação *Ciência e Saúde Coletiva*, em junho de 2010, está disponível na internet. < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000700002> Acesso em 23 de novembro de 2018.

³⁹ A versão mais recente da pesquisa, publicada em 2017, está disponível na internet < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017000200653&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

⁴⁰ O Governo Federal promulgou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, aprovada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

⁴¹ Declaração de Pequim está disponível no site <www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf> Acesso em 2 de julho de 2018.

⁴² Trecho da Declaração de Pequim. Disponível em <www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf> Acesso em 2 de julho de 2018

⁴³ Trecho da Plataforma de Pequim. Disponível em <www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf> Acesso em 02 de julho de 2018

Os direitos humanos das mulheres incluem os seus direitos a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, e a decidir livremente a respeito dessas questões, livres de coerção, discriminação e violência (Plataforma de Pequim, 1995).

Mais de vinte e três anos depois, entretanto, ainda não é essa a realidade das mulheres brasileiras. O texto a seguir acompanha o vídeo 19, divulgado no Facebook em 1º de março de 2018, da campanha #euvoucontar:⁴⁴

Ouvir e contar histórias é uma forma de cuidar das mulheres. Semana após semana, temos compartilhado histórias de aborto por aqui, mas precisamos que elas cheguem mais longe. Falar sobre aborto não é falar apenas sobre leis ou do que achamos certo ou errado. É falar sobre a vida e a dor concreta de cada uma dessas mulheres. Precisamos ouvi-las.

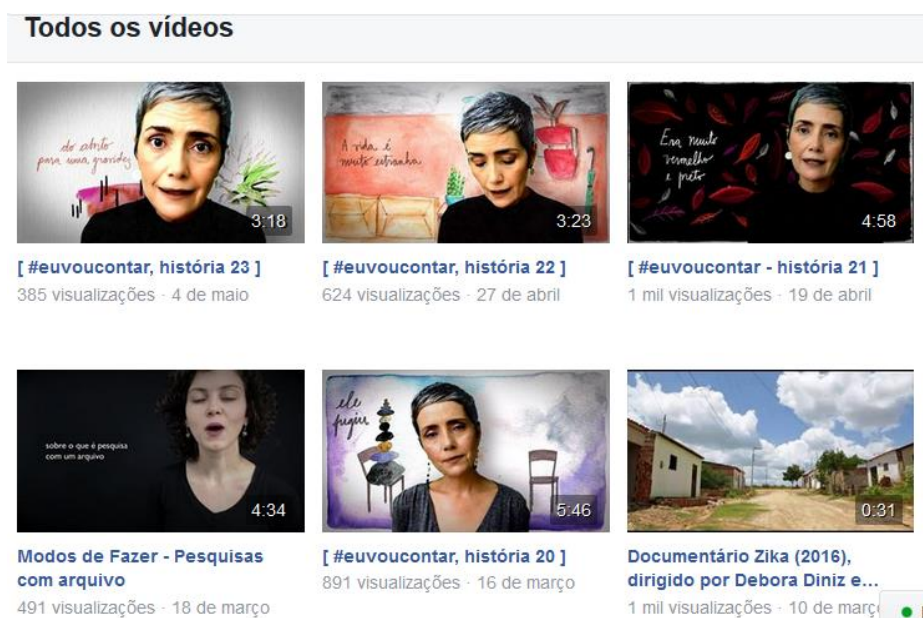
A proposta é mostrar histórias de mulheres que realizaram aborto e como se deu essa decisão na vida delas. Apesar do tom testemunhal, a campanha traz quase todos os relatos anônimos. Não identificar nomes nem locais do país de onde foram enviadas as histórias tem o intuito de preservar a identidade das colaboradoras que usaram o aplicativo WhatsApp para o contato com a Anis.

São histórias de dores físicas e emocionais, de desamparo por parte do companheiro e dos familiares, de medo pela criminalização que pode punir mulheres que induzem o aborto no Brasil, de preconceito e julgamento moral e de assistência inadequada à saúde das mulheres que interrompem a gravidez no País.

Até janeiro de 2019 foram divulgados 31 vídeos replicados pelos perfis da Anis nas redes sociais (Facebook, Instagram, Tumblr e YouTube) entre 28 de setembro de 2017 e 13 de dezembro de 2018. Para efeito de recorte desta pesquisa, será considerada a divulgação feita no Facebook, que é a maior rede social do mundo atualmente.

⁴⁴ Trecho de postagem da Anis no Facebook. Disponível em <<https://www.facebook.com/AnisBioetica/videos/1893781834028073/>> Acesso em 10 de abril de 2018

Figura 3 - Reprodução da lista de vídeos da fanpage da Anis no Facebook



Fonte: Facebook (2018)

Os vídeos da #euvoucontar são quase todos apresentados pela pesquisadora Débora Diniz, antropóloga, professora na Universidade de Brasília (UnB), que também está à frente da Anis. Este estudo analisa mais detalhadamente cinco vídeos da campanha para avaliar como usuárias do Facebook são implicadas por esse conteúdo veiculado periodicamente. A instituição continua a apresentação da proposta da seguinte forma no Tumblr da campanha:

Eu vou contar é uma campanha iniciada pela Anis - Instituto de Bioética e apoiada pela Think Olga para ouvir histórias de aborto. Ouvir e contar histórias é uma forma de cuidar de mulheres. Não pense se você é contra ou a favor do aborto, pare e se permita conhecer essas histórias reais. Você é capaz de ouvir? Ao terminar de ler, se quiser contar sua história ocorrida há mais de 8 anos e contribuir para romper o medo e o estigma, oferecer solidariedade e cuidado a outras mulheres, clique aqui.⁴⁵

Por trás de cada um dos casos de aborto induzido estimado no Brasil, há uma mulher que pode ser julgada e presa por decidir interromper a gravidez, de acordo com o Código Penal, que é de 1940. Mayara Alice Souza Pegorer destaca que o aborto é “uma temática polêmica na medida em que coloca em confronto o direito à vida do feto (trazendo à baila o impasse de quando realmente começa a vida) e a liberdade de escolha reprodutiva da gestante, seu planejamento familiar e seu projeto de vida”. (PEGORER, 2016, p. 37)

⁴⁵ Trecho do texto de apresentação da campanha no Tumblr. Disponível em <https://eu-vou-contar.tumblr.com/>. Acesso em 2 de junho de 2018.

No Brasil, a legislação só permite que a interrupção da gestação seja autorizada em três situações: se a mulher estiver grávida de feto anencéfalo (possibilidade autorizada a partir de 2012 pelo STF), se a gravidez for decorrente de estupro e se a gestante correr risco de vida. O debate sobre o direito da mulher ao próprio corpo esbarra em várias dificuldades:

Embora o tema do aborto tenha ganhado visibilidade a partir dos anos 1980 e algumas conquistas sejam registradas neste âmbito, a discussão sobre o aborto como um direito das mulheres ainda é permeada por resistências. A situação de clandestinidade (e consequente insegurança) com que o aborto é realizado e os altos índices de mortalidade decorrentes de aborto revelam que este é um grave problema de saúde pública no Brasil, que coloca em risco a vida de milhares de mulheres a cada ano (WOITOWICZ, 2010, p. 156).

Essas condições impostas à escolha feminina são criticadas por pesquisadoras como Maria Aparecida Azevedo Abreu, que ressalta que “a discussão moral mais frequente que envolve o direito ao aborto é aquela relativa à dicotomia entre a possibilidade de a mulher escolher se vai levar adiante uma gravidez indesejada e o direito do embrião/feto à vida” (ABREU, 2016, p. 65-66):

A criminalização da prática de aborto por mulheres no Brasil contrasta com o número elevado de mulheres que o praticaram. Tal criminalização está associada à morte de muitas mulheres, a quem não lhes são ofertados serviços públicos de qualidade para realizar o aborto. A partir disso, há uma diferenciação social que se traduz em destinos de classe diversos: mulheres ricas pagam serviços de qualidade razoável, enquanto mulheres pobres pagam serviços de péssima qualidade que, na medida em que trazem complicações para a sua saúde e as levam a procurar, então, o sistema público de saúde, para tratar das consequências, levam ao extremo de que sejam denunciadas pelo crime tipificado como aborto (ABREU, 2016, p. 65).

O debate em campanhas como #euvoucontar e na ação de movimentos sociais em defesa do direito ao aborto no Brasil envolvem questões como a autonomia, a intimidade e a identidade das mulheres em relação ao direito de decidirem sobre o prosseguimento ou não da gestação, ou seja, sobre o próprio corpo.

Para Maria Aparecida Abreu, não garantir o poder de escolha à mulher é negar-lhe também a própria condição de sujeito com livre arbítrio, que “já foi alcançada plenamente pelas mulheres há pelo menos mais de um século, quando conquistaram o direito de votar” (ABREU, 2016, p. 74).

As condições que o Estado oferece às mulheres que engravidam também são questionadas por especialistas. “O argumento de que o acesso ao aborto é uma questão de saúde pública, sem dúvida relevante, ofusca o entendimento, cada vez mais constrangido nesse debate, de que o aborto é um direito de cidadania das mulheres” (MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2016, p. 128).

A reivindicação dos direitos das mulheres como cidadãs norteia a atuação da ONG Anis e ganha espaço nesse contexto de mais interação com os leitores, propiciado pelo ambiente da internet e das redes sociais como o Facebook.

Canclini (2008, p. 38) destaca que, até meados do século XX, “vastos setores excluídos da esfera pública burguesa – mulheres, operários, camponeses – eram pensados, no melhor dos casos, como virtuais cidadãos que poderiam incorporar-se às deliberações sobre o interesse comum à medida que fossem assimilando a cultura letrada”.

Além disso, Peruzzo (2007, p. 9) ressalta que “o acesso à informação e aos canais de expressão é um direito de cidadania”, “faz parte dos direitos da pessoa”. A autora destaca ainda que há um interesse de movimentos populares em poder usufruir do direito à liberdade de expressão e em nível coletivo.

É no contexto de todo esse movimento histórico em torno dos direitos sociais e em sua especificação quanto ao respeito às diferenças dos diversos segmentos populacionais que se explicita o avanço da sociedade, principalmente através de organizações de terceiro setor e de movimentos sociais, na utilização de meios de comunicação segundo seus próprios objetivos e necessidades (PERUZZO, 2007, p. 9).

Para a autora, os movimentos populares foram agregando às suas históricas lutas pela conquista de direitos sociais e políticos “a busca do acesso aos meios de comunicação como direito de exercer a liberdade de expressão tanto em nível individual como coletivo” (PERUZZO, 2004, p. 50).

Cabe ressaltar, entretanto, que o histórico dos movimentos sociais no Brasil tem traços de um passado repressivo. Na América Latina, em geral, a tradição de cultura política democrática é quase inexistente e valores como machismo e preconceito racial estão presentes há muito tempo (GOHN, 2006, p. 229).

Os “novos” movimentos sociais – de mulheres, ecológicos, de negros etc. ocorreram em toda a América Latina, mas com grandes diferenças em relação aos europeus e aos norte-americanos. Embora algumas bandeiras tenham sido “importadas”, como a dos ecologistas, os movimentos latino-americanos ocorreram em sociedades civis marcadas por tradições de relações clientelistas e autoritárias, por estados cartoriais e com sistemas judiciários inoperantes (GOHN, 2006, p. 229).

Quando se trata de aborto, o Brasil não registrou mudanças nas leis que punem as mulheres que induzem essa prática. Para Miguel, Biroli e Mariano (2016, p. 129) há um enorme descompasso entre a legislação sobre aborto e o aborto como prática efetiva das mulheres. “A distância entre as normas restritivas e a realidade social das mulheres permite equiparar a proibição do aborto hoje à restrição ao divórcio no Brasil antes de 1977”

(MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2016, p. 129).

Ao longo do século XX, principalmente a partir de 1970, muitos países caminharam em direção à legalização do aborto. Cerca de 60% da população mundial vive hoje em países que garantem acesso ao aborto seguro na maioria dos casos (países que estão em verde no mapa a seguir), segundo o Center for Reproductive Rights.⁴⁶ O Brasil está ao lado de alguns países da América Latina, como México, Chile, Venezuela, Paraguai e Suriname e a maioria dos países africanos e asiáticos, onde o aborto é proibido ou permitido apenas se a vida da mulher estiver ameaçada (que estão em vermelho no mapa).

Figura 4 - Dados sobre legislação relacionada ao aborto no mundo.



Fonte: Centro de Direitos Reprodutivos (2018)

Em países como Portugal, por exemplo, as mudanças em relação à legislação sobre aborto se deram em 2007, quando um referendo decidiu pela descriminalização do aborto até as dez semanas de gestação por 59% dos votos.⁴⁷ Foi aprovada então a Lei para a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), que expandiu o antigo sistema de permissões para o aborto induzido em Portugal. Até então o país europeu restringia o procedimento a casos de

⁴⁶ Dados do site do Centro de Direitos Reprodutivos. Disponível em: <https://www.reproductiverights.org/es/document/leyes-sobre-aborto-en-el-mundo-de-2014>. Acesso em 10 de junho de 2018.

⁴⁷ Referendo alterou a legislação sobre aborto em Portugal em 2007. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2017/12/07/quantidade-de-abortos-feitos-em-portugal-diminuiu-pelo-5-ano-seguido.htm> e <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/02/13/O-que-aconteceu-ap%C3%B3s-10-anos-de-aborto-legalizado-em-Portugal>. Acesso em 10 de julho de 2018

má formação do feto, risco para a mãe ou gravidez resultante de estupro.

Os dados publicados em relatório divulgado em 2017 pela Direção Geral de Saúde (DGS),⁴⁸ o equivalente ao Ministério da Saúde em Portugal, mostram o número de Interrupções da Gravidez (IG) desde 2008 até o ano de 2016. A quantidade de interrupções de gravidez por opção da mulher caiu 14,4% após a mudança na legislação, passando de 18.014 para 15.416, ainda segundo o relatório. Desde o ano de 2011, as reduções têm sido sucessivas, chegando a 8,7% em 2014, comparado ao ano de 2013.

Em países como Irlanda e Argentina, movimentos organizados de mulheres buscaram conseguir alterações na legislação relacionada ao aborto. A *hashtag* #niunamenos, por exemplo, criada em 2015 para repudiar a violência contra a mulher, já havia sido utilizada para agregar manifestantes e reivindicar bandeiras feministas na Argentina, como a legalização do aborto. Milhares de pessoas passaram a usar lenços verdes e azuis para demonstrar que opinião tinham, respectivamente, apoio à descriminalização e manutenção da lei atual. Mesmo após a decisão da maioria no Senado, de 9 de agosto de 2018, que votou para não alterar a legislação, continuaram havendo atividades e mobilizações pela descriminalização do aborto na Argentina nos meses seguintes, inclusive com possibilidade de nova apresentação da proposta, com algumas modificações na redação, em 2019⁴⁹.

De acordo com o documento Direitos Reprodutivos no Brasil, publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas, instituição que apresenta dados mundiais sobre autonomia reprodutiva, os abortos inseguros impactam nos casos de mortalidade materna:

A situação jurídica do aborto é um indicador da capacidade que têm as mulheres de exercer seus direitos reprodutivos. As restrições legais ao aborto com frequência causam altas taxas de abortos inseguros e ilegais, o que por sua vez gera altas taxas de mortalidade materna, já que há um vínculo direto entre os abortos inseguros e a mortalidade materna. Compartilhamos esta publicação (mapa) como um recurso para todas aquelas pessoas que trabalham para reformar as legislações restritivas do direito ao aborto e também como uma ferramenta que permita identificar o progresso e os desafios que ainda precisam ser superados na defesa dos direitos reprodutivos⁵⁰.

No Brasil, nos últimos anos, foram propostos novos projetos de lei na Câmara dos Deputados prevendo aumento de pena e criação de novos tipos penais relacionados ao aborto; revogação da lei de atendimento obrigatório e integral a pessoas vítimas de violência sexual

⁴⁸ Divisão Geral de Saúde de Portugal. Disponível em: <<http://www.saudereprodutiva.dgs.pt/ficheiros-de-upload-diversos/relatorio-de-ivg-2016.aspx>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

⁴⁹ A proposta está sendo revista por ativistas para que seja apresentada ao parlamento argentino pela oitava vez. <https://www.clarin.com/politica/chances-2019-verdes-volveran-presentar-marzo-proyecto-aborto-legal_0_qSkoArymB.html> Acesso em 5 de janeiro de 2019.

⁵⁰ Trecho do Documento Direitos Reprodutivos no Brasil, de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_reprodutivos3.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2018.

(Lei 12.845/2013) e imposição de outras barreiras de acesso ao aborto legal por mulheres brasileiras.

“Uma frente suprapartidária contra o aborto reuniu, em 2014, 167 deputados (quase um terço da casa, que conta com 513 representantes) e 13 senadores (dos 81 que compõem o Senado Federal)”, ressaltam Biroli, Miguel e Mariano (2016, p. 128).

2.3 Gênero, feminismos e a Anis na nova esfera pública

Reportagens recentes sobre a descriminalização do aborto podem indicar que a expressividade alcançada por campanhas como #euvoucontar, nas redes sociais, acabou agendando a mídia tradicional, com citações sobre a campanha em revistas, como a publicação voltada para o público feminino *Marie Claire*, jornais impressos no Brasil e no exterior, como *Folha de São Paulo* e *Los Angeles Times*, e em reportagens na TV, como um programa recentemente veiculado na TV Brasil.⁵¹

Para além disso, interessa saber nesta dissertação como o discurso feminista da ONG Anis foi trazido à tona no Facebook e se a atuação dessa organização no debate e na promoção de causas relacionadas às mulheres mobilizou usuários da rede social a se pronunciarem, relatando os próprios casos de aborto ou se solidarizando com mulheres que passaram por essa vivência. A pesquisadora Karina Janz Woitowicz considera que:

Em meio ao jogo político de forças opostas no Parlamento, em que se verificam iniciativas que buscam ampliar os permissivos legais ou descriminalizar o aborto versus iniciativas que buscam impedir sua realização e incriminá-lo ainda mais, o movimento feminista torna-se um importante interlocutor, ancorando-se no debate sobre aborto como uma política de saúde pública e como uma prerrogativa do direito de decidir das mulheres. Para inserir este debate na agenda pública, os grupos feministas realizam manifestações e atos públicos, inserções na mídia, intervenções políticas e campanhas, além de elaborarem documentos que fazem repercutir a luta pelos direitos das mulheres no que diz respeito ao aborto e à garantia dos direitos reprodutivos (WOITOWICZ, 2010, p. 157).

A interrupção da gravidez e os impactos que ela acarreta na vida da mulher vêm sendo debatidos há décadas no Brasil sem avanços efetivos na legislação ou na assistência

⁵¹ Alguns veículos jornalísticos nos quais o caso de Rebeca Mendes teve repercussão entre novembro de 2017 e junho de 2018. Los Angeles Times <<http://www.latimes.com/world/la-fg-brazil-illegal-abortion-2017-story.html>> O Globo <https://oglobo.globo.com/sociedade/mulheres-apoiam-gravida-que-pediu-aborto-ao-stf-pelavidaderebeca22108651?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo> Marie Claire <<https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/03/abortosecrime-rebeca-mendes-fiz-um-aborto-na-colombia-por-nao-conseguir-realiza-lo-no-meu-pais.html>> Revisa Piauí <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-procedimento/>> Tv Brasil <<http://tvbrasil.etc.com.br/caminhos-da-reportagem/2018/04/aborto-uma-conversa-necessaria>> Acessos em 02 de julho de 2018.

prestada no sistema de saúde público. A ligação entre o pessoal e o político foi sendo ressaltada pelos movimentos feministas que se destacavam no Brasil ao mesmo tempo em que se discutia a redemocratização do país.

Segundo Blay (2017, p. 82), “foi revolucionária a demonstração de que o que acontece dentro de casa, o privado, é parte da esfera pública, do âmbito do poder”. A autora destaca ainda, ao relatar os debates dos movimentos feministas nos anos 1970, que havia uma reflexão sobre as contradições de ora o poder público interferir sobre o privado, quando impedia o aborto, e ora se eximir, quando havia violência dentro de casa (BLAY, 2017, p. 82).

O aborto é, portanto, um tema da esfera privada que tem forte influência na esfera pública, assim como destaca Flávia Biroli:

O debate sobre aborto no feminismo pode ser visto, em primeiro lugar, como um desdobramento da visão crítica das relações entre a esfera privada e a esfera pública, com a politização do que ocorre na primeira e o entendimento de que o modo de organização de uma delas está vinculado, permanentemente, ao modo de organização da outra. As hierarquias e o grau de liberdade dos indivíduos na esfera privada têm impacto sobre sua vida na esfera pública e no processo de construção de sua identidade. O direito ao aborto pode ser, assim, situado em um domínio da vida e das escolhas individuais que é profundamente pessoal, ao mesmo tempo que é político (BIROLI, 2014, p. 123).

Ao longo da trajetória do movimento feminista no Brasil, a luta pelos direitos reprodutivos “demarcou um campo de reivindicações que ainda padece de respostas concretas, uma vez que provoca conflitos com vários campos de saber e de poder, como a religião, a política, a ciência e os valores culturais de diferentes épocas” (WOITOWICZ, 2010, p. 149). Para Woitowicz, trata-se de uma luta que não costuma ganhar visibilidade nos debates públicos, “principalmente devido aos parâmetros morais com que a ideia do “direito ao corpo” é tratada no meio social (2010, p. 149).

O conceito de direitos reprodutivos, como a representação de um conjunto de práticas que mobilizam vários grupos e organizações feministas na defesa dos direitos das mulheres, é relevante para a abordagem do tema aborto:

De maneira ampla, entende-se por direitos reprodutivos a assistência à saúde das mulheres, a promoção da gravidez, a contracepção, o aborto, a esterilização, o controle de doenças relacionadas à sexualidade e à reprodução, as novas tecnologias reprodutivas, além da consciência sobre a expropriação e a medicalização do corpo; em outros termos, tratam-se dos direitos das mulheres de regular a sua capacidade reprodutiva e de assumir a autodeterminação sobre seus próprios corpos (WOITOWICZ, 2010, p. 149-150).

Hooks (2018) também destaca a importância da pauta dos direitos reprodutivos para que as mulheres conquistem a garantia de terem liberdade de escolha. A autora defende

que, para reduzir o número de abortos, haja mais acesso à educação sexual e a métodos contraceptivos:

Ao tentarmos reavivar as chamas do movimento feminista de base popular, direitos reprodutivos permanecerão na pauta feminista central. Se as mulheres não têm o direito de escolher o que acontece com nosso corpo, arriscamos renunciar direitos em outras áreas da vida. No movimento feminista renovado, a questão de direitos reprodutivos precede qualquer outra questão. Isso não quer dizer que os esforços para a aprovação do aborto legal, seguro e barato não permaneça central, simplesmente não será a única questão central. Se educação sexual, medicina preventiva e fácil acesso a métodos contraceptivos forem oferecidos para todas as mulheres, menos de nós teremos gravidez indesejada. Como consequência, a necessidade de aborto iria diminuir”. (HOOKS, 2018, n.p)

Dois momentos relevantes envolvendo a saúde das mulheres e reivindicações acerca do direito ao corpo no Brasil foram a Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988) e a I Conferência de Saúde da Mulher (1986). Ao longo da Assembleia Nacional Constituinte a proposta popular de número 65, que propunha a interrupção da gravidez indesejada, foi rejeitada. O discurso histórico foi lido em 26 de agosto de 1987 pela militante feminista Maria Amélia de Almeida Teles, que falou em nome do movimento organizado de mulheres. Em apresentação recente do livro reeditado *Breve História do Feminismo no Brasil*, ela explica que “a relevância do documento consiste em que tal fato, em breve, completará 30 anos, e o aborto ainda não foi legalizado no Brasil”:

Em nome do Movimento de Mulheres, conscientes de seus direitos, representando mais de 30 mil signatários da proposta popular de nº 65 perante essa Assembleia venho fazer a defesa da reivindicação que unificou mulheres de norte a sul do país, por se tratar da saúde integral da mulher e da regulamentação de uma prática há muito usada no país, sem a devida assistência da rede pública e sem respaldo legal, que é a interrupção da gravidez indesejada.

Propomos que:

Art.1- Compete o Poder Público prestar assistência integral à saúde da mulher, nas diferentes fases da sua vida, garantir a homes e mulheres o direito de determinar livremente o número de filhos, sendo vedada a adoção de qualquer prática coercitiva pelo Poder Público e por entidades privadas, assegurar acesso à educação, informação e aos métodos adequados à regulamentação da fertilidade, respeitadas as opções individuais.

Art. 2- A mulher tem o direito de conceber, evitar a concepção ou interromper a gravidez indesejada até 90 dias de seu início. Compete ao estado garantir esse direito através da prestação de assistência integral às mulheres na rede de saúde pública.

Parágrafo único – Serão respeitadas as convicções éticas, religiosas e individuais.⁵²

Dados do Ministério da Saúde divulgados em 2017 mostram que, três décadas depois de a emenda ter sido rejeitada, o aborto ainda é uma das principais causas de morte

⁵²

Trecho do discurso lido à época da Constituinte. Disponível em:

<www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/...da.../mulheres-constituintes-de-1988>. Acesso em 15 de maio de 2018

materna no Brasil. Segundo o Boletim Epidemiológico,⁵³ com dados atualizados em outubro de 2015, o aborto é a quarta principal causa direta de morte materna em todas as categorias de raça e cor, antecedido por hipertensão, hemorragia e infecção puerperal, nesta ordem.

A publicização do tema aborto gerada pela atuação da ONG Anis contra a criminalização das mulheres que abortam é possível hoje, sobretudo, por causa da interação viabilizada com o advento da Web 2.0, como o compartilhamento de conteúdo e a publicação da opinião de usuários nas redes sociais.

Primo (2008, p. 1) define a Web 2.0 como “a segunda geração de serviços on-line e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo”. O autor ressalta ainda que o surgimento da Web 2.0, a partir dos anos 2000, teve repercussões sociais importantes ao potencializar processos de trabalho coletivos, de troca afetiva, de produção e circulação de informações e de construção social de conhecimento.

É possível afirmar também que as trocas comunicativas ganharam em agilidade e pluralidade de acesso à medida que as redes passaram a contar com os dispositivos móveis.

De meados dos anos 1990 em diante, conforme as redes atreladas aos dispositivos móveis foram ganhando plataformas de facilitação para as trocas comunicativas, a diversificação, o número, a planetarização, as estratégias dos movimentos reivindicatórios se incrementaram, graças ao uso massivo das redes digitais. Antes estritamente dependentes das praças públicas, dos bloqueios de estradas e avenidas etc., hoje, os movimentos sociais ganharam aceleração e amplitude, graças às tecnologias computacionais interativas, especialmente as nômades, que se desvencilharam dos limites impostos pelos fios (SANTAELLA, 2017, p. 93).

Ferreira (2007, p. 207) considera que “a internet torna-se o palco para a publicização das informações de vários movimentos sociais, ONGs etc. É no ciberespaço que muitas organizações da sociedade civil tematizam suas questões por não terem acesso habitual ao espaço midiático hegemônico”. Para Lemos (2003), o ciberativismo se caracteriza por práticas sociais associativas de utilização da internet por movimentos politicamente motivados.

A pesquisadora portuguesa Maria João Silveirinha também pontua que, no contexto acerca das identidades e, em particular, da ação dos novos movimentos sociais, o

⁵³ Ministério da Saúde divulgou Boletim Epidemiológico (vol. 48, número 4) que diz que aborto é uma das principais causas de morte materna no País. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2017/fevereiro/17/Indicadores-de-Vigilancia-em-Saude-descritos-segundo-ra--a-cor.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2018.

campo comunicacional emerge como um espaço de luta político, considerado decisivo:

Às feministas competirá repolitizar o que os meios despolitizam. A questão torna-se, então, saber até que ponto as políticas de identidade são, na actual forma, minadas pela natureza aparentemente a-política da esfera pública mediatizada. (SILVEIRINHA, 1997, p. 10).

Thompson (1998, p. 46) ressalta que estamos ativamente nos modificando por meio de mensagens e de conteúdo significativo oferecidos pelos produtos da mídia. Na #euvoucontar, os usuários das redes sociais repercutem a campanha de forma a levá-la às matérias jornalísticas, num exemplo claro de que o esquema emissor-receptor passou por modificações após o surgimento da Web 2.0 e de suas possibilidades de interação.

Há, assim, um duplo fluxo entre emissores de veículos tradicionais de mídia e emissores que se expressam por meios de redes sociais com o uso da *hashtag* #euvoucontar. A ONG feminista vem garantindo continuidade no estímulo à divulgação de testemunhos sobre aborto por meio dos vídeos com alguma periodicidade.

As convenções de organização deste trabalho determinam e definem o que seja notícia e legitimam o processo produtivo das mesmas, constituindo o conceito de noticiabilidade, ou seja, a aptidão potencial de um fato para se tornar notícia ou, dito de outro modo, o conjunto de requisitos que se exige de um acontecimento para que ele adquira existência enquanto notícia; ou ainda, o conjunto de critérios que operacionalizam instrumentos segundo os quais os meios de comunicação de massa escolhem, dentre múltiplos fatos, aqueles que adquirirão o status da noticiabilidade (HOHLFELDT, 2001, p. 208).

O destaque obtido pela campanha explica-se pelo fato de o jornalismo ser “uma atividade intelectual em sintonia com a democracia e especializada em contar histórias na sociedade contemporânea” (TRAQUINA, 2012, p. 132). Para Traquina, a liberdade; a independência e autonomia; a credibilidade; a verdade; o rigor e exatidão; a honestidade; e a objetividade e equidade estão entre os valores próprios do jornalismo. O autor cita o teórico Mauro Wolf para detalhar os critérios de construção da notícia:

Para Wolf, os valores-notícia de seleção referem-se aos critérios que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos, isto é, na decisão de escolher um acontecimento como candidato à sua transformação em notícia e esquecer outro acontecimento. Os valores-notícia de seleção estão divididos em dois sub-grupos: a) os critérios substantivos que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos na sua importância ou interesse como notícia; e b) os critérios contextuais que dizem respeito ao contexto de produção da notícia. Os valores-notícia de construção são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia (WOLF apud TRAQUINA, 2008, p. 78).

Na #euvoucontar, a própria interação entre as mulheres que relatam terem feito aborto ou que comentam e compartilham outros relatos semelhantes foi fator motivador para que a campanha ganhasse repercussão. Isabel Babo (2017) ressalta que o uso dos dispositivos eletrônicos de uso pessoal individualizou a comunicação na rede ao mesmo tempo em que conectou todos a todos:

“No caso da internet, temos uma mídia que permite trocas interpessoais (no prolongamento do correio e do telefone) e, simultaneamente, a comunicação de massa (também se poderia dizer no prolongamento do rádio e da televisão), engendrando o que pode ser designado de “comunicação interpessoal de massa” (Baym apud Mercklé 2011, p. 11). Essa comunicação se realiza por meio de dispositivos individuais (smartphones, tablets notebooks, smartwatches etc.) e mídias individualizadas, como a internet (Facebook, Twitter, Instagram etc.), mas de acordo com uma lógica de troca de mensagens e informações de “todos para todos”, existindo simultaneamente individualização e participação social, autonomia e dependência do todo (BABO, 2017, p. 83).

Desde 2015, houve crescimento do interesse sobre temas relacionados a gênero no Brasil. “O gênero é a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 48). Para Scott, o “gênero é um meio de decodificar o sentido e compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (1990, p.23).

Quando os (as) historiadores (as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. A política só constitui um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para análise histórica (SCOTT, 1990, p. 23)

Eleni Varikas (2016, p. 20) considera que os novos empregos da palavra gênero nas ciências humanas, para substituir categorias como sexo e diferença sexual (carregadas de determinismo biológico), reforçam a noção do uso de gênero “chamando a atenção para a construção social das categorias de sexo, para as relações sociais e as relações de poder que fazem, dos seres machos e fêmeas, homens e mulheres numa dada sociedade”. A autora ressalta ainda a importância de deslocar a reflexão do terreno da diferença para o da intersubjetividade, da autodeterminação, da autonomia:

É esse deslizamento que nos interessa aqui, pois ele permite pensar o antagonismo de sexo como uma configuração de poder, ao mesmo tempo *sui generis* e *comparável* a outras, cuja análise visa a à – no sentido de dirigir o olhar e de ter por objetivo – subordinação social e política das mulheres e, através dela, os axiomas, as categorias e as distinções pelos quais pensamos o político e a política. Se essa dupla

perspectiva constitui o aspecto do gênero mais difícil de colocar em ação, ela abre a possibilidade de ir além dos seus usos descritivos para procurar compreender como o gênero constitui e é constituído pelo político. Permite, sobretudo, confrontar-se com a invisibilidade política de uma relação que, tendo sido pensada, durante séculos, e em termos de hierarquia e de dominação, foi paradoxalmente repelida para fora do político, no momento em que a crítica da autoridade arbitrária decretava a hierarquia ilegítima em nome da universalidade do direito natural. A eficácia de um apagamento como esse se manifesta na posição ínfima que as relações de sexo ocupam na ciência política em relação ao desenvolvimento da pesquisa feminista na sociologia, na literatura, na história (VARIKAS, 2016, p. 61-62).

Segundo a multinacional de serviços online Google, o volume de buscas pelo termo feminismo cresceu mais de 200% desde 2015 no Brasil. A informação consta em dossiê divulgado em outubro de 2017 pelo Google BrandLab⁵⁴.

A campanha #euvoucontar aborda a descriminalização do aborto, uma das bandeiras do movimento feminista, que alcança uma grande diversidade de perspectivas e temas na dimensão teórica e política. A abordagem das correntes que se encontram subdivididas — fundamentalmente, feminismo radical, social e liberal —, ou seja, dos vários feminismos, não será foco desta pesquisa.

Gohn (2006) define como acepção ampla de movimento social as lutas sociais dos homens para a defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários, conservação de privilégios e obtenção ou extensão de benefícios e bens coletivos. Ela destaca que “muitas vezes um movimento social *stricto sensu* deixa de ser movimento quando se institucionaliza, quando se torna uma ONG por exemplo, embora possa continuar como parte de um movimento mais amplo”, como organização de apoio daquele movimento (GOHN, 2006, p. 247).

Mudanças decorrentes da globalização da economia alteraram significativamente o a forma de atuação dos movimentos sociais, como sindicatos e centrais sindicais, que tentam se manter relevantes e representativos em um contexto de um novo ciclo de movimentos e lutas que estão menos centrados na questão dos direitos e mais voltados para os mecanismos de exclusão social.

Segundo a autora, “movimento social refere-se à ação dos homens na história”. É dessa articulação dos movimentos com outras forças institucionalizadas que pode ser ampliada a força social (GOHN, 2006, p. 247). Segundo Gohn, “a luta das mulheres no movimento feminista é um bom exemplo para elucidar o campo de ação dos movimentos, não subjugado a nenhuma ordem ou escala de “luta principal ou secundária” (2006, p. 248).

⁵⁴ Documento voltado para identificar tendências de consumo está disponível na internet <<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/tendencias-de-consumo/dossie-brandlab-diversidade/>> Acesso em dezembro de 2018

Mirla Cisne destaca a necessidade de diferenciação entre movimento de mulheres e movimento feminista, que “em termos mais teóricos e históricos, reside no conteúdo de suas reivindicações”. Enquanto o primeiro está mais ligado às demandas sociais, como melhoria das condições de vida e de trabalho, o segundo pauta também temas mais polêmicos, como sexualidade, aborto, violência, autonomia e direitos civis e políticos. “Contudo, no Brasil, a trajetória histórica do feminismo e dos movimentos de mulheres se confundiu significativamente” (2014, p. 129).

Impulsionado pelo contexto do pós-Revolução Francesa, o feminismo como movimento político e intelectual surgiu na virada do século XVIII para o século XIX (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 20). A luta organizada das mulheres ganhou terreno, levantando bandeiras contra a dominação masculina e pela conquista de direitos, há pouco mais de 200 anos. A reivindicação do direito ao voto e à vida pública marcou o que ficou conhecido como primeira onda feminista.

No Brasil, o voto feminino só foi permitido em 1932. Como destaca Carvalho (2002, p. 40), “[...] em 1930, quando o voto universal, inclusive feminino, já fora adotado pela maioria dos países europeus, votaram no Brasil 5,6% da população.”

Após o golpe de 1937, o processo de organização política do feminismo sofreu um revés. Os anos 1940 e início dos 1950 são marcados por organizações de mulheres em torno de movimentos contra a carestia e nos clubes de mães no Brasil. Sob a ditadura militar, na década de 1960, mulheres foram protagonistas de iniciativas pela anistia política.

Malcher (2016, p. 45) destaca que, após os anos 1970, houve a multiplicação das possibilidades de feminismo e a complexificação de algumas questões excluídas do debate clássico desse movimento. Essa fase ficou demarcada como a segunda onda feminista, com pautas como o direito ao prazer e à valorização do trabalho da mulher, contra a violência sexual e contra a ditadura militar.

É na década de 1980 que o feminismo passa a assumir um papel mais institucionalizado no Brasil, com uma participação maior de mulheres feministas no aparato estatal, o que se aprofunda nos anos 1990. Essa institucionalização do feminismo é o que Cisne chama de “onguização”.

As organizações não governamentais (ONGs) se espriam nacionalmente e o feminismo profissionalizado passa a se consolidar em detrimento do feminismo como movimento social. Esse feminismo profissionalizado reedita, em grande medida, o feminismo bem-comportado e encontra sérios limites institucionais para atuar com autonomia frente ao Estado e aos demais organismos financiadores das ONGs, trazendo, portanto, grandes implicações e desafios para a luta das mulheres como veremos a seguir (CISNE, 2007, p. 141).

Gohn (2006, p. 315) também avalia que os movimentos sociais passaram a contar, a partir dos anos 1990, com ações qualitativamente mais estruturadas e a obter suportes materiais, por meio de projetos de ONGs, para ações que são menos de pressão e mais de organização da população. Esses projetos, por sua vez, eram financiados por outras ONGs, por programas governamentais ou pela comunidade. “Para que tenham continuidade precisam de eficiência. Arma-se portanto um ciclo onde não há tempo a se gastar por demanda não atendidas.”

As mudanças, segundo a autora, demarcaram uma nova forma de relação da sociedade civil organizada com o Estado:

Os movimentos sociais criaram nos anos 80, um paradigma da ação social, conferindo legitimidade a si próprios enquanto portadores de direitos legítimos e deslegitimando as políticas que o ignoram, mas não conseguiram manter esta posição nos anos 90 diante da voracidade das políticas neoliberais. Outros atores surgiram na arena pública, como as ONGs. Com as mudanças, as bases dos movimentos refluíram e se vive uma grande contradição: a de ter uma sociedade política construída a duras penas pelos movimentos e lutas sociais, com ganhos expressivos para a redemocratização do país, e a inércia desmobilizadora, alimentada por dois elementos: de um lado o formato das novas ações coletivas, que, assim como o sistema produtivo moderno priorizam poucos e bem capacitados militantes, entrincheirados em aguerridas organizações; por outro lado, a conjuntura política do país, de incertezas medo da violência exacerbada e descrença na força de alguns valores, como o da participação. Esta contradição se acirra quando observamos que a democratização das políticas públicas, no sentido do acesso, da qualidade do serviço prestado, do controle das verbas públicas etc. depende em grande parte do poder de envolver atores significativos da sociedade civil, pois são estes que têm capacidade de diagnosticar e prever resultados corretos, como nos alerta Habermas (GOHN, 2006, p. 318-319).

A reflexão da autora aponta um paradigma que pode ser percebido no contexto da campanha #euvoucontar. A iniciativa da Anis acaba tangenciando uma discussão maior e mais universal sobre melhoria na prestação dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) para todos os seus usuários para se deter a uma causa mais específica, que é o direito ao aborto legal possibilitado por meio do serviço de saúde para as mulheres que estão em idade reprodutiva e que não planejavam engravidar. Uma política que seria de prevenção.

Dessa forma, a agenda da ONG feminista sai de um contexto em que os movimentos sociais fazem a defesa ampla do SUS -- que passou a oferecer a todo cidadão brasileiro acesso integral, universal e gratuito a serviços de saúde a partir da Constituição de 1988 -- para uma demanda bem mais específica, a do direito ao aborto.

A mudança não invalida nem descredencia a reivindicação, mas cabe uma reflexão a respeito dos interesses sobre essa pauta. Com uma política de educação sexual e de

planejamento familiar mais efetiva, poderia haver menos gastos do Estado na assistência às mulheres que abortam e, além disso, menos impactos emocionais ou traumas para as que interromperam a gravidez.

Gohn destaca: “Fala-se de um setor terciário, não-estatal, privado mas público. Este setor concentra as atividades dos movimentos e das ONGs — agora reestruturadas segundo princípios de mercado e não exclusivamente ideológicos” (2006, p. 338).

Foi nessa perspectiva de busca por mais representatividade que os movimentos das mulheres e diversos grupos feministas se lançaram na disputa política na internet a partir dos anos 1990 (NATANSOHN, 2013, p. 23).

Passadas duas décadas, o movimento das mulheres e as feministas só agora parecem estar prestando atenção ao tema. Não é apenas um problema de competências tecnológicas o que está em jogo numa política feminista para as TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação), mas, sim, de entender o alcance político e social da cultura digital e do entorno tecnológico como forma de vida contemporânea, como o ambiente onde se desenvolve a nossa vida e nossas lutas (NATANSOHN, 2013, p. 24).

Nesse período, que demarca o que se convencionou chamar de a terceira onda feminista, tiveram início as discussões de outros paradigmas, o debate da micropolítica e da questão das mulheres negras, que geralmente também enfrentam dificuldades relacionadas à raça e à classe social.

O contexto da internet possibilitou o surgimento e crescimento de coletivos que trabalham as questões de gênero, como o Instituto Patrícia Galvão e Articulação Mulher e Mídia, começando a gerar um trabalho mais articulado de atuação representativa, com dados e com discurso organizados sobre as mulheres no Brasil.

Para Connell e Pearse (2015, p. 139), a história feminista se tornou um amplo empreendimento, fomentado pela necessidade de corrigir os fortes vieses da história patriarcal:

Por exemplo, o Estado liberal moderno define homem e mulher como cidadãos, ou seja, como iguais. Mas o código sexual dominante define homem e mulher como opostos. Enquanto isso, ideias rotineiras sobre a divisão do trabalho na vida familiar definem as mulheres como donas de casa e cuidadoras de crianças. Da mesma forma, mulheres que adentram a esfera pública – tentando exercer seus direitos como cidadãs – travam batalhas homéricas para terem sua autoridade reconhecida (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 158).

Biroli considera que há hoje mais conhecimento e mais debate sobre estudos de gênero e movimentos feministas no Brasil, mas também reações com o intuito de restringir os estudos e a críticas aos padrões de opressão, exploração e violência:

Embora o alvo explícito dessas reações sejam os estudos de gênero e os movimentos feministas e LGBT, o embate é com uma sociedade em transformação. Os códigos da moral sexual, a definição dos papéis no cotidiano, a conjugalidade, os vínculos com a comunidade, a organização do tempo de trabalho, do tempo do cuidado, do tempo dos afetos, do tempo de lazer, tudo isso se modificou de uma maneira que afeta profunda — e desigualmente — a vida das pessoas (2018, posição 4671, 85%, n. p.).

As questões da inserção da mulher no mercado de trabalho, da mulher mãe, da mulher cidadã, da divisão sexual do trabalho encontraram mais visibilidade e mais espaços de discussão com a criação de blogs, sites, perfis e fanpages nas redes sociais em que mulheres de diferentes perfis dialogam e se organizam em torno de interesses semelhantes. Nem sempre esses espaços têm conteúdos reivindicatórios e intenção de realizar protestos presenciais ou criar *hashtags* para chamar atenção para determinadas questões de gênero.

Com o acompanhamento da *hashtag* #euvoucontar desde setembro de 2017, o que se vê é que o objeto desta pesquisa faz parte de uma estratégia política maior que se utiliza tanto de espaços político-institucionais como o Supremo Tribunal Federal (STF) quanto midiáticos, tais como jornais, revistas, TV, sites jornalísticos e outros espaços na internet e na rede social Facebook, para abordar o tema aborto e todas as suas repercussões para a vida das mulheres brasileiras.

Uma das especialistas convidadas a falar em audiência pública sobre o julgamento da ADPF 442, que foi impetrada em março de 2017 na tentativa de descriminalizar o aborto no Brasil, no Supremo Tribunal Federal (STF) foi a professora da Universidade de Brasília (UNB) e representante da Anis, Débora Diniz. Ela é a mesma mulher que apresenta quase todos os mais de 30 vídeos da campanha #euvoucontar.

Para Hine, “o aumento massivo das formas de sociabilidade que são refletidas on-line e, por sua vez, permeadas em espaços mais amplos da vida social ofusca as fronteiras entre on-line e off-line” (2016, p. 12). A pesquisadora destaca que hoje consideramos a internet como um componente do dia a dia utilizado para atividades cotidianas e que não utilizamos mais o termo “ficar on-line” (2016, p. 15).

No caso da campanha #euvoucontar, as pessoas que comentam sobre o tema aborto na fanpage da Anis no Facebook já têm seus posicionamentos políticos de apoio ou combate à descriminalização do aborto e escolhem se e como os reverberam também nas redes sociais. Em postagens da campanha, há várias mensagens a favor e contra a decisão das mulheres que contaram suas histórias de aborto. Análise que será feita mais detidamente e de forma qualitativa no capítulo 3 com base na etnografia.

A internet, nos dias atuais, oferece uma gama de oportunidade e desafios para o etnógrafo. A fim de compreender a paisagem midiática que abarca o on-line e o off-line, é muito importante que os etnógrafos de mídia se movam nesses espaços e explorem como estão conectados pelas práticas diárias comuns de seus usuários (Hine, 2016, p. 23).

À medida em que se populariza e se amplia o uso da internet e de dispositivos móveis, as pessoas que fazem uso das redes sociais tornam-se também produtoras e replicadoras de conteúdo. Ter posicionamento contra ou a favor à descriminalização do aborto, por exemplo, faz com que usuários do Facebook se manifestem, curtam ou compartilhem determinado conteúdo que condiz com as próprias convicções a respeito do tema envolvendo questões relacionadas à legislação do país, à saúde e até mesmo à religião.

A campanha busca ainda mobilizar, gerar empatia e sensibilizar pela história de cada mulher que relata, por meio da internet, um episódio relacionado à interrupção da gravidez. Histórias silenciadas por muito tempo ou narradas apenas para algumas pessoas mais próximas ganham repercussão maior graças à iniciativa da Anis, que conta com a tecnologia das redes sociais para alcançar maior repercussão para o relato dessas memórias, antes restrito ao âmbito privado.

Thompson (2018) atualizou seus estudos sobre mídia e modernidade, no qual tratava da interação face a face, interação mediada e quase interação mediada, para acrescentar o que ele denomina de interação mediada on-line:

No caso da interação mediada on-line, a direcionalidade do olhar é alterada de outras maneiras, porque muitos participantes da interação podem ter meios à sua disposição para tornar os indivíduos, as ações e os eventos visíveis para outros distantes. O mais simples e eficaz desses meios é a câmera em seus smartphones: isso dá a cada pessoa que possui um smartphone a capacidade de fotografar ou filmar um indivíduo, ação ou evento e disponibilizar o registro, mais ou menos instantaneamente, a uma pluralidade de outros distantes. (THOMPSON, 2018, p 34-35)

No caso da campanha em estudo, há uma clara intenção de angariar apoio para uma causa que envolve mobilização nos âmbitos político, jurídico e midiático. Para o autor, reside aí a influência desse tipo de utilização da tecnologia, já que “parte da importância do crescente papel da interação on-line mediada no campo político é que ela perturba os papéis estabelecidos desses gatekeepers institucionais” (Thompson, 2018, p.37). Assim, originalmente, o conceito de *gatekeeper* envolveu o trabalho de selecionar, de filtrar as notícias que era feito por esse “guarda da cancela”, influenciando no que era ou não informado (WOLF, 1985, p.164).

3 AS VOZES QUE ERAM SILÊNCIO

3.1 Memórias de mulheres na campanha #euvoucontar

Quando cada vídeo da Anis anuncia com uma voz feminina, que é a da pesquisadora, professora e ativista de direitos humanos Débora Diniz, #euvoucontar, o que se assiste são tentativas de a partir de então, em poucos minutos, ouvir o que antes era silenciado. Expressão da dor. Narração do clandestino. Emersão das memórias. Ou de parte delas, já que em alguns casos só foram trazidas à tona depois de muitos anos da interrupção voluntária da gravidez.

Divulgar a cada semana a história de uma mulher que viveu uma experiência de aborto foi a estratégia principal anunciada através da campanha da ONG para sensibilizar espectadores e tentar angariar apoio de quem assiste aos vários vídeos, que seguem a linha de relatar histórias comuns de mulheres comuns. Daquelas que poderiam ser a vizinha, a tia, a prima ou até mesmo a espectadora.

Desde a concepção até o anúncio e a divulgação, que acabou não sendo feita com periodicidade semanal como foi anunciado inicialmente, toda a iniciativa da campanha depende de meios tecnológicos. A convocação para o envio de relatos foi feita através das redes sociais nas quais um vídeo convocava mulheres que houvessem feito aborto há oito anos ou mais enviassem suas histórias para um determinado número de ⁵⁵whatsapp informado também por meio das redes sociais.

Foi assim, com áudios recebidos de várias regiões do país, sem qualquer contato presencial, que a maioria dos relatos foram colhidos, segundo conta Débora Diniz em entrevista concedida para esta pesquisa. O período de oito anos foi justificado pela organização da campanha porque esse seria o tempo a partir do qual já não se poderia mais criminalizar mulheres que induziram o aborto.

A campanha segue um padrão estético. Para cada um dos vídeos é elaborada uma ilustração e destacada uma frase do relato da mulher que contou a própria história. Há sempre no início uma espécie de vinheta enquanto aparece a ilustração animada de uma chaleira e de uma xícara sendo servida, como se o ambiente estivesse sendo preparado para uma conversa entre pessoas próximas. Além disso, o tom da narradora é pausado e comedido, demonstrando sensibilidade com cada personagem que aceitou contar a própria história de aborto.

⁵⁵ WhatsApp é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones.

Figura 5 - Ilustração de chaleira com o título da campanha #euvoucontar que aparece como vinheta ao início de cada um dos vídeos divulgados



Fonte: Facebook (2017)

A pesquisadora Débora Diniz, em entrevista concedida por e-mail para esta pesquisa, cita os motivos dessas escolhas:

“O aborto é um evento comum da vida das mulheres brasileiras. Basta lembrar que 1 em cada 5 mulheres aos 40 anos já fez um aborto no Brasil. A identidade estética da campanha tenta também traduzir essa realidade: as mulheres vivem a decisão pelo aborto em meio a outras decisões cruciais sobre a vida doméstica, o sustento de suas famílias, o futuro de seus projetos de vida e de seus filhos. Por isso os elementos são domésticos, da intimidade da vida privada, para aproximar o tema de onde de fato está, e distanciá-lo do pecado, do crime, da cadeia”.

Do ponto de vista metodológico, a campanha da Anis pode ser analisada como uma série de depoimentos de cada abortante que aceitou compartilhar sua vivência por causa da convocação da Anis. A ONG se utiliza de fontes orais para resgatar breves histórias para os vídeos veiculados pela Anis, com o intuito de resgatar e tentar reconstituir memórias de mulheres sobre o tema aborto.

A pretensão da campanha é, a partir de peças que são individuais, montar um quebra-cabeças de um processo que é coletivo: mesmo sendo crime no Brasil, mulheres abortam clandestinamente e enfrentam dificuldades que se repetem há décadas e que afetam principalmente as que não podem pagar por um procedimento seguro.

São histórias que na maioria dos casos não têm os nomes de suas protagonistas revelados. Em apenas um dos vídeos um rosto de alguém que viveu um episódio de aborto é mostrado e uma identidade é apresentada: Rebeca. Ela contou sua história logo após entrar com liminar, apoiada pela Anis, solicitando o direito ao aborto perante o STF.

Araújo e Santos (2007) tratam de memória e esquecimento no caso de grupos minoritários com base nos estudos de Maurice Halbwachs, que considera que a memória individual não pode ser distanciada das memórias coletivas, e de Michel Pollak, que chamou a atenção para os processos de dominação e submissão das diferentes versões e memórias.

Esta clivagem pode aparecer não apenas nas relações entre um Estado dominador e a sociedade civil, como também entre a sociedade englobante e grupos minoritários. São lembranças “proibidas”, “indizíveis” ou “vergonhosas” que muitas vezes se opõem à mais legítima e poderosa das memórias coletivas: a memória nacional (ARAÚJO e SANTOS, 2007, p. 104).

O trabalho de Pollak relacionando memória e identidade social traz reflexões que permitiram uma avaliação sobre como, nesta pesquisa, os relatos que são individuais alcançam também uma relevância coletiva e política para os estudos sobre mulheres no Brasil. Para ele, se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que memória e identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. Segundo o autor austríaco, em conferência realizada em 1987 no Brasil e publicada em 1992:

“(…) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204)”

Como as histórias dessas mulheres que abortaram envolvem um procedimento considerado crime punível com prisão no Brasil, isso as faz esconder os processos pelos quais tiveram de passar por não terem prosseguido com a gravidez. O fato de não haver serviços públicos que ofereçam assistência para a interrupção voluntária da gravidez no Brasil, uma vez que o procedimento só não é criminalizado em três situações⁵⁶, leva mulheres que decidem abortar a submeterem-se a processos que podem colocar em risco a própria vida. Por isso, quase todas as histórias contadas nos vídeos da #euvoucontar envolvem dor e sofrimento.

Graças a esses componentes poucas mulheres trazem à tona essas lembranças. Ou

⁵⁶ O Código Penal só prevê o direito ao aborto no Brasil nas situações em que a mulher estiver grávida de feto anencéfalo, se a gravidez for decorrente de estupro e se a gestante correr risco de vida.

seja, as histórias de quem aborta geralmente não são contadas em público. Não há registros formais delas. É como se houvesse vidas com lacunas. Indivíduos que não quiseram ser mães em um determinado momento da vida - seja na adolescência, na juventude ou na maturidade – são também uma parcela de várias gerações de mulheres que foram submetidas à clandestinidade. A proibição não faz com que os abortos deixem de existir, mas amplia riscos, como explicam Miguel, Biroli e Mariano (2016):

A clandestinidade corresponde, muitas vezes, à realização do aborto em condições precárias. O grau de precariedade se vincula a variáveis ligadas entre si: condição sócio-econômica das mulheres, acesso à informação e, novamente, efetividades das políticas de repressão. Mulheres mais pobres e mais jovens tendem a interromper a gravidez em piores condições, muitas vezes sem assistência de profissionais de saúde. Quando a perseguição policial e judiciária ao aborto é mais intensa, o risco para estes profissionais também é maior, reduzindo a oferta de serviços clandestinos, ampliando seu custo, piorando as condições em que são prestados e aumentando a assimetria de poder entre o médico ou enfermeiro e a gestante que recorre a ele. (MIGUEL, BIROLI e MARIANO, 2016, p.129)

Em trecho de entrevista ao site feminista Think Olga, em 29 de setembro de 2017, na mesma semana em que foi iniciada a #euvoucontar, Diniz reitera que contar essas histórias faz parte de uma estratégia para mostrar que aborto não é “algo estranho na vida das mulheres”.

“O que podemos fazer, enquanto cidadãs, para ajudar a pressionar por uma resolução?”

Débora Diniz – A primeira coisa é começar a falar mais sobre o aborto para tirá-lo desse lugar como se fosse algo estranho na vida das mulheres, porque não é. Ele é comum. Então precisamos começar a contar as histórias de aborto (com mais de 8 anos, pois não estão mais sujeitos a crime) de uma maneira diferente: as mulheres fazem aborto, sobrevivem, têm filhos, não entram em sofrimento eterno sobre isso. Não é, por isso, uma experiência feliz, mas não precisa ser algo que envolva medo da prisão e medo de morrer. O aborto está no Supremo e nunca tivemos um momento assim no país. É nosso momento de mudar a lei a favor da autonomia das mulheres. Precisamos nos mobilizar quando esse tema entrar em pauta”.⁵⁷

Ao sistematizar e encadear essas histórias, a Anis tem um objetivo que é, sobretudo, político: trazer à tona um debate que é cercado de questões morais e religiosas num país de maioria católica no qual a alteração da legislação que criminaliza mulheres que abortam sofre grande resistência no âmbito do Congresso Nacional. Numa outra frente, a instituição também procura influenciar na decisão jurídica sobre o tema que está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF). As histórias contadas pelas mulheres em vídeos da campanha que é objeto de estudo estão relacionadas com o momento histórico e político no

⁵⁷

Trecho extraído do site Think Olga. Disponível em: <https://thinkolga.com/2017/09/29/ha-uma-acao-pela-descriminalizacao-do-aborto-no-brasil-o-que-isso-quer-dizer/>. Acesso em 2 de junho de 2018.

qual elas são trazidas à tona. Isso remete novamente aos estudos de Pollak (1992):

A memória é, em parte, herdada não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esteja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. (POLLAK, 1992, p204-205)

No Brasil, os registros sobre a prática de aborto remontam ao século XVI. Segundo a historiadora Mary del Priore (2009), já se comentava nas primeiras cartas jesuíticas o aborto como uma prática então corrente na colônia, com registro em uma carta do padre José de Anchieta datada de 1560 na qual se comentava sobre métodos usados com esta finalidade por mulheres brasileiras.

Priore também resgata algumas explicações sobre como e por que o controle do corpo feminino vem ocorrendo ao longo de séculos passados, com a influência determinante do Estado e da Igreja. “Pensamos que, por razões diferentes, mas com o emprego de métodos similares, o aborto já fazia parte do universo da maternidade e da feminilidade, tanto no Brasil quanto em Portugal”, relata a autora. O aborto seria, dessa forma, a antítese da idealização da mulher maternal e feminina preparada para, somente após o matrimônio, cuidar de um lar e de uma família cuja imagem era igualmente projetada.

No projeto de construção da maternidade ideal, o aborto aparecia como uma mancha capaz de oxidar o belo retrato que se queria fazer das mães. Se o enfoque era o da multiplicação das “gentes”, se o esforço era o de se tornar útil a sexualidade dentro do casamento, o aborto mostrava-se como uma forma de controle malthusiano, desaprovado tanto pela Igreja quanto pelo Estado.

Via de regra praticado por mulheres em estado desesperador diante de uma gravidez indesejada, de um fruto que representava mais dificuldade ou miséria, o aborto voluntário significou nos tempos modernos – como também na Antiguidade e Idade Média – a arma de controle dos casais legítimos. Diz Jean-Louis Flandrin (1982, p. 172) que, tal como o infanticídio e a contracepção, ele era utilizado sobretudo no quadro das relações extraconjugais. (PRIORE, 2009, p. 251)

Ao longo de décadas, o silenciamento de mulheres pobres como Rebeca Mendes também fez com que o tema fosse tabu no debate de pautas sobre políticas públicas, como educação sexual e saúde. Manuela Tavares defende que na história dos feminismos a questão da memória é fundamental porque “a história tradicional não abriu espaço para que as mulheres surgissem como sujeitos históricos” e porque o eclodir dos movimentos feministas situa-se numa história presente, “para a qual a reconstituição da memória, o recurso a fontes orais e a fontes escritas de alguma especificidade são imprescindíveis” (TAVARES, 2010, n. p.).

Tem sido uma iniciativa frequente dos movimentos feministas resgatar histórias e experiências de mulheres que foram de alguma forma invisibilizadas, apesar de terem tido protagonismo em várias áreas do conhecimento, da cultura e até mesmo da política. Ao descrever a trajetória dos feminismos de 1947 a 2007 em Portugal, país que guarda proximidade com o Brasil, do qual foi colonizador, Tavares também traça reflexões que se aplicam ao que tem acontecido aqui na ex-colônia portuguesa:

Segundo a historiadora Michelle Perrot, estamos num tempo histórico em que o feminismo já não é parente pobre da historiografia, em que vozes isoladas nas universidades tinham dificuldade em se fazer ouvir (PERROT, 2004: 9). Apesar da evolução, na última década, dos estudos sobre as mulheres em Portugal, o nosso tempo histórico ainda não corresponde ao que se vive em outros países onde a história dos feminismos evoluiu para abordagens mais globais e menos guetizadas. O espaço intelectual estreito, resultante do silenciamento dos feminismos enquanto movimento social, e os estereótipos baseados numa análise preconceituosa e distanciada têm levado a encarar a história dos feminismos como uma “história militante”, um campo marginal da própria História. Todavia, a história dos feminismos insere-se na História da Humanidade, pelo que não se pode falar de uma história das mulheres” separada da História. O que se pretende é reinscrever as mulheres na História, dando-lhes a visibilidade necessária para se ter uma outra visão da própria história. Também ao estudar os feminismos como movimentos protagonistas de transformações sociais, mais não se procura do que reinscrevê-los na história da Humanidade (TAVARES, 2007, n. p).

Dessa forma, o que não é dito, o que não é registrado e o que não é lembrado também são reflexões importantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Se um tema como o aborto é silenciado, ele também tem menos relevância social e política. Pollak (1987) trata dessas questões ao falar das memórias marginalizadas e da relevância que elas podem obter ao ganharem visibilidade:

Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização (POLLAK, 1987, p. 9).

Ao resgatar o que diz Pierre Nora (1993, p. 9), o tema também ganha relevância, já que para ele “a necessidade de memória é uma necessidade da história”. O autor considera que “o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é possível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de lembrar” (NORA, 1993, p. 15).

Não por acaso as campanhas recentes realizadas pelos movimentos feministas nas

redes sociais são baseadas, sobretudo, em vivências pessoais. Muitas iniciativas por meio de *hashtags* têm nos relatos de mulheres seu principal componente mobilizador. São depoimentos em que mulheres contam histórias que viveram em relação a assédio sexual (#primeiroassédio, #metoo), a preconceito de gênero (#meuamigosecreto,) e ao aborto (#euvoucontar).

Cristiane Costa (2018, p. 56) avalia que “essa troca de experiências em circuitos auto-organizados impulsiona a maior articulação de grupos historicamente excluídos”. Ela destaca, inclusive, os casos em que mulheres, com medo de retaliação, enviaram relatos para que outras mulheres postassem, como na campanha #euempregadadomestica:

Esse intercâmbio estratégico de autoria assinala o caráter *performativo* desses relatos. O que importa é menos buscar culpados ou resolver uma situação individual, e mais trazer à tona testemunhos pessoais, numa performance narrativa pública. Não é por acaso que muitas dessas campanhas trazem no nome a primeira pessoa do singular. Refuta-se, assim, a objetividade jornalística de modo a dar ênfase à singularidade pessoal de um relato. Aqui cabe ressaltar que, apesar de essas novas estratégias de fala conseguirem desafiar o regime de visibilidade predominante e pautar temas até então reprimidos, seria ingênuo não perceber a força das relações de poder inscritas e consolidadas (COSTA, 2018, p. 51-52)

Amado (2000, n. p.) considera que a história oral, além de ter conquistado um espaço acadêmico, tem sido utilizada “como um espaço popular, por meio de uma série de iniciativas de associações de bairro, de movimentos sociais, de setores sociais (imigrantes, mulheres, operários etc.), que têm organizado programas de história oral para recuperar suas próprias trajetórias sociais”.

Assim, Janaína Amado destaca ainda o caráter interdisciplinar da experiência latino-americana, não só na formação de equipes multidisciplinares, mas no crescimento da história oral entre profissionais que não são historiadores, “mas que utilizam a história oral em suas investigações, especialmente os profissionais da área da saúde” (2000, n. p.).

3.2 Relatos entre o medo, o tabu e o crime

Contar a cada semana a história de uma mulher que viveu uma experiência de aborto totalizando 52 vídeos era a meta inicial da campanha #euvoucontar. Nos primeiros nove meses (45 semanas), foram exibidos 23 vídeos, nos quais quase todas as histórias de aborto são relatadas pela mesma pessoa, a antropóloga Débora Diniz, pesquisadora da Anis. Em um ano de campanha, de 28 de setembro de 2017 e 28 de setembro de 2018, foram divulgados 24 vídeos (46,15% dos 52 que eram previstos para o período). Ao longo deste prazo de um ano, a média de um vídeo semanal que foi anunciada inicialmente pela Anis

tornou-se, de fato, de um vídeo a cada duas semanas aproximadamente.

Em julho de 2018, Débora divulgou que estava recebendo ameaças de morte pela internet, o que a levou a morar fora do Brasil. A Universidade de Brasília (UnB), instituição onde ela dá aulas, divulgou nota de solidariedade à pesquisadora. A carta de apoio assinada pela reitora Márcia Abrahão diz que episódios como esses “atentam contra direitos humanos e liberdades fundamentais”⁵⁸.

A campanha, entretanto, se estendeu por um período maior e em 17 de janeiro de 2019 ainda estavam sendo divulgados novos relatos na mesma linha dos anteriores. Após o prazo inicialmente previsto para encerrar a campanha, foram veiculados pelo menos mais oito entre 11 de outubro de 2018 e 17 de janeiro de 2019. Os vídeos são identificados pelo numeral ordinal que representa a sequência na qual foram divulgados. Como a maioria deles não indica nomes das mulheres, o critério numérico também será usado para classificá-los nesta pesquisa.

Iniciativas como a da Anis procuram, portanto, dar voz a mulheres de perfis diversos como a da história cinco, divulgada em 26 de outubro de 2017 pela #euvoucontar, que são tolhidas em seus direitos quando procuram o sistema de saúde. Após ser vítima de violência sexual, ela foi à polícia para registrar a ocorrência e foi questionada pelo fato de não ter reagido ao estupro⁵⁹:

Não reagi porque o mundo não é o que o papel diz. Eu sou uma trabalhadora sexual e eu preciso trabalhar sexualmente. Na minha vida, aborto é risco a cada cinco segundos. Eu não posso dizer ‘vou fazer tabela’. Tabela de quantos homens? No final do mês eu tenho que sobreviver com dignidade. Eu vivo com dignidade, eu não roubo ninguém. A minha tabela é quanto eu vou ganhar para alimentar meus filhos com arroz e feijão. Não é lasanha, picanha e pizza. É arroz, feijão e tripa mesmo.

⁵⁸ Nota da reitoria da UNB foi divulgada em julho de 2018. < <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/08/06/suspeito-de-ameacar-professora-da-unb-de-morte-e-identificado-no-parana.ghtml> > Acesso em 30 de janeiro de 2019

⁵⁹ Transcrição do depoimento do vídeo. Disponível em < <https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/166817147436/eles-s%C3%B3-iam-cuidar-da-dor-se-eu-confessasse-eu> > Acesso em 13 de maio de 2018.

Figura 6 - Ilustração que é mostrada no vídeo 5: “De nada adiantou ir à polícia”



Fonte: Tumblr (2017)

Para induzir o aborto em meados dos anos 1980, a mulher que hoje tem 51 anos e cinco filhos tomou remédios e chás caseiros por dois dias até que desmaiou na rua e foi levada para o hospital sangrando muito. Ela relata ainda:

Eles só iam cuidar da dor se eu confessasse. Eu tinha medo de falar. Os médicos sabiam quem eu era e que eu tinha feito algo muito errado. Eu ouvi de uma enfermeira, “No mínimo, isso deve ser uma puta.” Eu sou puta assumida mesmo, o que me ofendeu foi o tom dela: “Isso deve ser puta com filho de homem casado, isso deve ter sido um aborto” (relato vídeo número cinco, 26 de outubro de 2017).

O debate sobre saúde reprodutiva da mulher envolve ainda a demanda por outras melhorias no sistema de saúde, como ampliação de oferta de métodos contraceptivos, de garantia de educação sexual integral em escolas, de campanhas sobre a responsabilidade compartilhada com os homens na prevenção da gravidez indesejada e ainda no apoio à parceira grávida.

Segundo dados do IBGE divulgados no ano de 2015, no terceiro volume da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2013, a primeira gravidez acontece mais cedo entre mulheres menos instruídas. A pesquisa coleta informações sobre o desempenho do sistema nacional de saúde no que se refere ao acesso e ao uso dos serviços disponíveis e à continuidade dos cuidados, bem como sobre as condições de saúde da população, a vigilância de doenças crônicas não transmissíveis e os fatores de risco a elas associados.

A idade média na qual as mulheres brasileiras tiveram sua primeira gravidez foi 21 anos, de acordo com o IBGE. As que têm menor nível de instrução tiveram sua primeira gravidez mais jovens (19 anos entre as sem instrução ou com ensino fundamental

incompleto). Já no caso das mulheres com nível superior completo, isso ocorreu aos 25 anos, em média.

O IBGE divulgou ainda que entre as mulheres de 18 a 49 anos sexualmente ativas nos 12 meses anteriores à pesquisa e que ainda menstruavam, 61,1% fizeram uso de métodos para evitar a gravidez. Ou seja, quase quatro em cada dez mulheres no Brasil não se preveniam para evitar filhos. As mulheres brancas (65,8%), aquelas com nível superior completo (69,7%) e as com ensino médio completo ou superior incompleto (66,8%) apresentaram maiores percentuais de utilização de métodos contraceptivos.

Ficaram grávidas alguma vez na vida 69,2% das mulheres na mesma faixa etária (18 a 49 anos). Nas regiões Norte (73,6%) e Nordeste (72,9%), os índices são superiores à média nacional. No Sudeste está o menor percentual (66,1%). Houve maiores percentuais de mulheres que já estiveram gestantes entre aquelas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (87,0%). Este percentual reduzia conforme aumentava o nível de instrução (56,4% entre as que tinham concluído o ensino superior).

Segundo a PNS feita em 2013, entre as mulheres de 18 a 49 anos, 2,1% provocaram aborto pelo menos uma vez na vida. Este percentual variou de 1,0% no Sul a 3,0% no Nordeste. As mulheres sem instrução ou com o fundamental incompleto (2,8%), assim como aquelas com o fundamental completo ou com o médio incompleto (3,0%), apresentaram maiores percentuais, se comparadas com as mulheres com curso superior. A proporção de mulheres de cor preta (3,5%) que declararam ter tido algum aborto provocado foi maior em relação às de cor branca (1,7%)

Os resultados de outro levantamento, a Pesquisa Nacional de Aborto⁶⁰ (que tem entre suas autoras a antropóloga Debora Diniz, da ONG Anis - Instituto de Bioética), indicam que o aborto é um fenômeno frequente e persistente entre as mulheres de todas as classes sociais, grupos raciais, níveis educacionais e religiões. No ano de 2016, de acordo com o levantamento, quase uma em cada cinco mulheres, aos 40 anos, já realizou um aborto pelo menos. A Pesquisa Nacional de Aborto 2016 estima que:

Em 2015, foram, aproximadamente, 416 mil mulheres. Há, no entanto, heterogeneidade dentro dos grupos sociais, com maior frequência do aborto entre mulheres de menor escolaridade, pretas, pardas e indígenas, vivendo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Como já mostrado pela PNA 2010, metade das mulheres utilizou medicamentos para abortar, e quase a metade das mulheres precisou ficar internada para finalizar o aborto. (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017).

⁶⁰ A Pesquisa Nacional de Aborto foi divulgada em 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0653.pdf>> Acesso em agosto de 2018

Como os números oficiais e de pesquisas acadêmicas demonstram, o problema afeta especialmente as mulheres negras e pobres – cuja vulnerabilidade social faz com que tenham maior risco de adoecimento e de morte. A questão já era apontada nos anos 1980 pela filósofa estadunidense e militante feminista Angela Davis:

Quando números tão grandes de mulheres negras e latinas recorrem a abortos, as histórias que relatam não são tanto sobre o desejo de ficar livres da gravidez, mas sobre as condições sociais miseráveis que as levam a desistir de trazer novas vidas ao mundo (DAVIS, posição 4716, 2016).

Ao mesmo tempo Davis fez críticas contundentes ao movimento feminista do início dos anos 1970 nos Estados Unidos. De acordo com a ativista negra, durante os anos que precederam a descriminalização do aborto, cerca de 80% das mortes causadas por abortos ilegais no estado de Nova York (EUA) envolviam mulheres negras e porto-riquenhas.

Além disso, Davis ressalta que “imediatamente depois da descriminalização, as mulheres de minorias étnicas receberam quase metade de todos os abortos legais” e que a campanha pelo direito ao aborto no país naquele período precisava lembrar que as mulheres de minorias étnicas queriam escapar dos abortos inseguros mas que não estavam dispostas a expressar sentimentos pró-aborto. “Elas eram a favor do direito ao aborto, o que não significava que fossem defensoras do aborto”, destaca Davis.

Essa intersecção entre classe e raça ainda se apresenta entre as mulheres que abortam no Brasil. Um estudo realizado pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro mostra que a maioria das mulheres criminalizadas pela prática do aborto é negra e/ou pobre.⁶¹

Dados da Pesquisa Nacional de Aborto 2016 indicam que, no Brasil, o aborto é frequente entre mulheres de diversas classes sociais, grupos raciais, níveis educacionais e religiões, mas confirmam que mulheres pretas (15%), pardas (14%) e indígenas (24%) são a maioria das que abortam. Dentre as que abortaram, parte significativa não tinha cursado além do ensino fundamental (22% até a quarta série e 16% da quinta a oitava série). Nas regiões mais pobres do país Norte (15%) e Nordeste (18%) as taxas de realização de aborto de mulheres de 18 a 39 anos são maiores do que no Sudeste (11%) e Sul (6%), de acordo com a PNA.

Os vídeos da campanha #euvoucontar mostram histórias de mulheres de classes sociais diversas e demonstram como o acesso a serviços de aborto clandestinos pode variar de

⁶¹ Pesquisa realizada pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/5372-DPRJ-aponta-perfil-da-mulher-criminalizada-pela-pratica-do-aborto>>. Acesso em 05 de dezembro de 2017.

acordo com a disponibilidade financeira da gestante.

Figura 7 - Ilustração do vídeo 6: “Eu só queria sair dali”.



Fonte: Tumblr (2017)

A pesquisa tem como uma das autoras a antropóloga Débora Diniz, que também está à frente da Anis e dos vídeos da campanha #euvoucontar. Na história de número seis, divulgada em 2 de novembro de 2017, foi uma mulher à época do relato com 38 anos que contou sua experiência. De classe média, hoje ela é mãe de um filho e reconhece que ter obtido acesso a uma clínica clandestina, mas com condições de higiene adequadas foi um privilégio.

Eu sei que sou uma mulher privilegiada. Não morri, eu tive dinheiro para ir numa clínica limpa, tive pessoas que souberam me orientar para onde ir. Eu penso nas outras mulheres que não tiveram o mesmo privilégio que eu. Mesmo assim, eu preciso dividir esse sentimento de silêncio que guardo em mim. É uma sensação muito estranha entrar em consultório ginecológico com outro médico e nunca ter falado disso (relato vídeo número 6, 2 de novembro de 2017).

O sofrimento físico e psicológico permeia todas as histórias femininas narradas nos vídeos da campanha. Várias dessas mulheres foram sozinhas às clínicas clandestinas e acabaram sendo abandonadas pelos companheiros. É o que narra quem enviou os dados para o vídeo de número dois, veiculado em dois de outubro de 2017⁶²:

Ele dizia que não ia decepcionar a mãe, como o irmão já tinha feito. Nós namorávamos há um tempo, eu tinha 19 anos. Fomos juntos fazer o exame de sangue, e enquanto eu chorava por tudo, mas principalmente porque minha mãe me expulsaria de casa, ele só dizia que não ia ter este filho. Eu namorava com ele sem minha mãe saber, imagine se ela sonhasse que eu fazia sexo. Nossa casa era muito

⁶² Trecho do vídeo 2. Disponível em <<https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/166076282881/ele-dizia-que-n%C3%A3o-ia-decepcionar-a-m%C3%A3e-como-o>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

pobre, não caberia mais uma criança ali.

Depois do exame, o meu ex-namorado desapareceu. Eu cheguei a ir numa casa de umbanda comprar umas soluções, marquei consulta com uma mulher que fazia a cirurgia a frio. Graças a Deus eu não consegui o dinheiro, no dia seguinte uma moça morreu no quarto de cirurgia desta senhora. Eu comecei a pedir ajuda a umas amigas. (Relato do vídeo dois)

Figura 8 - Ilustração feita para o vídeo 2: “Eles não me deram anestesia”



Fonte: Tumblr (2017)

Na continuação do vídeo, a mulher que hoje é mãe de um filho gerado em outro relacionamento conta que o atendimento hospitalar também deixou marcas. O procedimento para finalizar o aborto, segundo ela, foi feito sem anestesia:

Eu fiz imediatamente a curetagem, mas senti tudo. Eu sentia e ouvia rasparem meu útero. Eles não me deram anestesia. Assim que acabou eu já saí andando da maca. Eu tinha certeza que eles iam chamar a polícia. O mais certo é dizer que eu fugi do hospital. Eu não tinha para onde ir, fui para a casa de uma amiga.

A descrição não difere muito do que a filósofa Simone de Beauvoir descrevia em *O Segundo Sexo*, obra que é referência para o feminismo e cuja primeira edição foi publicada em 1949, portanto há quase 60 anos, na França de meados do século XX:

(...) os hospitais são obrigados a receber a mulher cujo abortamento se acha iniciado; mas a *castigam* sadicamente recusando-lhe qualquer calmante durante a operação final de curetagem (...). O fato de ser a operação clandestina e criminosa multiplica-lhe os perigos e dá-lhe um caráter abjeto e angustiante. Dor, doença, morte assumem um aspecto de castigo: sabe-se que distância separa o sofrimento da tortura, o acidente da punição; através dos riscos que assume, a mulher sente-se culpada; é essa interpenetração da dor e do erro que é singularmente penosa. (BEAUVOIR, 2016, volume 2, página 286).

A falta de assistência à saúde adequada em pleno século XXI também faz com que as consequências físicas sejam graves para milhares de mulheres no Brasil. Dados do Ministério da Saúde de 2006 mostram que o aborto clandestino é a causa de 11,4% das mortes maternas no país e 17% do total de mortes por razões obstétricas (MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2016, p. 130).

A criminalização prejudica as mulheres, comprometendo sua cidadania e sua integridade física. A prática do aborto não é reduzida pela criminalização, mas brutalizada e tanto mais perigosa para as mulheres quanto maiores são os esforços para se fazer cumprir a lei (Boltanski, 2004, p. 124) apud (MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2016, p. 129).

Entretanto, algumas mulheres que abortaram e que decidiram contar suas vivências enfrentaram dificuldades mesmo quando a legislação brasileira lhes permitia interromper a gestação, como no caso de feto anencéfalo. Esse foi um dos problemas enfrentados pela mulher da história 8, divulgada em 16 de novembro de 2017:

Todos julgamos e falamos do aborto como se fosse uma coisa que não existisse. Eu tinha jurado para mim mesma que nunca faria um aborto. E lá estava eu, atrás do convênio para fazer um. O médico do convênio me disse que eu precisaria de uma ordem judicial. Isso acabou comigo, eu não sabia se isso era na polícia ou no juiz. Me sentia uma criminosa, e parecia que ninguém queria ouvir minha história. O bebê não ia sobreviver, e eu sendo acusada de querer matar alguém. A sociedade julga sem mesmo saber nossos motivos.

Eu decidi pelo aborto. Comecei a procurar um advogado, fui na defensoria pública de meu estado. Nada, ninguém me ajudava. Fui pesquisar por minha conta. Descobri que havia uma decisão do Supremo Tribunal Federal que me dava esse direito. Era como se fosse uma nova lei – eu não precisava de mais nada nem de ninguém. Só de minha decisão, e ela eu já tinha tomado. Mandeí a decisão judicial para o convênio, e eles demoraram a me responder. Eu, às vezes, penso que a primeira médica e o convênio queriam me obrigar a não fazer o aborto.

(...) É tão triste eu ter passado por isso e pessoas que não me conhecem, que não sabem de minha história, saírem julgando. Eu estou aqui para compartilhar com todas as mulheres que passaram pelo mesmo que eu e não tiveram apoio, ou que não sabiam dos seus direitos, eu quero que elas saibam que não estão sozinhas. Eu fiz a minha escolha, era meu direito, e ninguém tira de mim. Eu estou agora em paz, pois sei que foi o certo. Não digo que foi fácil, mas foi a minha escolha e isso ninguém pode tirar de mim⁶³.

As referências sobre moral e religião também estão presentes em alguns depoimentos. Em um trecho do vídeo 8 ela conta: “Eu saí à procura de um serviço de aborto legal, eu descobri que existiam, e antes não sabia. Um anjo me atendeu no serviço. Eu tenho certeza que Deus voltou a cuidar de mim”. Foi exatamente um trecho dessa frase foi destacado na ilustração mostrada pela Anis.

⁶³ Trecho da história 8 disponível em <<https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/167554396701/o-que-%C3%A9-anencefalia-%C3%A9-uma-m%C3%A1-forma%C3%A7%C3%A3o-grave-do>>. Acesso em 10 de junho de 2018

Figura 9 - Ilustração divulgada sobre o vídeo 8: “Deus voltou a cuidar”



Fonte: Tumblr (2017)

A culpa é um dos sentimentos que as abortantes expressam nos relatos divulgados. Beauvoir já ressaltara no clássico *O Segundo Sexo*, publicado originalmente em 1949, o papel que a Igreja destinava às mulheres:

A ideologia cristã não contribuiu pouco para a opressão da mulher. Há, talvez, no evangelho um sopro de caridade que se estende tanto às mulheres como aos leprosos; são os pequenos, os escravos e as mulheres que se apegam mais apaixonadamente à nova lei. (...) E se o casamento é encarado como uma instituição que exige fidelidade recíproca, parece evidente que a esposa deve ser totalmente subordinada ao esposo: com São Paulo afirma-se a tradição judaica ferozmente antifeminista (BEAUVOIR, 2016, p. 134).

Ao escrever sobre aborto, a filósofa francesa ressalta ainda que “um ponto acerca do qual concordam partidários e inimigos do aborto legal, é o fracasso radical da repressão” (BEAUVOIR, volume 2, 2016, p. 282). Ela citou que, em 1938, estimava-se que cerca de 800 mil a um milhão de abortos ocorressem anualmente na França. Beauvoir criticou ainda o que considerava ser uma hipocrisia envolvendo o tema e a legislação da França que à época proibia o procedimento:

Há poucos assuntos a cujo respeito a sociedade burguesa demonstre maior hipocrisia: o aborto é um crime repugnante a que é indecente aludir. Que um escritor descreva as alegrias e os sofrimentos de uma parturiente, é perfeito; que fale de uma abortante e logo o acusarão de chafurdar na imundície e de descrever a humanidade sob um aspecto abjeto: ora, há na França anualmente número igual de abortos e de nascimentos (BEAUVOIR, 2016, p. 280).

Oitenta anos depois, em países como o Brasil, o texto de Beauvoir continua sendo uma descrição que guarda verossimilhança com os dias atuais. Biroli destaca que atualmente a contraposição entre religião e direito ao aborto se mantém. A pesquisadora avalia que esse debate se tornou mais polarizado e ganhou destaque na agenda política em diversos países do Ocidente nas últimas décadas (2014, p. 125):

No início do século XXI, as posições “pró-vida”, vinculadas principalmente à Igreja Católica e “pró-escolha”, ligadas aos movimentos feministas, são parte das clivagens nas disputas eleitorais e político-partidárias. Enquanto os argumentos “pró-escolha” são centrados nos direitos das mulheres, os argumentos “pró-vida” destacam, sobretudo, o valor da vida do feto de uma perspectiva religiosa (BIROLI, 2014, p. 125).

4 REBECA VAI CONTAR E MUITOS VÃO APOIAR OU JULGAR

4.1 O relato de Rebeca

Até o momento de finalização desta pesquisa, apenas uma das autoras de depoimento sobre aborto foi identificada em vídeos da campanha #euvoucontar. No fim de novembro de 2017, um dos casos contados pela Anis ganhou voz e também rosto.

Esta é Rebeca Mendes. Ela é uma mulher comum: trabalhadora e estudante, tem 30 anos e dois filhos, um de nove e outro de seis anos. Como tantas outras mulheres brasileiras, Rebeca é a responsável pelo sustento de sua casa, da qual cuida com pouco mais do que um salário mínimo. Rebeca é mãe dedicada, amorosa e cuidadosa. Separada de seu ex-marido e pai das crianças, Rebeca decidiu trocar de método contraceptivo e para isso buscou o SUS. Da injeção hormonal para o DIU, o serviço de saúde exigiu exames e mais de dois meses de espera. No intervalo, desprotegida e sem recomendação de outro método, engravidou de um único encontro com seu ex-companheiro. A gravidez foi notícia de tristeza e desespero para os planos e sustento da família. Rebeca está em sofrimento e sabe que não pode seguir adiante e ter mais um filho.

Rebeca quer falar à Ministra Rosa Weber. Sua história foi contada em petição entregue ontem, 22 de novembro, ao Supremo Tribunal Federal, para reforçar o pedido de urgência de decisão na ADPF 442. Protocolada em março, a ADPF pede que nenhuma mulher seja presa ou enfrente riscos à sua saúde e à sua vida por fazer um aborto até a 12ª semana de gestação.

Ao longo das últimas semanas, a Anis tem trazido histórias anônimas de mulheres que fizeram aborto há mais de 8 anos na campanha #EuVouContar. Hoje, é Rebeca quem atravessa o medo do estigma e do julgamento para dizer publicamente que ela é o rosto dessa urgência: “eu não quero morrer, eu quero ser mãe de meus dois filhos.”⁶⁴

A história de Rebeca e a solicitação de uma liminar por parte dela ao Supremo Tribunal Federal (STF), em novembro de 2017, ganharam repercussão em veículos de imprensa nacionais e internacionais nas semanas seguintes à divulgação da história, dando mais visibilidade midiática e relevância política à campanha que havia sido iniciada dois meses antes pela ONG Anis.

⁶⁴

Trecho postado na fanpage da Anis. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/AnisBioetica/videos/1759070234165901/>> Acesso em 12 de maio de 2018.

Figura 10 - Imagem “STF, Esperamos com Rebeca” postada pela Anis no Facebook em 25 de novembro de 2017.



Fonte: Facebook (2017)

Figura 11 - Imagem “Não Julgue Rebeca” postada pela Anis no Facebook em 1º de dezembro de 2017



Fonte: Facebook (2017)

Débora Diniz, pesquisadora da Anis e narradora dos demais vídeos da campanha, disse em entrevista para esta pesquisa que é importante contar as histórias de personagens no contexto de debate sobre a violação de direitos. São mulheres que protagonizaram vídeos sobre um mesmo tema, mas a partir de perspectivas únicas e que passam a ter histórias íntimas contadas para milhares de pessoas na internet. A campanha preservou a identidade de quase todas elas. Rebeca contou sua história e se expôs, em contrapartida recebeu apoio e conseguiu fazer o procedimento na Colômbia. A repercussão também teve impacto negativo, segundo a estudante de Direito relatou em entrevista para esta pesquisa.

A história de Rebeca Mendes, especificamente, foi utilizada como símbolo pela campanha a favor da descriminalização do aborto no Brasil. O caso da exploração da história de uma mulher que recorreu ao aborto ser levantado como bandeira pela ONG e por parte do movimento feminista remete à análise de Castells (2013) sobre o papel que é exercido pelos indivíduos no contexto dos movimentos sociais.

Dessa forma, o autor critica as análises feitas sobre movimentos sociais como “multidão indiferenciada, chamada classe social, etnia, gênero” e considera que:

Embora agrupar a experiência de vida das pessoas em convenientes categorias analíticas da estrutura social seja um método útil, as práticas reais que permitem que os movimentos sociais surjam, transformem as instituições e, em última instância, a própria estrutura social são desenvolvidas por indivíduos, em seus corpos e em suas mentes” (CASTELLS, 2013, p. 21)

Já Martín-Barbero (2002) destaca que o lugar da cultura na sociedade se altera quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser apenas instrumental para tornar-se estrutural. Dessa forma, o autor destaca a influência dos processos de globalização econômica e informacional que “reavivam a questão das identidades culturais – étnicas, raciais, locais, regionais – até o ponto de convertê-las em dimensão protagonista de muitos dos mais ferozes e complexos conflitos bélicos dos últimos anos” (2002, p. 229). Ao mesmo tempo, entretanto, “essas mesmas identidades, mais as de gênero e as de idade, estão reconfigurando a fundo a força e o sentido dos laços sociais e das possibilidades de convivência no nacional” (2002, p. 229).

A multiplicidade de narrativas na era da internet é um dos temas que a pesquisadora Laura Graziela Gomes aborda. Ela cita o Tumblr e o YouTube, que também são usados para difundir o conteúdo da *hashtag* #euvoucontar:

No presente momento, observo que ela vem permitindo uma maior diversidade de

biografias possíveis de serem narradas e performatizadas, a partir de conteúdos escritos postados nas redes sociais e em outras plataformas, que podem vir acompanhadas ou não de imagens, além de narrativas/ performances propriamente visuais, especialmente quando se trata de plataformas exclusivamente voltadas para a circulação de imagens, fotos, vídeos e áudio como Flickr, Pinterest, Instagram, Tumblr, Youtube Vimeo, Sound Cloud, Spotify etc. (GOMES, 2016, p. 91).

Foi a força da narrativa individual de uma mulher que ampliou a repercussão da iniciativa da Anis. A carta de Rebeca encaminhada ao STF também foi divulgada pela ONG no Facebook. O post da fanpage da Anis com o vídeo da estudante em que ela lê na íntegra uma carta enviada ao STF tinha 75 compartilhamentos, 164 reações, 195 comentários e cerca de nove mil visualizações⁶⁵:

Meu nome é Rebeca tenho 30 anos, sou mãe de dois meninos. Thomas de 9 anos e Felipe de 6 anos. Antes de me julgar, Ministra Rosa Weber, peço que me escute, pois não é fácil, mas tentarei descrever o motivo do meu atual sofrimento.

Na terça-feira, dia 14/11, eu descobri que estou grávida. Minha menstruação, até então, estava atrasada apenas 10 dias. O que isso significa pra mim naquele momento? Bom, senti um grande abismo se abrindo e me sugando cada vez mais para baixo. Desde então, eu já não sei o que significa dormir, comer, estudar, enfim, tudo o que faço tranquilamente e quando não estou fazendo “nada”, eu estou chorando. Fico imaginando as possibilidades, e a longo prazo se eu estivesse vivendo outra realidade, o mínimo diferente que fosse, eu não estaria escolhendo fazer um aborto. O que tentarei fazer aqui é um relato verdadeiro do que está acontecendo neste momento e mais ainda, tentarei ser o mais racional possível.

Como já disse, sou mãe de dois meninos lindos e mesmo o pai pagando a pensão alimentícia para os meninos e morando muito perto de nós, ainda assim, me considero uma mãe que também faz o papel de pai. O lema dessa pessoa que se considera pai dos mais filhos é: “eu já pago pensão”. Isso é o que eu escuto basicamente, em qualquer situação, desde chegar da faculdade às 23 horas e perceber que um deles está com febre alta e ligar e pedir que nos leve até o hospital, pois ele tem carro e eu não, e a resposta que eu tenho é: “Eu não pago pensão? Chama o Uber e leva você”. Dentre outros absurdos que não vem ao caso.

Mas o que isso tem a ver com a atual gestação? Infelizmente, o pai dos meus dois filhos é responsável também por essa gestação. Quando eu conto esse detalhe, geralmente as pessoas riem da situação. Mas não sabem como é ter um relacionamento saudável e sem remorsos, sendo uma mãe solteira. Mesmo assim, estamos separados há 3 anos, e essa foi a única aproximação amorosa que tivemos. Mas ainda assim não é esse o motivo que me leva a decisão de interromper essa gestação.

Já adianto aqui, são dois motivos que me levam a essa decisão. O principal deles é que em fevereiro para ser mais exata, no dia 11/02/2018 eu serei uma mulher desempregada. Tenho um contrato de trabalho temporário no IBGE, e nessa data ele se encerra sem a possibilidade de renovação. Serei então uma mãe de dois filhos desempregada e grávida. Se já é difícil para uma mulher com filhos pequenos trabalhar em nosso país, é impossível uma mulher grávida conseguir um trabalho para qualquer atividade que seja. Seremos três pessoas passando necessidades, não conseguindo pagar meu aluguel sem ter dinheiro para comprar comida e com toda essa dificuldade ainda terei um bebê a caminho. Esse é um cenário que a longo prazo não tenho perspectiva de melhora.

O outro motivo que tenho é que estou cursando o quinto semestre do curso de Direito, curso este onde eu possuo uma bolsa integral pelo PROUNI e é o passaporte

⁶⁵

Postagem no Facebook da Anis disponível em :

<<https://www.facebook.com/AnisBioetica/videos/1759070234165901/>> Acesso em 1º junho de 2018

da minha família para uma vida melhor. Continuar com essa gestação significa também interromper por prazo indeterminado a conclusão desse sonho. Não sou uma mulher irresponsável, estava trocando de uso de um contraceptivo por outro. Como não possuo convênio médico, todo procedimento é feito pelo SUS, onde todo e qualquer procedimento é moroso.

Moro na cidade de São Paulo e, pra ser sincera, eu poderia ter ido até a Praça da Sé com R\$ 700,00 reais e comprar o tal do “Citotec” e ter tomado na minha casa e acabado com tudo isso. Diante dessa possibilidade pesquisei o funcionamento e as consequências deste ato. Me entenda, eu nunca estive nessa posição e os relatos que vi foram mais que suficientes para descartar essa possibilidade. O medo do procedimento não funcionar e acarretar má-formação ou o remédio causar uma hemorragia causando a minha morte e, ser levada para um hospital e chegando lá ser levada para delegacia. Não quero ser presa e muito menos morrer. Não parece ser justo comigo. Não estou grávida de 4 ou 5 meses, estou grávida de dias apenas.⁶⁶

Quando estava com nove semanas de gravidez, Rebeca, personagem do vídeo analisado, conta ter interrompido a gravidez na Colômbia em dezembro de 2017, onde foi a um seminário organizado pelo Consórcio Latino-Americano contra o Aborto Inseguro (Clacai), ONG voltada à pesquisa sobre direitos reprodutivos, segundo entrevista dada à revista Piauí.⁶⁷ O procedimento é permitido na Colômbia desde 2006, por decisão da Corte Constitucional, para garantir a vida da mãe, salvaguardar a saúde física e mental dela, e em casos de estupro, incesto e deformidade severa do feto.

4.1.2. As reações ao vídeo sobre aborto

Houve pelo menos dez postagens da Anis no Facebook sobre Rebeca e uma nova *hashtag* foi criada: #pelavidaderbecca. Os posts geraram muitos comentários e interações. Como este de 23 de novembro, no qual é exibido o vídeo em que ela explica os motivos de querer abortar. Todos os comentários a seguir são sobre este mesmo vídeo postado em 23 de novembro de 2017⁶⁸. Nos comentários da fanpage uma seguidora da Anis de nome Élide disse:

O aborto é o direito à livre escolha da mulher. O aborto é, principalmente, uma questão de saúde pública, cujos resultados positivos ou negativos são reflexos, muitas vezes, de uma questão de condições econômicas, uma vez que o aborto inseguro no Brasil figura entre as principais causas evitáveis de morte materna. O tema vai muito além de valores morais, éticos e religiosos.

⁶⁶ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/AnisBioetica/photos/a.413825375357067.97019.406502152756056/1761826527223605/?type=3>>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

⁶⁷ Entrevista à Revista Piauí, número 141, publicada em junho de 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-procedimento/>>. Acesso em 07 de julho de 2018.

⁶⁸ Comentário postado na fanpage da Anis. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/AnisBioetica/videos/1759070234165901/>> Acesso em 10 de junho de 2018

Figura 12 - Reprodução do Facebook da Anis sobre postagem de vídeo de Rebeca Mendes



Fonte: Facebook (2017)

Em várias oportunidades, na mesma postagem, há respostas por parte da Anis. Neste caso, a reação da ONG foi agradecer: “Élida, mais um vez, muito obrigada por seu comentário tão importante. Sim, o aborto clandestino é uma questão de saúde pública, e deve ser debatido nesses termos”. A postagem contava com nove mil visualizações, 168 reações, 195 comentários e 75 compartilhamentos até 1º de julho de 2018. Uma outra mulher cujo primeiro nome é Lorena, declara, no mesmo post, apoio à estudante de Direito dizendo:

Força, Rebeca! Seu nome e sua história representam todas as mulheres brasileiras. Obrigada por ter se disposto a se expor, a ser o rosto dessa luta que condena tantas mulheres à clandestinidade. Somos milhares ao seu lado, de mãos dadas com você.

Os comentários indicam também posicionamentos políticos, religiosos e morais dos usuários das redes sociais que discorrem sobre o tema, demonstrando que o repertório cultural de cada um guarda relação com a opinião declarada sobre o caso da brasileira que solicitou ao STF o direito de abortar.

Baseado na Teoria das Mediações de Martín-Barbero, Luís Mauro Sá Martino (2009) considera que as mediações são os conhecimentos e as práticas sociais das pessoas. “São estruturas simbólicas dinâmicas a partir das quais é atribuído o sentido de uma mensagem em um determinado momento no espaço e no tempo” (Martino, 2009, p 180). São ideias como a de Aline:

Esses comentários me dão agonia!!!
 NENHUM MÉTODO CONTRACEPTIVO É 100% (...)
 Se você é contra: não aborte, ninguém aqui quer que todo mundo saia abortando e
 que não nasça mais crianças, mas não se meta na vida dos outros

Há também textos postados em comentários que denotam críticas implícitas ou explícitas à liberdade sexual sempre cobrando a responsabilidade da contracepção somente em relação à mulher e como se o homem não tivesse qualquer papel em relação a esse aspecto. A reprodução do pensamento machista é evidente inclusive nos comentários feitos por mulheres.

Como é o caso da postagem de um perfil cujo nome é Denise: “Os postos de saúde fornecem gratuitamente camisinhas, pílulas anticoncepcionais hoje em dia engravida quem quer, ninguém nasceu por acidente, tantos casais que não podem ter filhos. Dê para a adoção ao invés de matar um inocente!!!”. Também chama a atenção o comentário de um perfil denominado Bruna:

“Fez filho pq se sabia que esta sem tomar pilula ou contraceptivos mulher nao faz filho sem querer a nao ser em casos de estupro.No momento em que fez sexo sabia que podia ficar grávida nao existe camisinha ficou grávida por que quis agora aguenta minha filha arque com o que voce fez por que voce sabia o que estava fazendo (sic)”.

Neste último, o texto leva os leitores a acreditarem que Rebeca concebeu ou “fez” uma criança sozinha, como se isso não fosse biologicamente impossível. Não há qualquer menção ou cobrança por parte do pai, o ex-companheiro de Rebeca, que também é pai dos dois filhos dela. Em ambos os comentários, o perfil da Anis responde citando link do jornal *The New York Times*, em inglês, com índices de falibilidade de cada método anticoncepcional.⁶⁹ A resposta da Anis, entretanto, só será compreendida por quem domina ou tem pelo menos noções básicas dessa língua estrangeira.

⁶⁹ Link indicado pela Anis em resposta a comentário sobre vídeo de Rebeca postado no Facebook.

Disponível em: < <https://www.nytimes.com/.../unplanned-pregnancies.html>.>. Acesso em 10 de junho de 2018.

Figura 13 - Reprodução do Facebook da Anis sobre postagem de vídeo de Rebeca Mendes



Fonte: Facebook (2017)

Há poucos comentários de homens nesta mesma postagem e nas demais sobre Rebeca. Alguns, como o de Marcelo, também deixam evidente o posicionamento machista: “Pq não usou contraceptivo?? Pq não pediu pro macho colocar a camisinha”. A resposta da ONG foi a mesma utilizada para os dois comentários anteriores, a divulgação do link da matéria em inglês. Mais uma vez, recai só sobre Rebeca, e não sobre o casal, a responsabilidade sobre o uso do método contraceptivo.

Dos 53 comentários feitos na postagem, pelo menos 26 são de pessoas que são contra o aborto: criticam a decisão de Rebeca, sugerem alternativas como ela ter a criança e oferecer para adoção ou ainda processar o pai, para que garanta o sustento do filho. Entre estes, os comentários mais desrespeitosos são feitos por homens. Um deles denominado Bruno diz: “Agora fazer aborto é ter coragem, #ppq que mundo de merda é esse? Matar bandido não pode, agora rasgar a xereca por aí com uns homens de merda esperava saísse ovos de ouro pelo cu? Valeu #empoderadas”. Em um comentário logo em seguida, o mesmo rapaz escreveu: “Rebeca, a moça que não controla a xereca”.

Em entrevista concedida para esta pesquisa, Rebeca⁷⁰ contou que durante algum tempo ficou sem ler comentários a respeito da solicitação que fez ao STF para se poupar das agressões. Ela descreveu assim sua estratégia de autoproteção:

Quando saiu a notícia e teve aquele boom inicial, e eu comecei a ver umas coisas que não me agradavam, eu me afastei de tudo. Assim, concedi entrevistas, fiz um

⁷⁰

Entrevista concedida à autora em julho de 2018 que está publicada na íntegra como Anexo 3.

monte de coisas, mas eu tentava não ver. Fiquei muito afastada das redes sociais naquela época. Eu não assistia TV, nada que pudesse chegar ao assunto. Não lia as reportagens. Então eu me afastei. Eu não me escondi, mas eu preferi ficar afastada. Eu já estava numa situação muito vulnerável.

Figura 14 – Reprodução de comentário no vídeo de Rebeca. Os comentários mais desrespeitosos são feitos por homens como o Bruno



Fonte: Facebook (2017)

Para esta análise sobre como se manifestam os seguidores da fanpage da Anis sobre o caso de Rebeca Mendes, é importante resgatar o que Martino (2009, p. 180) acrescenta sobre o conceito de mediações:

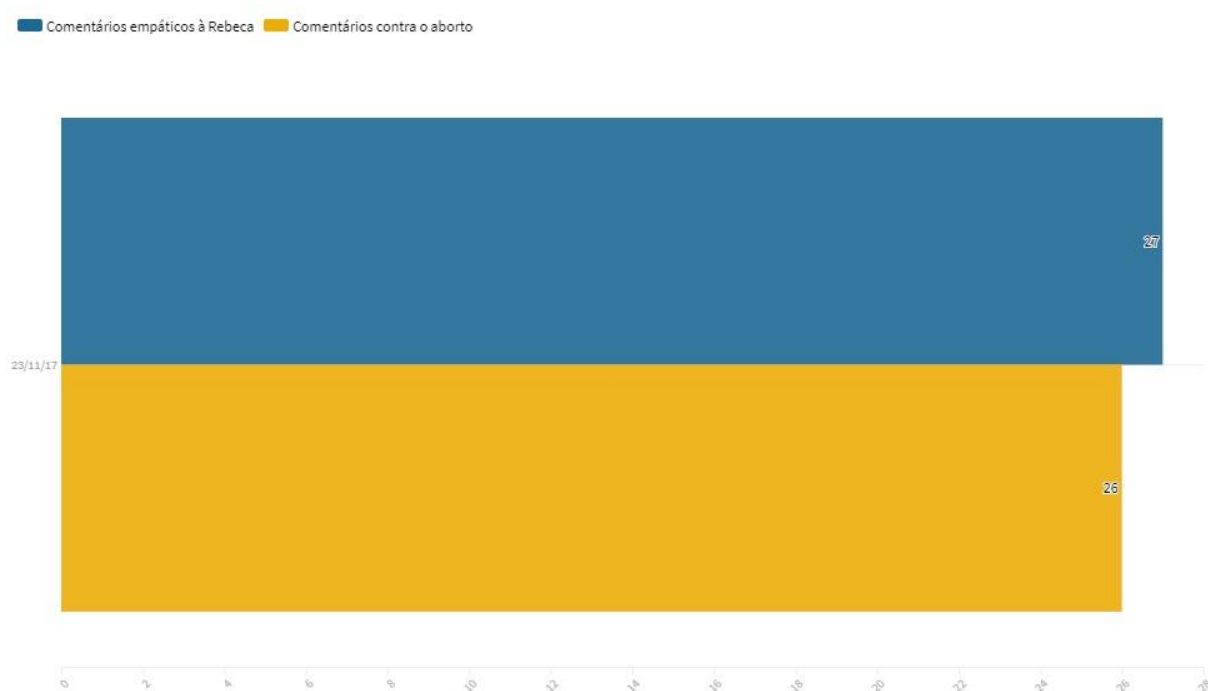
Diante da tela, a pessoa está carregada de seus valores, ideias e gostos. Tem expectativas a respeito do que vai ver, já viu outros programas. Está feliz, triste, com sono, preocupada, sozinha ou em família, no campo ou na cidade. Essas diferenças são *mediações*, estão no *meio* do espaço entre o indivíduo e a tela. As *mediações* atuam decisivamente na recepção da mensagem. Não se trata apenas de “receber” uma mensagem, mas reconstruí-la a partir das mediações (MARTINO, 2009, p. 180).

Isso remete ainda ao que Martín-Barbero (1997, p. 229) diz sobre introduzir a análise do espaço cultural no estudo dos meios de comunicação, “focalizar onde se articula o sentido que os processos econômicos e políticos têm para uma sociedade”. Ele ressalta a relevância de serem avaliados os fatos e a cultura política das classes populares. A abordagem foi atualizada pelo autor para dar conta de mudanças relacionadas à tecnologia e aos novos processos de construção de sentidos:

O que a trama comunicativa da revolução tecnológica introduz em nossas sociedades é um novo modo de relação entre os processos simbólicos – que constituem o cultural – e as formas de produção e distribuição dos bens e serviços. O novo modo de produzir, inextricavelmente associado a um novo modo de comunicar, converte o conhecimento numa força produtiva direta” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p 36).

Do ponto de vista metodológico, a campanha da Anis pode ser considerada como uma sistematização de relatos de cada abortante que aceitou compartilhar sua vivência. Esta pesquisa analisa de forma qualitativa parte dos posts veiculados pela ONG no Facebook. Para a utilização dos relatos, a Anis não realizou checagem de dados com as mulheres que foram ouvidas e trabalhou com a subjetividade a que estão sujeitos os relatos e a memória dessas participantes.

Gráfico 1- Comentários no post de Rebeca.⁷¹



Fonte: Facebook (2017)

Rebeca Mendes⁷² contou como foi a decisão de participar da campanha promovida pela Anis na internet. A estudante de Direito disse ter sido avisada da repercussão que a decisão teria e que ponderou os impactos da exposição pessoal:

Na verdade, a carta veio como um... É (alguns segundos de silêncio) como um instrumento para entrar com o pedido (de aborto) no STF. Então assim a ideia foi da Débora um dia antes de a gente se conhecer, dois dias antes de a gente entrar com

⁷¹ De 53 comentários, 27 demonstravam alguma empatia com Rebeca e 26 eram contrários ao aborto.

⁷² Entrevista concedida à autora em julho de 2018.

pedido no STF. “Meu, seria uma ideia muito bacana se você pudesse escrever com suas palavras uma carta e a gente colocaria no meio do seu pedido para a ministra”. E aí, no dia seguinte, quando nós nos conhecemos ela leu a carta e disse que estava muito boa não sei que. “Seria legal se a gente pudesse contar, gravar”. E aí a gente foi para casa e gravou o vídeo. Não foi nada assim muito premeditado. A carta veio um dia antes, ela leu a carta e achou muito legal e resolveu gravar. Então assim não foi nada muito premeditado. Sobre a repercussão, quando a Anis apareceu com essa proposta disseram: “Olha, pode ser que tenha alguma repercussão. Vai expor sua vida. Tem alguns grupos que são pró-vida que acompanham o processo da ADPF e, como a gente vai anexar o pedido, provavelmente eles vão ter acesso e a gente não sabe qual é a exposição que isso vai dar”. Então, assim, eu tava ciente, mas eu não esperava o barulho que teve. Pensei: Ah, beleza. Vai ser uma coisa mais assim in loco. Quando teve o boom, eu fui meio que acostumando com o boom, mas não foi nada de mais. Mas não esperávamos ter a repercussão que teve no início”.

Após ter realizado documentários sobre temas como aborto e zika vírus, Débora Diniz⁷³ que essa vivência “mostra a importância de agregar biografias às teses de violações de direitos humanos, para de fato conseguir mover debates sensíveis falando de seus efeitos reais na vida das pessoas”.

Figura 15 - Imagem Somos Todas Rebeca divulgada no Facebook da Anis em 5 de dezembro de 2017



Fonte: Facebook (2017)

Em março de 2018, cerca de 100 dias depois do vídeo da campanha, mês no qual é comemorado o Dia Internacional da Mulher (8 de março), Rebeca foi uma das cinco mulheres ouvidas em reportagem de capa da revista *Marie Claire* sobre o direito ao aborto. A estudante também tem sido convidada para dar palestras em eventos sobre gênero.

Também houve matérias com Rebeca em revistas como a *Piauí*, jornais e sites de

⁷³

Entrevista concedida à autora em janeiro de 2018.

notícias no Brasil, como *O Globo*, e no exterior (*Los Angeles Times*), além de reportagens na TV (programa veiculado na TV Brasil).⁷⁴ No *Los Angeles Times*, o caso foi comparado ao *Roe vs. Wade*, julgamento realizado em 1973, a partir do qual foi dado direito legal às mulheres de abortarem nos Estados Unidos.⁷⁵

Figura 16 - Reprodução do site do Los Angeles Times, comparando caso de Rebeca ao *Roe versus Wade*, que foi determinante para a liberação do aborto nos Estados Unidos



Fonte: Los Angeles Times (2017)

O requerimento feito pela então gestante em novembro de 2017 ao STF foi negado. A relatora Rosa Weber explicou que o pedido, por ter natureza subjetiva individual, não encontra amparo em ADPF, instrumento da jurisdição constitucional abstrata e objetiva, em que se discute a constitucionalidade de lei ou de ato normativo em tese, sem análise de casos concretos.

⁷⁴ Alguns veículos jornalísticos nos quais o caso de Rebeca Mendes teve repercussão entre novembro de 2017 e junho de 2018. Los Angeles Times <<http://www.latimes.com/world/la-fg-brazil-illegal-abortion-2017-story.html>> O Globo <https://oglobo.globo.com/sociedade/mulheres-apoiam-gravida-que-pediu-aborto-ao-stf-pela-vidade-rebeca-22108651?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo> Marie Claire <<https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/03/abortosemcrime-rebeca-mendes-fiz-um-aborto-na-colombia-por-nao-conseguir-realiza-lo-no-meu-pais.html>> Revisa Piauí <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-procedimento/>> Tv Brasil <<http://tvbrasil.etc.com.br/caminhos-da-reportagem/2018/04/aborto-uma-conversa-necessaria>> Acessos em 02 de julho de 2018.

⁷⁵ Link para mais informações sobre o processo *Roe vs. Wade*, em 1973 <<https://www.loc.gov/item/usrep410113/>> Acesso em 5 de julho de 2018

4.2 Os leitores da Anis no Facebook

A observação sistemática das postagens da Anis sobre a campanha pela descriminalização do aborto possibilitou a avaliação de que a maioria das pessoas que comentavam a respeito do tema nas postagens da Anis no Facebook já tinham posições consolidadas contra ou a favor do aborto. Os comentários, que funcionam como demarcadores dessas convicções políticas, revelaram também que havia pouca disponibilidade para o debate entre quem tem pontos de vista diferentes sobre o assunto, de acordo com o acompanhamento das postagens na fanpage da Anis.

Por outro lado, a realização da campanha deu vazão à voz de muitas mulheres que se sentiram estimuladas a falar de um tema que é tabu. A avaliação remete à reflexão trazida por Martín-Barbero de que

“o lugar da cultura na sociedade muda quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser meramente instrumental para se converter em estrutural: a tecnologia remete hoje não à novidade de alguns aparelhos mas a novos modos de percepção e de linguagem, a novas sensibilidades e escritas à mutação cultural que implica a associação do novo modo de produzir com um novo modo de comunicar que converte o conhecimento em sua força produtiva direta” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p.228)

O autor considera, desta forma, que o lugar da cultura na sociedade muda, quando os processos de globalização econômica e informacional reavivam a questão das identidades culturais – como étnicas, raciais, locais e regionais – que junto com as identidades de gênero e de idade “estão reconfigurando a fundo a força e o sentido dos laços sociais e das possibilidades de convivência no nacional” (2002, p. 229).

No Brasil, têm havido organizações e manifestações recentes nas quais são feitas reivindicações nas redes e nas ruas de demandas específicas das mulheres, tais como as manifestações #elenão, contra a PEC 181 e contra a reforma trabalhista. Para Martín-Barbero há transformações que atravessam os mediadores socioculturais tanto nas figuras institucionais e tradicionais (escola, família, igreja, bairro) quanto nos novos atores e movimentos sociais, dentre os quais ele cita as organizações de direitos humanos e os movimentos de gênero, “que introduzem novos sentidos do social e novos usos sociais das mídias (2002, p. 230).

A ONG Anis tinha, em 28 de janeiro de 2019, 33.036 seguidores e 32.736 curtidas na rede social Facebook. Havia, portanto, uma diferença de 303 perfis entre os que apenas acompanham o conteúdo que é divulgado na fanpage e os que a curtem. No espaço

para a avaliação da página no Facebook, a nota é 4,3 de uma escala que vai até cinco baseada na opinião de 364 pessoas.

Das 70 opiniões mais recentes de perfis sobre a página, 24 são de apenas uma estrela (o pior desempenho que pode ser dado na rede social). Dentre estas opiniões negativas, 23 (95,83%) foram feitas após setembro de 2017, período em que a campanha #euvoucontar começou. Em um dos comentários com cinco estrelas (avaliação máxima), dado em 11 de dezembro de 2017, feito por um perfil feminino, a Anis responde:

Amana, obrigada. Sua opinião é muito importante. Uma estratégia de pessoas contrárias ao que fazemos é vir aqui e nos dar uma estrela. Isso faz cair nossa avaliação. Somos uma página pública, tentamos conversar com todas as pessoas e é triste esse esforço de nos intimidar. Se achar que vale a pena, seria possível indicar cinco pessoas para nos avaliarem

A escolha de estudar a repercussão da campanha na rede social Facebook se deu por não haver limitação de caracteres nos textos dessa rede social e pela possibilidade de analisar mais profundamente a interação que haveria nos posts da campanha entre o perfil da Anis e de seguidores e dos seguidores entre si, particularmente em um momento político importante para a tomada de decisões legais sobre o tema no Brasil.

Thompson (2018, p.33) avalia que, no ambiente on-line, os receptores da informação são também, muitas vezes, produtores, uma vez que interagem com outras pessoas em sites de mídia social, postam comentários e respondem aos comentários de outras pessoas.

Dessa forma, o fluxo de informações no ambiente on-line é realmente bidirecional entre sites e plataformas on-line e indivíduos em rede e, de fato, em muitos casos, as plataformas são o principal meio em que ocorre grande parte da interação on-line mediada entre indivíduos em rede; desse modo, a interação não é tanto entre indivíduos e plataformas em rede, mas entre indivíduos em rede via plataformas (THOMPSON, 2018, p.33)

É nesse contexto que as contribuições de Ferrara também são relevantes para essa pesquisa ao proporem a dissociação de informação e comunicação, já que a autora analisa que “as mediações confluem e se transformam em interações, gerando uma comunicação menos controlada e mais complexa”. (FERRARA, 2015, p. 81). A avaliação sobre o uso dos meios digitais para fins políticos é alvo da avaliação de Ferrara:

A emergência de meios técnicos digitais não só permitiu que se evidenciasse a eficiência da comunicação como instrumento de divulgação de interesses políticos e produtivos, mas, sobretudo, permitiu perceber a diferença que se pode estabelecer entre a comunicação direta ou face a face em contextos de copresença, e aquela outra, impropriamente considerada de massa, mas mais corretamente entendida como mediatizada através de meios técnicos que superam a citada copresença, substituindo-a pela sempre crescente reorganização da relação espaço-tempo

(FERRARA, 2015, p. 64).

No caso da campanha da Anis, a polêmica envolvendo o tema aborto já gera uma tendência a que haja divergências que são reveladas nos comentários. Na postagem do vídeo de Rebeca essa divisão com as defesas de um ou outro posicionamento, a favor da autonomia de cada mulher de decidir ou contra a prática do aborto, ficaram muito mais marcantes do que nos demais vídeos que eram apresentados por Débora Diniz e que não revelavam a identidade da mulher que abortou.

Entre os comentários do post, há apenas um em que a autora dá a entender que repensou o posicionamento a respeito do aborto graças ao acompanhamento da campanha #euvoucontar. Um perfil cujo primeiro nome é Raquel diz o seguinte: “Eu sempre fui contra o aborto, mas hoje vejo que o buraco é mais em baixo...(sic) Apontar é fácil afinal ninguém está no lugar dela vivendo os dramas que ela passa. Fazer sexo sem camisinha muitos fazem isso o risco de uma gravidez indesejada existe pra todos afinal nenhum método é 100% seguro. Que ela possa decidir o melhor pra ela”.

Figura 17 - Reprodução do Facebook da Anis com comentário da Raquel



Fonte: Facebook (2017)

Para tentar mensurar como havia sido o impacto da campanha e a geração de eventuais mudanças de posicionamento sobre aborto por parte dos usuários do Facebook que acompanharam a campanha da Anis foi aplicado um questionário com dez perguntas enviado por meio de uma plataforma de pesquisa de opinião (SurveyMonkey) que ficou aberto às participações ao longo de dez dias.

Em um primeiro momento, o link com o questionário e uma breve explicação sobre a pesquisa foram enviados por mensagem privada via Facebook para vários leitores que comentaram na fanpage da ONG, nessa rede social, positiva ou negativamente, sobre a campanha pela descriminalização do aborto.

Apesar de não permitir a identificação do respondente, essa tentativa de contato

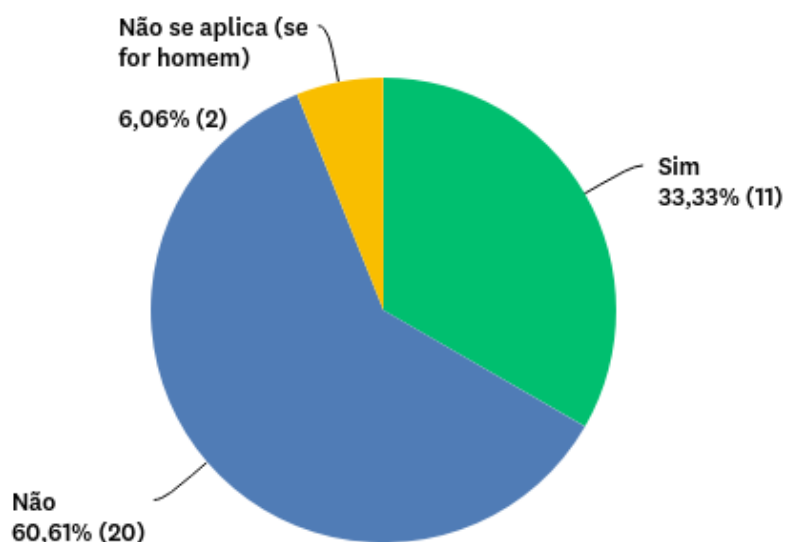
entre pesquisadora e perfis do Facebook que comentaram sobre a #euvoucontar revelou-se pouco eficaz, pois só uma pessoa completou o questionário, quando ele foi enviado desta forma. Só houve um retorno maior de respostas, quando a própria Anis fez uma postagem na fanpage, falando sobre o objetivo do questionário e solicitando a colaboração dos seguidores para esta pesquisa.

O questionário também foi enviado por meio de mensagem direta no Facebook para várias pessoas que fizeram comentários contrários à campanha na fanpage da Anis, mas todos os 33 respondentes se posicionaram a favor da descriminalização do aborto. Ou seja, nenhum dos que criticaram a campanha #euvoucontar ou que fizeram comentários julgando negativamente a decisão de Rebeca se dispuseram a detalhar seu posicionamento.

Nem mesmo o fato de as perguntas terem sido encaminhadas por meio de um link de uma plataforma de pesquisa on-line, o que não permitia qualquer tipo de identificação direta da resposta à pessoa que a deu, encorajou críticos da campanha a colaborarem com esta pesquisa.

As 33 pessoas que deram retorno eram todas favoráveis à descriminalização do aborto (pergunta 1) e responderam a dez questões abertas ou fechadas sobre #euvoucontar⁷⁶. Desse total, havia apenas dois homens. Em relação à pergunta dois, se conheciam alguém que já havia praticado aborto, 30 (90,91% do total) dos 33 responderam que sim. À questão três, que perguntava se a pessoa já havia praticado aborto, 11 (33,33% do total) disseram que sim.

Gráfico 2: Respostas da questão 3 “Você já praticou aborto?”



⁷⁶

Vide Anexo 4.

Na questão quatro, a pergunta era aberta: se era a favor da descriminalização do aborto no Brasil e por quê? Ao que todos os respondentes demonstraram apoio à descriminalização e justificaram com motivos como os seguintes:

Porque aborto clandestino mata (respondente número 7)

Sim. A criminalização só serve como forma de penalizar a mulher negra, periférica, sem acesso a meios seguros, já que mulheres com melhores condições financeiras conseguem arcar com os custos de um abortamento seguro. Sem contar que não existem evidências baseadas em fatos para a criminalização, a não ser a crença pessoal de homens brancos cristãos (respondente número 9)

Sou a favor. Além do momento do aborto em si ser um momento marcante para a mulher, o fato de ser criminalizado torna tudo mais difícil. O medo de falar com outras pessoas sobre o assunto, a dificuldade para conseguir um método seguro se aborto, o medo de ir ao hospital após o procedimento e ser descoberta e as condições a que as mulheres são expostas para diversos procedimentos inseguros tornam a descriminalização do aborto uma necessidade. (respondente, número 26, que já realizou um aborto)

Sim. Precisamos debater o assunto com a população, desmistificar e romper o tabu. Discriminação do aborto faz parte da liberdade e da saúde sexual e reprodutiva da mulher. Um direito nosso – aborto legal seguro e gratuito. (respondente número 29)

Do total de respondentes, 28 (84,85%) acompanharam o caso de Rebeca e 32 (96,97%) consideram o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar legítimo, segundo as respostas para as perguntas de número oito e nove. A última pergunta do questionário, a 10, era aberta e dizia “Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?” à qual 31 (93,93%) das 33 pessoas responderam.

O estado falhou com você e você merece reparação! (respondente número 9)

Agradeço sua coragem de se expor para lutar por um direito que deveria ser seu e de qualquer mulher. Vc foi rechaçada e ofendida por muitos, mas também admiradas e apoiada por aqueles que compartilham sua luta. (respondente número 11)

Mulher, você é incrível, não é obrigada a nada, o corpo é seu e fico muito feliz que tenha conseguido fazer o procedimento com segurança, gostaria que mais mulheres tivessem essa mesma oportunidade, que tivessem apoio e que fosse descriminalizado no Brasil evitando milhares de mortes todos os anos, tamo junta na luta (respondente número 13)

Figura 18 - Imagem divulgada pelo Facebook da Anis em 23 de novembro de 2017 em que se pode ver um desenho da identidade de Rebeca à frente de um útero.



Fonte: Facebook (2017)

Já a pergunta seis trazia a seguinte questão: “A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?”. Para a maioria dos respondentes, 21 (63,63%) a campanha não causou mudança de posicionamento em relação ao tema. Entre os demais, que reconhecem alguma influência da iniciativa em relação à opinião sobre o tema aborto, as justificativas são de que a campanha serviu para reforçar uma posição já favorável ao tema aborto:

Eu já era a favor do aborto, conhecendo outras histórias acho que a mulher e somente ela, deve escolher o melhor para si. (respondente 24)

Sim! Pude entender os medos, motivos e a diversidade de contextos de vida que levam uma mulher a buscar o aborto. Foi importante escutar como se sentem e que os sentimentos compartilhados por muitas são bastante parecidos. Agora me sinto muito mais empática com a história de cada mulher, que não podemos julgar sem entender o percurso que levou a um aborto e que todos esses percursos são válidos. (respondente 22)

Vi que a minha história não é a pior, que sempre tem uma mulher que sofreu mais do que eu sofri. (respondente 8)

Sim. Fiquei sabendo como é difícil ter acesso a serviço de saúde seguro. (respondente 1)

Sobre a pergunta 7, se avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva e por quê, para 24 (72,72% do total) dos pesquisados a resposta foi sim. Para a maioria dos respondentes, a campanha apenas reforçou a convicção que já havia, outros três disseram não ter elementos para mensurar o impacto da iniciativa e somente um disse não conhecer a campanha.

A realização do questionário tem mais relevância qualitativa do que quantitativa, uma vez que 33 pessoas de um universo de 33.036 seguidores responderam. Mas as respostas da amostra dão algumas informações relevantes para esta pesquisa. O fato de as mulheres serem maioria entre as respondentes pode indicar que o tema sensibiliza e mobiliza mais as mulheres, que são as que engravidam e, conseqüentemente, as que abortam. Além disso, a fanpage da Anis no Facebook e a campanha #euvoucontar podem ser vistas como agregadoras ou mobilizadoras de pessoas de diversos locais que defendem uma causa semelhante: a descriminalização do aborto no Brasil.

Os comentários agressivos feitos na postagem sobre Rebeca, de homens ou de mulheres, não se repetiram entre os respondentes do questionário. Todas as 31 mensagens que foram encaminhadas por meio da última resposta do questionário foram de solidariedade ou de empatia em relação à decisão dela.

5 CONCLUSÃO

Ao longo de pelo menos um ano e quatro meses o tema aborto tem sido acompanhado por meio da avaliação da campanha #euvoucontar com vídeos de relatos de mulheres que abortaram. A observação dessas postagens e o desenvolvimento desta pesquisa foram feitas cotidianamente ao mesmo tempo em que exercia o papel de mãe e jornalista.

O tema aborto envolve muitas questões delicadas e suscita defesas apaixonadas contra e a favor de convicções sobre o assunto. A campanha da Anis aproxima a pauta do cotidiano das pessoas e tenta sensibilizá-las ao contar histórias reais de mulheres que escolheram interromper a gravidez, relatando alguns dos seus dilemas, dores e angústias.

A observação sistemática dos vídeos leva a inferir que a atuação da ONG que promoveu e divulgou a campanha #euvoucontar tem impacto também fora da internet, assim como ações políticas presenciais das quais participou a representante da ONG também são reverberadas por meio das redes sociais como Facebook. Há, dessa maneira, um duplo fluxo de atuação. A atuação da Anis nas redes pela descriminalização do aborto gera impacto institucional e as ações nos âmbitos político, científico e midiático repercutem nas redes.

A partir das memórias de mulheres que viveram suas experiências de aborto isoladamente, a campanha #euvoucontar conectou histórias de gerações de mulheres que vivem sob esse estigma. As histórias que se repetem, silenciosas e secretamente, quando são trazidas à tona, podem contribuir para uma reflexão sobre a memória coletiva das mulheres que abortam, cidadãs que geralmente são estigmatizadas pelo Estado e pela sociedade. Motta (2008) destacou a impossibilidade de tratar o aborto como um tema de individual no Brasil:

“A discussão atualiza o tema de criminalização de práticas históricas no Brasil, que são ao mesmo tempo produto da nossa diversidade cultural, religiosa e ética, e produto do nosso processo arraigado de produção de desigualdades e exclusões. Assim são culpabilizadas mulheres e indivíduos por uma prática que é social e coletiva. Não são mulheres que fazem abortos, é a sociedade brasileira que produz abortos. Somos uma sociedade abortiva, e, por conta do cinismo e da desigualdade social, quem paga o pato é a mulher pobre e quem paga a conta são os cofres públicos; tudo em nome da inviolabilidade da vida” (MOTTA, 2008, p. 682).

O vídeo de Rebeca foi o que mais gerou engajamento na rede social Facebook ao longo de todo o período em que a Anis começou a divulgar os vídeos da #euvoucontar. Até a finalização desse trabalho, em janeiro de 2019, 31 vídeos da campanha haviam sido publicizados por meio dos canais da ONG (Instagram, Tumblr, Youtube, Facebook). Uma outra hashtag foi criada por causa da história dela: #pelavidaderebeca.

A observação dos comentários em posts da campanha #euvoucontar na fanpage da

Anis, realizada constantemente desde 28 de setembro de 2017 até janeiro de 2019, leva a inferir que parte dos usuários da rede social Facebook que seguem a Anis acaba não mudando de posicionamento por causa da campanha que foi encabeçada pela ONG na internet, mas os relatos de mulheres trazidos a público, em vídeos, podem fazer com que alguns desses seguidores da rede social da ONG reafirmem suas próprias convicções em relação à descriminalização do aborto, podendo assim contribuir para compartilhá-las e defendê-las publicamente.

Na amostra de 33 respondentes do questionário aplicado sobre o tema para esta pesquisa, somente pessoas favoráveis à descriminalização do aborto se dispuseram a dar suas opiniões a respeito da iniciativa que buscava sensibilizar pessoas a respeito do tema que está em julgamento por meio da ADPF 442 no Supremo Tribunal Federal (STF) desde 8 de março de 2017. A maioria dessas pessoas que responderam ao questionário (84,85%) acompanhou o caso de Rebeca divulgado em vídeo pela ONG Anis, em 23 de novembro de 2017, no qual a estudante paulistana, então com 30 anos e mãe de dois filhos, solicitou ao STF o direito de realizar aborto.

No Tumblr da Anis, todos os vídeos estão publicados e transcritos em português e em inglês, o que também amplia o alcance e a visibilidade da campanha fora do Brasil. As ilustrações com destaque para as frases ditas pelas mulheres que fizeram seus relatos também estão registradas no site. No Facebook, é onde há a maior interação da campanha com o público e maior quantidade de comentários dos espectadores.

Após a ADPF no STF e o caso de Rebeca, o tema foi pautado várias vezes na imprensa e suscitou manifestação de solidariedade de outras mulheres em defesa de Rebeca, inclusive com a criação de uma hashtag #pelavidaderebeca. Em dezembro de 2017, por exemplo, foi divulgado um documento assinado por 172 mulheres que assumiram terem feito aborto e que manifestavam apoio a Rebeca Mendes⁷⁷. No manifesto estavam representadas atrizes, advogadas, jornalistas, professoras, sociólogas, que também se posicionaram dizendo que o aborto “é uma prática corriqueira e que coloca em xeque a vida das mulheres brasileiras de todas as classes, regiões e credos. E ainda as humilha, por ser realizada na clandestinidade”.

Ao longo da realização da campanha, o clima de acirramento político no Brasil se intensificou, o que pôde ser observado também nas redes sociais. Os comentários agressivos

⁷⁷ A iniciativa ocorreu cerca de 15 dias depois da divulgação do vídeo de Rebeca Mendes pela Anis. <<https://oglobo.globo.com/sociedade/declaro-ter-feito-um-aborto-dizem-172-mulheres-em-manifesto-publico-22171500>> Acesso em 15 de dezembro de 2018

contra Rebeca, a única mulher da campanha que mostrou sua identidade, e contra a pesquisadora que está à frente da Anis e uma das idealizadoras da #euvoucontar, Débora Diniz, foram frequentes. No caso de Débora, a situação foi mais grave e levou-a a deixar o país após receber ameaças de morte por meio de mensagens na internet.

Apesar da relevância das redes sociais e de um acesso mais amplo à emissão de conteúdos por parte da população, a situação de acirramento e de desumanização do debate indica uma necessidade de reflexão sobre os usos das redes sociais na perpetuação de violências. Para o autor francês Dominique Wolton (2012), as competências humanas precisam ser valorizadas:

“Não apenas a multiconexão não garante uma melhor comunicação, como expõe ainda mais a questão da passagem da comunicação técnica à comunicação humana. Na realidade, sempre chega o momento em que é preciso desligar as máquinas e falar com alguém. Todas as competências que se tem diante da técnica não induzem em nada uma competência nas relações humanas” (WOLTON, 2012, p. 101).

A reflexão que se faz é onde está a capacidade de pensar na dor do outro, no sentimento do próximo, quando há uma facilidade de emitir opinião e de fazer julgamentos sobre os mais variados assuntos através das redes sociais, mesmo sem conhecer a realidade daquela mulher que optou por interromper a gravidez, apesar de não saber quais condições materiais e emocionais ela tinha para levar adiante aquela gestação.

Daí Martín-Barbero ressalta a importância das mediações comunicativas da cultura, uma vez que as mídias passaram a constituir um espaço-chave de condensação e intersecção da produção e do consumo cultural, e destaca que:

Daí provém a necessidade de enfrentar o pensamento único que legitima a ideia de que a tecnologia é hoje o ‘grande mediador’ entre os povos e o mundo, quando o que a tecnologia medeia hoje mais intensa e aceleradamente é a transformação da sociedade em mercado, e deste em principal agenciador da mundialização (em seus múltiplos sentidos contrapostos) (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 229)

Para não depender exclusivamente de plataformas que têm interesses atrelados a questões comerciais, como o Facebook, a ONG Anis também lançou, em agosto de 2018, documentários sobre o tema, em que mulheres de idades, classes sociais e regiões diferentes do Brasil contam suas histórias relacionadas ao aborto para serem exibidos na plataforma Cine TV Brasil⁷⁸.

A pesquisadora Débora Diniz, após o posicionamento de destaque em defesa da descriminalização do aborto no Brasil, passou a sofrer ameaças de morte e acabou tendo de

⁷⁸ O acesso aos documentários <https://www.facebook.com/AnisBioetica/videos/eu-vou-contar/2145218172217770/>

deixar o país em julho de 2018⁷⁹. Mesmo depois desse episódio, a campanha continuou com a divulgação de novos vídeos e Débora Diniz manteve textos com periodicidade semanal para veículos de mídia, como a revista Marie Claire⁸⁰, que são também disponibilizados na internet.

O episódio recente é ilustrativo dos limites da internet no estímulo às práticas democráticas. Ela parou de dar aulas na UnB e está morando fora do Brasil desde meados de 2018 depois de atuação de destaque na defesa da descriminalização do aborto e de outras questões relacionadas aos direitos humanos. A pesquisadora Cristiane Costa pondera as limitações e progressos do feminismo nas redes sociais:

Já não estamos mais tão otimistas assim como na época em que Castells celebrou as manifestações. No momento, as mídias sociais estão sob observação. O sonho de uma web descentralizada e democratizante pode não ter se esgotado, porém exige atenção redobrada. Mas vale insistir: se algum movimento se beneficiou da lógica descentralizada das redes, sem dúvida esse movimento foi a insurreição feminista (Costa, 2018, p. 60)

De origem hebraica, o nome de Rebeca significa “aquela que une”. As iniciativas de ativismo digital feminista, no Brasil, ainda enfrentam resistência sistemática, mas se mostram um caminho viável para trabalhar a sensibilização e a difusão de informações contextualizadas sobre temas complexos como o aborto, alcançando pessoas que possam se tornar multiplicadoras desses conteúdos.

⁷⁹ As ameaças foram divulgadas em veículo como a versão brasileira do jornal espanhol El País < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/15/politica/1544829470_991854.html> Acesso em 20 de janeiro de 2019

⁸⁰ Coluna semanal publicada na revista voltada para o público feminino Marie Claire < <https://revistamarieclaire.globo.com/Blogs/Debora-Diniz/noticia/plantao.html>> Acesso em 18 de janeiro de 2019

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Aparecida Azevedo. Do dever ao poder de ser mãe: sobre direito ao aborto e maternidade *In*: Miguel, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Aborto e Democracia**. São Paulo: Alameda, 2016.

AMADO, Janaína. Nós e o espelho. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes. FERNANDES, Tania Maria. ALBERTI, Verena (org.) **História oral: desafios para o século XXI** [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, 2007, p. 95-111.

BABO, Isabel. Redes e ativismo. *In*: DI FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick. **Net-Ativismo: Redes digitais e novas práticas de participação**. Campinas: Papyrus, 2017, p. 77-88.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: a experiência vivida** (volume 2). 3ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2016.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. Não paginado.

_____. O debate sobre aborto. *In*: **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. P. 123-130.

_____. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, volume 7, número 15, p. 557-589.

_____; MIGUEL, Luís Felipe. **Aborto e democracia**. São Paulo. Alameda, 2016.

BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. *In*: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia. **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos**. 1ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2017, p. 65-97.

CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla. **Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos**. 1ª edição. Rio de Janeiro: E-papers, 2016, p. 5-9.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- CONNEL, Raewin. PEARSE, Rebeca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.
- COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. Não paginado.
- DE MATTOS MOTTA, Flávia. Sonoro silêncio: por uma história etnográfica do aborto. **Estudos Feministas**, p. 681-689, 2008.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Não paginado.
- DINIZ, Debora; MADEIRO, Alberto. Cytotec e aborto: a polícia, os vendedores e as mulheres. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 1795-1804, jul. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000700018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 de julho de 2018.
- FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Comunicação mediações interações**. São Paulo: Paulus, 2015.
- FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo A. **Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação**. São Paulo: Paulus, 2007.
- FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, v. 1, 2011.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2006.
- GOMES, Laura Graziela. Novas tendências e desafios metodológicos nos estudos de consumo midiático. In: CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla. **Etnografia e consumo midiático**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2016.
- HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- HINE, Christine. *Virtual Ethnography*. London: SAGE Publications, 2000.
- _____. “Estratégias para etnografia da internet em estudos de mídia”. In: CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla. **Etnografia e consumo midiático**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2016.
- HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio MARTINO Luiz C.; VEIGA Vera (Orgs.). **Teorias da comunicação:**

conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 187-240.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. 1ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Não paginado.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Cultura da conexão.** São Paulo: Aleph, 2014.

LEMONS, André. Ciberativismo. **Correio Braziliense.** Brasília, 15 de novembro de 2003, Caderno Pensar, 2003. Não paginado.

LÉVY, Pierre. **O futuro da Internet:** em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 2010.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. *In:* AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15-25.

MAIA, Rousiley Cely Moreira. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. *In:* GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M.; MARQUES, Francisco P. J. A. **Internet e participação política no Brasil,** Porto Alegre: Sulina 2011.

MALCHER, Beatriz Moreira da Gama. **Crítica, moral e espetáculo:** o caso do feminismo digital. Dissertação (mestrado) – UFRJ/ ECO/ Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2016.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua:** ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. **Ofício de cartógrafo:** travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. Tecnicidades, identidades, alteridade: mudanças e opacidades da comunicação do novo século. *In:* MORAES, Denis de. (Org.). **Sociedade midiaticizada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 51-79.

MARTINO, Luís Mauro. **Teoria da Comunicação:** ideias, conceitos e métodos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

NATANSOHN, Graciela. **Internet em código feminino:** teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujía, 2013

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993

PEGORER, Mayara Alice. **Os direitos sexuais e reprodutivos da mulher**: Das políticas públicas de gênero à diferença múltipla. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Lumina**. n. 1, v. 1, n. 1, Junho 2007 Disponível em: <<https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/201>>. Acesso em 10 de abril de 2018.

POLIVANOV, B. Etnografia Virtual, Netnografia ou apenas Etnografia? Implicações dos Termos em pesquisas qualitativas na Internet. *In*: **Intercom. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2013. p. 1-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989

PRADO, Magaly. **Webjornalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. *In*: ANTOUN, H. (Ed.). **Web 2.0**: participação e vigilância na era da comunicação distribuída. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PRUDÊNCIO, Kelly. Micromobilizações, alinhamento de quadro e comunicação política. **Revista ComPolítica**, n. 4, v. 2, p. 88-110, edição agosto-dezembro de 2014

RECUERO, Raquel. **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: Mito e Realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013

SANTAELLA, Lucia. Política nas redes e nas ruas. *In*: DI FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick. **Net-Ativismo**: Redes digitais e novas práticas de participação. Campinas: Papyrus, 2017, p. 89-102.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2018.

SILVEIRINHA, Maria João. O discurso feminista e os estudos dos media: em busca da ligação necessária. *In*: **Faces de Eva**, n. 6, Universidade Nova de Lisboa/ Edições Colibri, 2001, p. 65-84.

TAVARES, Manuela. **Feminismos**: percursos e desafios. Alfragide - Portugal: Texto Editores.

2010. Não paginado.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017. Não paginado.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1998.

_____. A interação mediada na era digital. *In*: **Matrizes**, volume 12, nº 3, Universidade de São Paulo, set/dezembro de 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, volume 1**: porque as notícias são como são. Florianópolis, Insular, 3ª edição revisada, 2012.

VARIKAS, Eleni. **Pensar o sexo e o gênero**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

WOITOWICZ, Karina Janz. A mídia alternativa na defesa dos direitos reprodutivos: discursos sobre o aborto na agenda política feminista. *In*: BARBALHO, Alexandre. FUSER, Bruno. COGO, Denise. **Comunicação para a Cidadania**. São Paulo: Intercom, 2010, p. 149-170.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Milão, Editorial Presença, 4ª edição, 1985.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

_____. **Internet, e depois?** Porto Alegre: Sulina, 2012

APÊNDICE**Modelo de questionário enviado pela plataforma Survey Monkey sobre Descriminalização do Aborto no Brasil****1. Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil?**

- Sim
- Não
- Não tenho opinião formada

2. Conhece alguém que já praticou aborto?

- Sim
- Não

3. Você já praticou aborto?

- Sim
- Não
- Prefiro não responder
- Não se aplica (se for homem)

4. É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?**5. É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto?****Por quê?****6. A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?**

7. Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

8. Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis?

- Sim
 Não

9. Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo?

- Sim
 Não
 Não tenho posicionamento a respeito.

10. Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

ANEXO 1

Dados coletados sobre a campanha #EuVouContar no Facebook (em 15 de abril de 2018*)
Ficha sobre os cinco vídeos sobre os quais serão analisadas postagens na Fanpage da Anis no Facebook.

Vídeos da campanha #EuVouContar

Vídeo	Data	Tempo	Título (frase em destaque) e resumo	Comentários	Compartilhamentos	Reações	Visualizações
2	05/10/17	4'39"	Eles não me deram anestesia Uma mulher com 19 anos à época do aborto relata que o namorado a abandonou. Abortou clandestinamente e teve de ser levada depois para fazer uma curetagem em um hospital, sem anestesia.	153	266	1.800	76.000
5	26/10/17	3'48"	De nada adiantou ir à polícia Mulher negra e prostituída que engravidou após estupro e foi humilhada ao tentar denunciar agressão.	163	186	1.600	70.000
6	02/11/17	5'	Eu só queria sair dali Mulher de classe média que fez aborto num lugar clandestino, mas com estrutura adequada.	64	53	786	67.000
8	16/11/17	6'54"	Deus voltou a cuidar Mulher que estava grávida de feto anencéfalo, cujo aborto é legalmente permitido desde 2012. "Todos julgamos e falamos do aborto como se fosse uma coisa que não existisse". "Me sentia uma criminosa, e parecia que ninguém queria ouvir minha história. O bebê não ia sobreviver, e eu sendo acusada de querer	23	36	249	3.180

			matar alguém. A sociedade julga sem mesmo saber nossos motivos”.				
*Rebeca	23/11/ 17		Leitura da carta Rebeca, universitária, mãe de dois filhos, contrato precário de trabalho, conta sua história. Ela lê carta sobre pedido de liminar feito ao STF para autorizar aborto legal. A petição entregue em 22 de novembro ao Supremo Tribunal Federal reforçava o pedido de urgência de decisão na ADPF 442. Protocolada em março, a ADPF pede a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação.	51	74	166	8.500

ANEXO 2

Entrevista com a antropóloga, pesquisadora da Anis Instituto de Bioética e professora da Universidade de Brasília (UNB), Débora Diniz, feita por e-mail para esta pesquisa. Ela é a mulher que aparece nos vídeos da campanha #euvoucontar. As respostas foram enviadas em janeiro de 2018.

1 - Li neste link <http://azmina.com.br/2017/06/precisamos-ouvir-historias-de-aborto/> um pouco sobre como surgiu a campanha. Mas gostaria de saber mais detalhes sobre como foram colhidos os depoimentos. Houve alguma experiência presencial ou todos chegaram através de aplicativos como WhatsApp e de e-mail?

Todos os relatos foram colhidos pelo contato divulgado de WhatsApp, muitos por áudio, alguns por texto. O primeiro contato com cada mulher era sempre feito por áudio também, para que todas tivessem certeza sobre com quem estava falando, fossem acolhidas e novamente informadas sobre as regras de segurança da campanha.

2 Se tiver havido experiência presencial, como foi essa ausculta (ambiente da conversa, tempo médio, foi gravado o áudio ou a imagem)? Quantos depoimentos já receberam?

Não houve coleta pessoal. Nos 19 dias em que a campanha esteve ativa pelo WhatsApp, foram 110 mulheres ouvidas.

3 O nome da campanha #Euvoucontar reforça a ideia de testemunho, de confidencialidade. O seu texto publicado no site da revista Azmina em junho de 2017 diz que “Eu vou contar é uma campanha iniciada pela Anis para ouvir histórias de aborto. Não é um confessionário, pois não há penitência. É só um encontro entre vozes e memórias. São histórias apertadas no peito, para umas; histórias já contadas para umas poucas”. Que critérios foram utilizados para a escolha das histórias que estão sendo veiculadas?

São os relatos que se encaixaram nas regras da campanha, ou seja, de histórias de aborto que ocorreram necessariamente há mais de 8 anos. A ordem de publicação das histórias tenta garantir diversidade de experiências e perfis de mulheres.

4 Procuraram ouvir perfis de mulheres de diferentes classes sociais, idades e regiões do Brasil ou as histórias vão sendo roteirizadas conforme vão sendo enviadas? Houve algum tipo de descarte de histórias? Por quê?

O único descarte foi de relatos que não se encaixaram no recorte temporal, e esse critério foi sempre lembrado e informado às mulheres, para que cuidassem de suas histórias e não se expusessem ao risco de serem denunciadas. Procuramos divulgar a existência da campanha por nossas redes e parceiras, que têm contato ou desenvolvem projetos com mulheres de diferentes perfis, para aumentar a diversidade das histórias coletadas.

5 Há alguma submissão do vídeo ou do roteiro às mulheres que deram os depoimentos antes de os vídeos serem veiculados? Há algum tipo de checagem posterior das informações?

A narrativa das histórias foi ouvida e acordada com as mulheres no momento em que foram contadas. Para aumentar a segurança a elas, os registros de seus contatos foram desvinculados das histórias e apagados. Por isso não há contato posterior.

6 A senhora tem experiências anteriores com documentário. De que forma isso contribuiu para a escolha desse formato de vídeos e de narrativas pessoais para a campanha?

A experiência anterior com documentários nos mostra a importância de agregar biografias às teses de violações de direitos humanos, para de fato conseguir mover debates sensíveis falando de seus efeitos reais na vida das pessoas.

7 As ilustrações, a música e o tom da sua narrativa apontam para um cuidado e uma sensibilidade com cada história de mulher que viveu o aborto. Poderia me contar mais detalhes sobre a escolha das ilustrações chaleira, da xícara e das nuvens no início do vídeo?

O aborto é um evento comum da vida das mulheres brasileiras. Basta lembrar que 1 em cada 5 mulheres aos 40 anos já fez um aborto no Brasil. A identidade estética da campanha tenta também traduzir essa realidade: as mulheres vivem a decisão pelo aborto em meio a outras decisões cruciais sobre a vida doméstica, o sustento de suas famílias, o futuro de seus projetos de vida e de seus filhos. Por isso os elementos são domésticos, da intimidade da vida privada, para aproximar o tema de onde de fato está, e distanciá-lo do pecado, do crime, da cadeia.

8 Como a #Euvoucontar está sendo financiada? Se não for indiscreto da minha parte e não houver objeções, é possível estimar quanto custará ao final das 52 semanas ou a cada vídeo?

Não há financiamento específico para a campanha. Minha atuação na Anis é integralmente voluntária, não recebo para este ou qualquer outro projeto. Os outros recursos utilizados, como trabalho da ilustradora, de editor de vídeo, de tradutoras para inglês e espanhol e divulgação nas redes sociais é feito também por outros membros da Anis de forma voluntária ou dentro da rotina regular de atividades de comunicação. Com frequência atuamos desta maneira em projetos urgentes, quando identificamos a necessidade de colocar em curso uma iniciativa para a qual não há financiamento ainda.

9 A campanha acontece enquanto a PEC 181, que pode passar a criminalizar mulheres que abortam mesmo em casos hoje permitidos por lei, está sendo votada no Congresso Nacional. Que nível de mobilização a iniciativa tem obtido?

Não houve resposta.

10 Como avalia a repercussão dessa estratégia de enfrentamento da Anis em relação à luta pela descriminalização do aborto? Que retornos têm recebido? Chegam muitas mensagens de apoio de outras mulheres?

Tem sido uma experiência extremamente rica. Relatos de mulheres seguem chegando a cada semana pelo formulário que mantivemos aberto no site da Anis para coletar histórias e contatos de mulheres que aceitassem ser pontos focais para imprensa, para aumentar a quantidade de relatos disponíveis para o tema. A interação de seguidoras nas postagens tem mostrado também a potência de trazer o debate a partir de histórias reais. A sensibilidade para o tema muda quando há a dor concreta de uma mulher real sendo contada.

11 O número de depoimentos de mulheres que se submeteram ao aborto aumentou nesses quase dois meses de campanha? E houve algum nível de repúdio? Chegou até a senhora algum tipo de ameaça ou mensagem de ódio por causa da campanha?

Não, nenhuma ameaça. As mensagens de ódio são menos frequentes do que se poderia imaginar, talvez por isso mesmo: a existência de uma mulher real do outro lado da história provoca a sensibilidade das pessoas de forma diferente. Empatia, respeito pela dor alheia, e um princípio de "não-julgamento" tem aparecido muito nos comentários de pessoas que se declaram contra o aborto, mas ao mesmo tempo reconhecem a possibilidade e necessidade de acolher as mulheres de outra maneira.

12 Em mensagem postada no Facebook em 19 de novembro o perfil da ThinkOlga (parceira da Anis na iniciativa) fez a seguinte postagem:

“Como criadoras das campanhas #PrimeiroAssedio e #ChegadeFiuFiu, sabemos da dimensão que as hashtags podem criar. Foi por meio dessas ferramentas que pautamos assuntos antes ignorados pela mídia. Mas reconhecemos que as campanhas acabam dizendo muito mais sobre a coragem da mulher do que sobre o interesse da sociedade em combater o problema.

(...)

Compartilhar histórias tão pessoais não é fácil, mas as mulheres têm se disposto para tal, tamanha a vontade de garantir, simplesmente, o direito de ir e vir, de trabalhar, de viver sem medo. E, enquanto for necessário, elas vão recontar suas histórias. Mas até quando?

#PrimeiroAssédio, #MeuMotoristaAbusador, #MeuCorpoNãoÉPúblico, #EuTambém. Todas essas campanhas já comprovaram que a coragem de uma mulher é viral, que afeta outras mulheres. Foi percebido que a internet é uma arma poderosa para disseminar tais anseios e demandas. Mas, se no momento que as histórias começaram a serem contadas, elas fossem validadas, acreditadas e providências efetivas fossem tomadas, já não estaríamos no mesmo estado, com novas hashtags. Em vez disso, ainda é necessário gritar a urgência de combater a violência de gênero.

As mulheres não deveriam precisar repetir suas dores tantas vezes, mas o fazem. Diante disso, precisamos que nossas pautas sejam levadas a sério. Vocês já conhecem nossas histórias de dor. Qual é o próximo passo?”

Concorda com a relativização/limitação do alcance das hashtags em relação às demandas das mulheres? Por quê?

Talvez não se trate de relativizar, mas de fazer uma pergunta importante sobre a mobilização política, qual será o próximo passo. No caso da hashtag #EuVouContar, para além da mobilização de mulheres, que se fortalecem ao ver e poder falar sobre histórias semelhantes às suas, o poder de mostrar a realidade escondida do aborto no país tem o objetivo de mostrar a violação de direitos fundamentais que a criminalização provoca, e assim também serem elementos de incidência para o julgamento da ADPF 442, pendente de julgamento no STF.

ANEXO 3

Entrevista com a estudante de Direito Rebeca Mendes realizada em 29 de julho de 2018. A conversa foi feita em duas etapas. Na primeira, em junho de 2018, houve um diálogo de uma hora e dez minutos por meio do Whatsapp, mas a gravação do áudio falhou e não foi possível recuperar o material. Na segunda tentativa, as perguntas foram enviadas por e-mail e as respostas vieram por meio do Whatsapp.

A entrevistada foi localizada por meio de comentário feito por ela mesma na fanpage da Anis no Facebook em postagem sobre a campanha pela descriminalização do aborto. O contato dela já havia sido solicitado à Anis, mas não havia sido fornecido. Desde o primeiro contato via MSN, Rebeca foi sempre muito solícita e articulada ao apresentar suas ideias.

1- O nome da campanha #Euvoucontar reforça a ideia de testemunho, de confidencialidade. Em texto publicado no site da revista Azmina em junho de 2017 a Anis Instituto de Bioética diz que “Eu vou contar é uma campanha iniciada pela Anis para ouvir histórias de aborto. Não é um confessionário, pois não há penitência. É só um encontro entre vozes e memórias. São histórias apertadas no peito, para umas; histórias já contadas para umas poucas”. Gostaria que me contasse, com os detalhes que forem possíveis, como foi a sua decisão de procurar a ONG para contar sua história? Duas questões fundamentais para mim são saber como soube da campanha e se você já seguia os perfis da Anis ou da Think Olga nas redes sociais.

Você pergunta se eu sabia da campanha da Anis e da Think Olga e, na verdade, eu não sabia. Não tinha nada de conhecimento da campanha que eles promoviam. Eu cheguei pela Anis por outro meio. Na verdade, no meio da situação (quando ela se descobriu grávida sem ter planejado) alguém me passou o contato da Débora (Diniz, que está à frente da campanha e da ONG Anis). Alguém que eu não conheço que é intermediário do pai do neném, dos meus dois filhos (então com seis e nove anos) e foi ele que me passou o contato. Eu só fiquei assim sabendo do contato da campanha muito tempo depois. Então, assim, eu não tinha realmente conhecimento da campanha do #euvoucontar.

2 – Gostaria que me explicasse o que a levou a contar sua trajetória de vida e a expor questões tão íntimas. Como foi tomado o seu depoimento para a campanha #euvoucontar, veiculada na internet pela ONG Anis? Já tinha visto vídeos da campanha antes de decidir contar sua trajetória em relação à decisão de abortar?

Então assim, na verdade o meu #euvoucontar aconteceu depois que eu voltei da Colômbia que a gente gravou o vídeo e tal. Na verdade o que me levou a expor tudo o que aconteceu foi a situação mesmo. Eu tinha a possibilidade de tentar um aborto em casa com medicamento. Eu tinha a opção de tentar uma clínica clandestina sem a menor segurança ou eu tinha a opção com todo apoio da Anis e de todo mundo que eu recebi de entrar com um pedido no STF. Então assim, a minha história é um pouco separada do #euvoucontar da Anis. Eu só fiquei sabendo da campanha depois e foi aí que eu gravei o vídeo. A minha história só entra na hashtag eu vou contar muito tempo depois. A minha decisão e tudo que aconteceu...Eu não conhecia essa campanha belíssima que a Anis estava fazendo na época.

3 - Quando decidiu tomar essa atitude de escrever a carta e lê-la para gravar o vídeo que foi veiculado na internet apresentando o seu pedido de liminar para conseguir autorização no Supremo Tribunal Federal (STF) para realizar o aborto, esperava que ela tivesse a repercussão que teve?

Na verdade, a carta veio como um é (alguns segundos de silêncio) como um instrumento para entrar com um pedido no STF. Então assim a ideia foi da Débora um dia antes de a gente se conhecer, dois dias antes de a gente entrar com pedido no STF. “Meu, seria uma ideia muito bacana se você pudesse escrever com suas palavras uma carta e a gente colocaria no meio do seu pedido para a ministra”. E aí no dia seguinte, quando nós nos conhecemos ela leu a carta e disse que estava muito boa não sei que. Seria legal se a gente pudesse contar, gravar. E aí a gente foi para casa e gravou o vídeo. Não foi nada assim muito premeditado. A carta veio um dia antes, ela leu a carta e achou muito legal e resolveu gravar. Então assim não foi nada muito premeditado. Sobre a repercussão, quando a Anis apareceu com essa proposta disseram: “Olha, pode ser que tenha alguma repercussão. Vai expor sua vida. Tem alguns grupos que são pró-vida que acompanham o processo da ADPF e, como a gente vai anexar o pedido, provavelmente eles vão ter acesso e a gente não sabe qual é a exposição que isso vai dar”. Então assim eu tava ciente, mas eu não esperava o barulho que teve. Pensei: Ah, beleza. Vai ser uma coisa mais assim in loco. Quando teve o boom, eu fui meio que acostumando com o boom, mas não foi nada de mais. Mas não esperávamos ter a repercussão que teve no início.

4 - Como essa decisão, desde procurar a Anis até ir à Colômbia participar de um evento e lá realizar o aborto e, depois, dar várias entrevistas mudou a sua trajetória como mulher, cidadã, mãe, estudante de direito e trabalhadora?

Na verdade eu não mudei. Eu continuo sendo a mulher feminista que eu sempre fui. Continuo debatendo os assuntos que considero importantes aqui em casa com meus dois filhos. Ah, eu não era feminista e agora virei, não. Eu sempre fui e sempre tive essa visão. Eu acho que isso também contribuiu para que eu tivesse toda essa coragem. Então eu continuo sendo a mesma pessoa que eu sou, do que eu era antes e brigando pelas causas que eu acredito.

5 – A sua história e a interrupção da sua gravidez tiveram repercussão nacional e até internacional em reportagens publicadas em diversos veículos de comunicação. Você considera que se tornou um símbolo da luta pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

A pergunta é se eu me considero uma referência, um ícone... Eu acho que muita gente me pergunta isso e na verdade eu não sei responder. Na verdade, o que eu acredito que tenha me tornado foi uma referência para aquelas mulheres que estão passando pela mesma situação que eu passei. Várias mulheres entraram em contato comigo depois de tudo isso e disseram: “Olha, eu estou passando pela mesma experiência. Você pode me dar alguma dica? Algum conselho?” E nessa parte eu acho muito bacana porque foi uma coisa que eu não tive quando eu precisei. Então a mulher quando ela tá nessa situação ela se sente muito sozinha. Ela não sabe quem procurar, com quem pode conversar, a quem ela pode recorrer. E para algumas mulheres eu consegui fazer esse papel, que entraram em contato comigo via rede social e eu acho assim muito bacana poder fazer a diferença que seja na vida de poucas, mas estar ali no momento que elas precisam e ser alguém com quem ela possa conversar, sabe? E ouvir...Eu acho muito bacana isso.

6 – Poderia contar situações de preconceito e de acolhimento/empatia que viveu depois de ter sua história contada tantas vezes? Quais foram as mais marcantes para você?

Então, eu encontrei muita gente que me apoiou como encontrei também muita gente com críticas negativas. Mas o que é que aconteceu? Quando saiu a notícia e teve aquele boom

inicial, e eu comecei a ver umas coisas que não me agradavam, eu me afastei de tudo. Assim, concedi entrevistas, fiz um monte de coisas, mas eu tentava não ver. Fiquei muito afastada das redes sociais naquela época. Eu não assistia TV, nada que pudesse chegar ao assunto. Não lia as reportagens. Então eu me afastei. Eu não me escondi, mas eu preferi ficar afastada. Eu já estava numa situação muito vulnerável. Eu estava ali me expondo e, assim, você fica vulnerável por causa da gravidez, dos hormônios e você chora. Eu tinha mais filho. Estava passando por um problema além desse, um outro pessoal. Foi tudo junto. Tudo aconteceu de uma vez. Eu preferi ficar blindada sobre esses comentários, essas críticas. Aí foi um ponto legal porque a Débora sentiu isso de mim. E ela disse: “Não se preocupa, não. O que a gente achar aqui mais importante a gente passa pra você, pra você acompanhar”. E o que é que elas faziam também: “Ó, para você não ficar perdida nesse mundo de comentários, a gente vai separar uns bem legais pra você”. E assim todo dia elas me mandavam mensagens de apoio de outras pessoas

7 – Enquanto a campanha se desenrola, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizará audiência sobre o aborto a na segunda semana de agosto para discutir a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442. A Anis será uma das participantes. Você irá estar lá também?

A pergunta 7, né? Sobre a ADPF que vai rolar agora nesta semana (audiências aconteceram nos dias 3 e 6 de agosto de 2018 no STF, uma semana após a realização da entrevista). Lembra aquela outra vez que a gente conversou e eu disse que não ia, mas até aquele momento eu não sabia se eu ia ou não. Mas aí surgiu um convite e quinta-feira (dia 2 de agosto) à noite eu estou embarcando para Brasília para participar. Eu não vou falar lá até mesmo porque tem outras pessoas muito mais gabaritadas do que eu para falar desse assunto. Mas eu vou lá para participar dos eventos que a Anis vai promover. Vai ser bem bacana

8 – Como é o seu contato com a ONG Anis Instituto de Bioética hoje?

Qual o meu contato com a Anis hoje? Dali eu tirei várias amigas. A gente conversa ainda. Sempre que rola uma matéria legal a gente comenta. Mas assim eu fiz realmente verdadeiras amigas com a Cinara (Gumieri), com a Gabi (Gabriela Rondon, advogadas da Anis). Sempre que há um pedido de entrevista, filmagem, sempre passa por elas primeiro. Assim, a gente mantém contato bem significativo ainda.

9 - Você se considera militante pela causa da descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Eu acho que sim. Depois de tudo que aconteceu, eu achar que eu poderia colocar uma pedra nesse assunto. A minha parte já foi, já fiz, já tá resolvido... seria muita hipocrisia minha. Eu sempre falo que o que a gente puder fazer para que essa situação mude no Brasil eu estou sempre de braços aberto para acolher essas iniciativas. Eu me considero sim uma militante da causa (feminista).

10 -Você se considera feminista? Por quê?

Considero, sim. Acho que desde os primórdios da minha adolescência eu sempre tive uma cabeça mais aberta do que a minha família, infelizmente, teve ou tem. Sempre me considerei sim. Aqui em casa todo mundo é criado nesse sentido que é igualdade. Então assim, tenho dois filhos meninos que são criados com a mãe militando pelas causas femininas e ensinando

para eles, que eu acho que é o mais importante disso tudo. Sim, eu me considero feminista e tou criando dois homens que serão feministas, sim.

11- Você tem acompanhado as decisões recentes que foram tomadas em países como a Irlanda e a Argentina, que indicam um caminho de mudança na legislação que criminaliza mulheres que decidem por uma interrupção voluntária da gravidez? Acha que a tendência no Brasil é que a trajetória seja semelhante? Por quê?

Sim, acompanhei sim. Achei bem bacana. O grande passo que os dois países deram. E eu tenho esperança. Se a gente fosse depender totalmente do Legislativo, a minha resposta seria totalmente o contrário. Eu diria que infelizmente é chutar cachorro morto isso aí. Não acho que teríamos chance pela via legislativa. Já pela via judiciária, que é a que a gente está tentando aí, acho que a gente tem sim uma chance pelos outros casos que eu já vi ministros dando posicionamento. Alguns favoráveis. Pode ser que sim, pode ser que não. Assim, eu tenho mais confiança numa decisão favorável pelo Judiciário do que seria pelo Legislativo. A gente está no meio a meio. É uma chance em que a gente vai ter de mostrar nossas vozes.

12- Como vê o movimento organizado por setores religiosos e políticos para combater mudanças na legislação brasileira para impedir que mulheres tenham acesso à assistência aos serviços de saúde e possam interromper a gravidez voluntariamente sem o risco de serem criminalizadas no nosso país? Acha que essa atuação interfere no número de mulheres que decidem abortar no Brasil?

Infelizmente eles não conseguem ver que, na verdade, misturar religião com sociedade, com direito reprodutivo da mulher é complicado porque quando eu converso com esse tipo de pessoas que são contra “Ah, é porque é uma vida, porque é uma alma”. Elas se importam muito enquanto aquele feto está dentro da barriga, com aquele princípio de gestação, sabe? E depois que nasce, desculpa a palavra, ligam o foda-se e eles não querem nem saber. Na verdade vejo muita hipocrisia nesse tipo de organização. Então o que me parece que fica claro é que eles estão ali para controlar o corpo da mulher. Para eles só importa enquanto tiver aquele feto na barriga. É estranho pensar sobre essa situação. É o domínio sobre a decisão reprodutiva daquela mulher. A gente tem conhecimento que todos os países que legalizaram o aborto o índice de aborto diminuiu. Aí entram outros aspectos. Uma preocupação melhor com métodos contraceptivos que hoje em dia no Brasil é precária. São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro são cidades ricas que é mais fácil a mulher comprar certos itens. Mas há outros lugares do interior do Brasil, Nordeste, Norte que às vezes essa população não tem nem energia elétrica. Então é complicado ver com bons olhos grupos que se dizem pró-vida, mas esse pró-vida acaba só até essa criança nascer. É difícil. Vejo com péssimos olhos. São pessoas que vivem na sua hipocrisia querendo empurrar os dogmas religiosos delas goela abaixo numa sociedade que é multicultural, multirracial é multirreligiosa. Então tenho a seguinte frase quando encontro um amigo religioso que quer empurrar os dogmas deles na sociedade: olha, a tua religião TE (diz de maneira enfática) proíbe de fazer determinada coisa, se acha que tá errado, não faça. Se você tiver uma posição, pense você na tua religião. O único número que eu acho que essas organizações interferem é no número de mulheres que poderiam não ter morrido se a legalização do aborto fosse feita. O único número de mulheres que eles interferem é o de mulheres mortas que poderiam estar vivas. Acho que é o único número que eles interferem realmente.

13 - Você continua trabalhando, estudando e cuidando de duas crianças? Conseguiu manter seu emprego no IBGE? Poderia contar-me um pouco sobre o seu dia-a-dia e sobre como é

exercer esse papel com pouco apoio do pai das crianças? Considera que essa é uma realidade comum para muitas mulheres no Brasil?

Nessa situação eu aprendi muito. Eu continuo estudando. Estou na reta final agora do Direito indo para o sétimo semestre e assim a minha rotina é complicada, é bagunçada, mas dentro das nossas limitações, eu acho que a gente consegue se organizar muito bem. Eu tenho dois filhos. O mais velho sempre me ajudando muito. A gente conseguiu criar um estilo de vida que eu olho: tenho dois pequenos adultos dentro de casa. Eles são crianças na hora em que podem ser crianças, mas na hora que a gente precisa se organizar de ir para a escola, trabalhar, estudar, eles são sempre assim muito aptos a não deixar a nossa peteca aqui em casa cair. Como em diversas outras famílias, onde a mãe trabalha, onde a mãe estuda. Onde às vezes é só mãe para resolver tudo. Então assim não há nada fora do comum. A minha rotina eu sei que é a de tantas, de milhares de outras mães que estão na mesma situação que eu.

ANEXO 4

Resultado de pesquisa feita com 33 usuários do Facebook pela plataforma SurveyMonkey. A divulgação foi feita por meio de postagens privadas no Facebook e em post feito na fanpage da Anis em janeiro de 2019

https://www.facebook.com/AnisBioetica/posts/24839688216

Anis - Instituto de Bioética

Cristiane Página inicial Criar

Doar Enviar mensagem

Anis - Instituto de Bioética
22 de janeiro às 13:56

Cristiane Bonfim, mestrande pela Universidade Federal do Ceará, está realizando uma pesquisa sobre descriminalização do aborto no Brasil e a campanha Eu Vou Contar, iniciada pela Anis - Instituto de Bioética e apoiada pela Think Olga para ouvir e contar histórias de aborto. Se você acompanha as histórias contadas por aqui através do #euvoucontar e puder ajudá-la em sua pesquisa, responda ao questionário abaixo. É muito importante sermos muitas pesquisando e debatendo os direitos das mulheres.

SurveyMonkey

PT.SURVEYMONKEY.COM
Descriminalização do Aborto no Brasil
Take this survey powered by surveymonkey.com. Create your own...

32 curtidas 6 compartilhamentos

4,3 de 5 - Com base na opinião de 365 pessoas

Comunidade Ver tudo

Convide seus amigos para curtir esta Página

32.717 pessoas curtiram isso

33.019 pessoas estão seguindo isso

Daniel Fosséca e outros 10 amigos curtiram isso ou fizeram check-in

Sobre Ver tudo

Bloco 970 (1.681,70 km)
71720-006 Brasília

Como chegar

(61) 3343-1731

Enviar mensagem

www.anis.org.br

Organização não governamental (ONG) · Organização sem fins lucrativos

Bate-papo (Desativado)

nº 1

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 10:04:12
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 10:06:27
Tempo gasto: 00:02:15
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim. Porque acho que cada mulher tem direito de decidir sobre o próprio futuro.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim. Porque é uma forma de sensibilização sobre o tema.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Sim. Fiquei sabendo de como é difícil ter acesso a serviço de saúde seguro.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Apoiaria ela.

nº 2

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 13:58:46
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:02:14
Tempo gasto: 00:03:27
Endereço IP: 189.40.91.77

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Sim**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim. O corpo da mulher só a ela pertence.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sou. A visibilidade das histórias pode ser motivador para a causa da descriminalização.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Eu já sou a favor há muitos anos.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim. A humanização das mulheres que realizaram aborto é positiva para a causa.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Força e resistência.

nº 3

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:00:43
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:11:08
Tempo gasto: 00:10:25
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim pois trata-se de uma questão de saúde pública urgente!!

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim, pois dá visibilidade à questão e nos faz enxergar que qualquer mulher pode estar na situação de necessitar abortar, independentemente de crença, religião, idade

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não, somente me fez ratificar o apoio

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim, pois mostra depoimentos reais

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Rebeca, obrigada pela coragem de enfrentar o STF, mesmo com o resultado. Você fez o certo e por mais que não tenha obtido uma resposta justa do Supremo contribuiu para a discussão da descriminalização do aborto no Brasil, uma questão tão delicada e que traz tanta dor pra tantas mulheres.

Descriminalização do Aborto no Brasil

SurveyMonkey

nº 4

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:05:27
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:11:45
Tempo gasto: 00:06:17
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim a mulher tem esse direito ! O corpo é dela.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim , é esclarecedora!

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Só aumenta esse direito!

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim, não tem nada de religiosidade, ou pieguice!

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Força e coragem!

nº 5

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:08:17
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:11:54
Tempo gasto: 00:03:36
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Sim**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Pelos direitos reprodutivos das mulheres e para evitar mortes de mulheres.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim. É fundamental dar visibilidade à prática, para dar face e voz aos números e sensibilizar as pessoas.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Só reforçou a luta que já venho encampado.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim. Por ter permitido dar visibilidade às histórias de vida de mulheres comuns que praticam o aborto.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Obrigada pela coragem. O Brasil precisa da força de mulheres como ela.

nº 6

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:05:52
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:12:45
Tempo gasto: 00:06:53
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

sim, por uma questão de saúde público e pelos direitos das mulheres decidirem sobre suas vidas.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

sim, porque ela desmascara o quanto o tema ainda é um grande tabu na nossa sociedade e a importância de se discutir o assunto.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não, mas senti o impacto do tabu sobre o tema ao ouvir uma mulher falando abertamente que abortou, mesmo conhecendo várias pessoas que já realizaram o procedimento.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

sim. É preciso debater o assunto sem preconceitos e com respeito.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Sua voz é a voz de muitas mulheres! Abraço fraterno!

nº 7

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:21:29
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:25:58
Tempo gasto: 00:04:28
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Porque aborto clandestino mata.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim. Porque a campanha trás à tona a realidade de que as mulheres praticam aborto, retira o tabu do tema.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não, porém as palestras da Dra. Débora Diniz sim.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim, porque remove o véu de tabu do tema.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

-

nº 8

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:18:50
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:26:01
Tempo gasto: 00:07:11
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Sim**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Por que mesmo sendo proibido é feito e com isso muitas mulheres morrem e deixam outros filhos desamparados.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Por que descobri que não estou sozinha, em meio á muitas pessoas pré-julgando, encontrei mulheres que sabem ouvir e me dar apoio psicológico sem me julgar.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Vi que a minha história não é a pior, que sempre tem uma mulher que sofreu mais do que eu sofri.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Para o mundo saber que existe muitas mulheres no país que já passaram pelo aborto, e cada uma foi uma história e motivo diferente. Cada uma tinha uma Dor diferente

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Rebeca você não está sozinha, sinto muito por todo transtorno. Estamos aqui e seguiremos juntas. Ninguém solta a mão de ninguém.

nº 9

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:20:54
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:27:14
Tempo gasto: 00:06:19
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim. A criminalização só serve como forma de penalizar a mulher negra, periférica, sem acesso a meios seguros, já que mulheres com melhores condições financeiras conseguem arcar com os custos de um abortamento seguro. Sem contar que não existem evidências baseadas em fatos para a criminalização, a não ser a crença pessoal de homens brancos cristãos.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim, porque com a campanha é possível mostrar que a mulher que realiza esse procedimento também é mãe, filha, namorada de alguém, e não um monstro que mata criancinhas. O aborto não deveria ser um tabu e acredito que a campanha desmistifica alguns pontos sobre a questão.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não, ela só veio para corroborar o que eu já acreditava.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim, porque não se baseia apenas em "achismos" e usa dados e informações válidas para transmitir conhecimentos.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

Descriminalização do Aborto no Brasil

SurveyMonkey

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

O estado falhou com você e você merece reparação!

nº 10

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:26:33
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:30:26
Tempo gasto: 00:03:53
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Pois aborto é uma questão de saúde pública

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Pois dá visibilidade a questão e quebra os tabus sobre o aborto

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Sim, passar a defender a causa

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Continue na luta

nº 11

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:28:16
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:35:24
Tempo gasto: 00:07:08
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim. Porque se trata de um direito fundamental da mulher.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim. Porque humaniza o debate.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não porque eu já defendia o direito ao aborto. Mas me comovi e me sensibilizei com as histórias dessas mulheres

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Esse tipo de campanha é positiva no sentido de mostrar o ser humano real atrás dos números. Mas não posso avaliar a difusão, o alcance

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Agradeço sua coragem de se expor para lutar por um direito que deveria ser seu e de qualquer mulher. Vc foi rechaçada e ofendida por muitos, mas também admiradas e apoiada por aqueles que compartilham sua luta.

nº 12

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:41:22
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:45:06
Tempo gasto: 00:03:44
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não se aplica (se for homem)**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim, porque é uma questão de saúde pública

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim, porque humaniza e dá rosto e voz às mulheres que passaram por essa experiência

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

A campanha me deixou mais sensível à realidade dessas mulheres, quebrando os estereótipos

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim, muito positiva. A campanha desconstrói o estereótipo da mulher que aborta como sendo vulgar ou displicente. Ela mostra que as mulheres que abortam são facilmente encontradas dentro de nossas casas, em nossos convívios diários.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Você foi corajosa! Parabéns!

nº 13

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:46:29
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:56:45
Tempo gasto: 00:10:15
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim, inúmeras mulheres periféricas morrem todos os dias, o estado precisa parar de tutelar e tratar as mulheres como se fossem donos de seus/nossos corpos, é questão de saúde pública, de saúde da mulher

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim, eu acredito que seja uma campanha essencial pra mostrar as faces do aborto, pra contar a história de mulheres que passaram por isso, tanto de maneiras tranquilas quanto de maneiras traumáticas, é a realidade

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não, eu acho incrível e apoio a campanha, e desde que me entendo por mulher sou a favor da descriminalização

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim, é uma campanha que conta histórias de mulheres reais, que tem o poder de mostrar a muitas pessoas que talvez todas elas conheçam uma mulher que já abortou ou que queira abortar, mostra de forma empática e faz pensar

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Mulher, você é incrível, não é obrigada a nada, o corpo é seu e fico muito feliz que tenha conseguido fazer o procedimento com segurança, gostaria que mais mulheres tivessem essa oportunidade, que tivessem apoio e que fosse descriminalizado no Brasil evitando milhares de mortes todos os anos, tamo junta na luta

nº 14

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:54:55
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:59:09
Tempo gasto: 00:04:14
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Porque muita gente não entende a questão. E ela é urgente, pela vida das mulheres.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim. Porque ela conta histórias não contadas e tem o poder de gerar empatia.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim. Porque muitas pessoas sentiram as dores de mulheres que passaram pelo aborto e mudaram de posicionamento.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Rebeca, seu ato corajoso foi importante para todas nós. Assim fizeram as heroínas que nos possibilitaram ter uma vida menos indigna hoje.

nº 15

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:52:49
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 15:06:59
Tempo gasto: 00:14:10
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim. É necessário conscientizar a população, em relação a autonomia das mulheres sobre seus corpos e em relação ao problema de saúde pública que abortos clandestinos são. As mulheres pobres e negras são as mais afetadas com a criminalização do aborto, pois geralmente não podem fazer o procedimento com segurança por questões financeiras, tendo que praticar abortos clandestinos, pondo suas vidas em risco.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Acho importante esse assunto circular pela mídia. Embora as pessoas saibam que mulheres abortam, apesar da lei Brasileira não permitir em muitos casos, essa realidade é ocultada em favor de um pensamento conservador de fundo religioso. Então falar sobre aborto, relatar casos, ajuda a mostrar que isso já acontece, mas que, quem opta por fazê-lo, deve ter segurança e não ser condenada por isso.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim. Mas não tenho certeza se atingiu tantas pessoas. Principalmente as mais conservadoras.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

Descriminalização do Aborto no Brasil

SurveyMonkey

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Acho que ela fez o que deveria fazer, pois foi desejo dela. Escolha dela.

nº 16

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 15:02:30
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 15:08:00
Tempo gasto: 00:05:29
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Sim**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Porque o Estado não deve opinar sobre o corpo da mulher, além do mais o aborto até 12 semana e seguro, conforme OMS.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sou a favor, as mulheres precisam se unir e contar suas histórias, para que outras que se veem diante da possibilidade de um aborto se sintam acolhidas.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não. Sempre fui favorável ao aborto.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim. Sobretudo na defesa da ADPF, onde foram apresentados dados importantes. Pesquisa da Débora Diniz é referência.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Não**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Rebeca, a sua luta é de todas nós!

nº 17

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:57:20
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 15:08:58
Tempo gasto: 00:11:38
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Sim**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim. É preciso esclarecer e garantir o direito das mulheres sobre seus próprios corpos, possibilidade de acesso a serviços de saúde adequados e apoio para tomar decisão quando enfrentar uma gravidez indesejada ou um estupro.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim. A campanha foi/é esclarecedora. Revelou muitos dramas de mulheres de diversas faixas etárias e condição socioeconômica. Tirou o véu que encobre o tabu de não se falar sobre esse assunto abertamente ainda que por relatos que preservaram a identidade das pessoas, por óbvias razões.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não. Fortaleceu convicções.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Extremamente positiva. Pelos esclarecimentos, possibilidade de diálogo e de enfrentamento de ideias marcadas por conteúdo de ordem religiosa.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

Descriminalização do Aborto no Brasil

SurveyMonkey

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Você fez a coisa certa. Costumamos nos arrepender do que não fazemos.

nº 18

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 14:57:26
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 15:09:00
Tempo gasto: 00:11:34
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Não**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Pois é essencial que a mulher tenha poderes sobre o seu corpo, e com a discriminação a possibilidade de fiscalização e de uma melhor desfecho para muitas mulheres que perderiam a vida aos cuidados de clínicas clandestinas

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim. É de suma importância que a discriminação seja discutido e difundido de maneira clara. Creio que as histórias contadas ajudam a analisa do ponto correto, pelo olhar de quem passou

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

O conteúdo da campanha foi muito bom, por mostrar a realidade de quem enfrentou. Mas infelizmente acredito que não tenha chego em a todo o público que o projeto tinha capacidade

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria? **O respondente ignorou esta pergunta**

Descriminalização do Aborto no Brasil

SurveyMonkey

nº 19

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 15:13:16
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 15:20:45
Tempo gasto: 00:07:29
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim, é um direito e tbém é importante o debate amplo do tema para esclarecer as pessoas.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim, humaniza a questão, preenche de sigjficado o mundo que só tem valores morais congelantes. Esquenta este mundo.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Eu já sou a favor para qq caso.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim por que casos reais promovem a reflexão

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Muito orgulho de você! Foi forte por manter uma posição pública aqui no país , em que estamos mergulhados na ignorância e violência quando se trata deste tema. Sua postura foi muito digna e forçou vermos como estamos atrasados no tema. Repito: orgulho de você!

nº 20

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 15:12:10
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 15:21:44
Tempo gasto: 00:09:34
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim! Pois as pessoas tem uma visão conservadora e de cunho religioso para debater sobre o assunto. A realização de campanha possibilitará uma outra visão sobre o aborto e melhorar o diálogo com as pessoas.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim! Estou acompanhando os relatos desde o início e sempre compartilho com amigos, quanto mais pessoas tiverem acesso a esses materiais, poderão perceber a necessidade da descriminalização do aborto.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não, mas fez impulsionar a minha visão sobre a necessidade da descriminalização.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim. Cada relato, cada história, cada sofrimento destas mulheres nos faz ter a certeza da importância da descriminalização. Ao mostrar isso, a Anis nos impulsiona as mulheres a entrar na luta junto com essas mulheres.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Rebeca, vc é uma mulher guerreira e tem toda a minha admiração.

nº 21

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 15:41:04
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 15:46:39
Tempo gasto: 00:05:35
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Sim**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim, porque reduz o número de morte entre mulheres, além do que a mulher não pode ser obrigada a seguir adiante com uma gravidez indesejada.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim, para dar visibilidade às histórias reais de mulheres que já abortaram.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Muito, porque trouxe visibilidade aos casos de aborto.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Obrigada por tornar sua história pública, o que fez com que pessoas pudessem refletir sobre este assunto que ainda é tabu aqui.

nº 22

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 15:32:03
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 15:51:52
Tempo gasto: 00:19:48
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Sim**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Por ser uma questão de saúde pública. A sociedade e o governo não podem seguir fechando os olhos para as milhares de mulheres que morrem devido ao aborto clandestino. Essas mesmas mulheres que são, em sua maioria, responsáveis pelo sustento e cuidado de suas famílias. A proibição do aborto por consequência gera a privação de direitos básicos as mulheres e suas famílias.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim! Porque divulga, traz ao público a realidade de milhares de mulheres que são silenciadas pela criminalização do aborto e que por isso são impedidas de buscar ajuda médica com medo de serem presas.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Sim! Pude entender os medos, motivos e a diversidade de contextos de vida que levam uma mulher a buscar o aborto. Foi importante escutar como se sentem e que os sentimentos compartilhados por muitas são bastante parecidos. Agora me sinto muito mais empática com a história de cada mulher, que não podemos julgar sem entender o percurso que levou a um aborto e que todos esses percursos são válidos.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim. Imensamente! Traz de forma humana e vivencial os diferentes motivos e as condições sociais que levam ao aborto, explicitando a imensa diferença entre mulheres de renda baixa e sem apoio ou informação e daquelas de maior poder econômico e muitas vezes apoiadas pela família. Além de ser uma aula de empatia e escuta sem julgamento, uma aula sobre o cenário brasileiro de Desigualdade que insistem em esconder. Dar voz a tantas mulheres que se sentiram erradas, isoladas, assustadas e que através dessa campanha poderiam escutar umas às outras e entender que não estavam sozinhas.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Você é uma mulher de uma coragem incrível, de muita força. Sua história deu voz a muitas mulheres, somos gratas a você! Você é um exemplo de força, de luta! Que seu pedido abra o caminho para outros e outros. Que traga a discussão para a sociedade. Obrigada, sua coragem é infinita! Seus filhos têm muita sorte de te ter como mãe! Obrigada!

nº 24

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 16:16:01
Última modificação: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 16:29:10
Tempo gasto: 00:13:09
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim, porque a mulher deve ter direito de escolha sobre seu corpo e sua vida.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim, choro na maioria das histórias mas é bom conhecer a realidade de outras mulheres pelo Brasil.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Eu já era a favor do aborto, conhecendo outras histórias acho que a mulher e somente ela, deve escolher o melhor para si.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Com certeza! Fala sobre mulheres reais, que podem ser próximas e não conhecemos sua realidade. Acredito que ouvindo essas mulheres podemos entender que é direito delas.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Não**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Que em todos os dias de nossas vidas, possamos enxergar nosso caminho e trilhá-lo com alegria, sabedoria, força e muita saúde para conquistarmos aquilo que almejamos.

nº 25

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 02:54:58
Última modificação: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 02:58:45
Tempo gasto: 00:03:46
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Por respeitar os direitos individuais.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim. Por ser uma forma de garantir esse direito.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não. Eu já era favorável. Mas foi importante para trazer o tema para o debate público.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Não tenho subsídios para opinar nesse sentido.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Siga lutando por seus direitos. Não podemos sucumbir às "pretensas maiores". É preciso combater o patriarcado e outros arcaísmos de nossa sociedade atrasada, retrógrada e machista.

nº 26

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 06:57:03
Última modificação: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 07:01:41
Tempo gasto: 00:04:38
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Sim**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sou a favor. Além do momento do aborto do aborto em si ser um momento marcante na vida da mulher, o fato de ser criminalizado torna tudo mais difícil. O medo de falar com outras pessoas sobre o assunto, a dificuldade para conseguir um método seguro de aborto, o medo de ir ao hospital após o procedimento e ser descoberta e as condições que as mulheres são expostas para diversos procedimentos inseguros tornam a descriminalização do aborto necessidade

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim. Me sinto compreendida quando leio os relatos.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não, sempr fui a favor da descriminalização.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Foi positiva

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Parabéns pela coragem de seguir em frente com sua decisão e levar isso ao público.

nº 27

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 07:23:48
Última modificação: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 07:30:35
Tempo gasto: 00:06:47
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

O aborto vai continuar acontecendo, e muitas mulheres morrem no processo. Descriminalizar torna o processo seguro

P5 É a favor da campanha #euvocontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim, porque mostra a realidade das mulheres de todo Brasil, de todas as classes

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não, porque já era a favor da descriminalização

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim, porque já mostrei os vídeos para algumas pessoas que mudaram seu pensamento

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria? **O respondente ignorou esta pergunta**

Descriminalização do Aborto no Brasil

SurveyMonkey

nº 28

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 07:25:04
Última modificação: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 07:31:20
Tempo gasto: 00:06:16
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim. Precisamos debater o assunto com a população, dismistificar e romper o tabu. Discriminalização do aborto faz parte da liberdade e saúde sexual e reprodutiva da mulher. Um direito nosso - aborto legal seguro e gratuito.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim. Uma campanha incrível que mostra diversas histórias de mulheres diferentes, histórias sofridas e que poderiam ser mais amenas se o aborto fosse legal. É muito importante pois mostra além de números, humaniza a histórias de aborto e das mulheres que o praticam.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Nao. Já era a favor da discriminalização antes. Mas aprofundou ainda mais minha empatia e fortaleceu minha luta pela causa

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim. Porque desmistifica, humaniza e mostra a verdadeira face (múltipla e diversa) das mulheres q abortam no Brasil

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Fico triste pelo Estado ter-lhe virado as costas mas aliviada que conseguiu fazê-lo como queria, de forma legal e segura. Obrigada por compartilhar sua história conosco e por ter aberto o caminho pra uma discussão tão urgente.

Descriminalização do Aborto no Brasil

SurveyMonkey

nº 29

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 09:33:56
Última modificação: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 09:36:43
Tempo gasto: 00:02:47
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Sim**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Derecho de las mujeres

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Normalizan el aborto y colocan en el cotidiano

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Reforzo lo que pienso

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Desconozco el alcance

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Solidaridad

Descriminalização do Aborto no Brasil

SurveyMonkey

nº 30

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 10:29:22
Última modificação: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 10:30:50
Tempo gasto: 00:01:28
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Não**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim, pela vida das mulheres

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim, pois desconstrói preconceitos

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Parabéns por sua força!

Descriminalização do Aborto no Brasil

SurveyMonkey

nº 31

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 11:41:05
Última modificação: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 11:43:34
Tempo gasto: 00:02:29
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Sim**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Mulher decide sobre seu corpo

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Fortaleceu

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim, falar de maneira clara e sensível sobre o tema.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Sim**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Rebeca, obrigada por abrir esse caminho

nº 32

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 12:19:53
Última modificação: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 12:24:09
Tempo gasto: 00:04:15
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Sim**

P3 Você já praticou aborto? **Sim**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

Sim. Nós mulheres temos que ter domínio sobre nosso corpo e nossas vidas.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim. É fundamental desmistificar a descriminalização do aborto e retirar a carga religiosa da discussão.

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não pq eu ja era a favor.

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim! Porém penso que temos que fazer com que chegue nas mulheres em situações mais vulneráveis que as vezes nem acesso a internet possuem.

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Não**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Sim**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Obrigada e vamos juntas!

nº 33

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Iniciado em: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 21:42:18
Última modificação: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 21:45:40
Tempo gasto: 00:03:21
Endereço IP:

Página 1

P1 Você é a favor da descriminalização do aborto no Brasil? **Sim**

P2 Conhece alguém que já praticou aborto? **Não**

P3 Você já praticou aborto? **Não**

P4 É a favor de campanha pela descriminalização do aborto no Brasil? Por quê?

A criminalização do aborto atualmente é banal, serve apenas para fazer um deserviço com a mulher, principalmente a de classe baixa.

P5 É a favor da campanha #euvoucontar da ONG Anis pela descriminalização do aborto? Por quê?

Sim, pois desmitifica a ideia de que uma mulher que quer abortar cometeu um erro, o aborto deveria ser uma escolha sem julgamentos, individual da mulher

P6 A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?

Não, eu já era pró-aborto

P7 Avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva? Por quê?

Sim, me ajudou a mudar o pensamento de pessoas que não tinham ideia dos efeitos da criminalização do aborto

P8 Você acompanhou o caso Rebeca divulgado em vídeo pela Anis? **Não**

P9 Para você, o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar é legítimo? **Não tenho posicionamento a respeito.**

P10 Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca, qual seria?

Desculpa não sei do caso